

CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL^{LD}

VERSÃO INTERATIVA GEC 2021



EDIÇÃO 15

15
ANOS
15 EDIÇÕES
A COMUNICAR
CONSIGO!

00180
•• MESES
00780
SEMANAS
05475
•••• DIAS



GUIA DE EMPRESAS
CERTIFICADAS

2020
2021



certif
Associação para a Certificação

Parceiro de Confiança no seu Negócio

CREDIBILIDADE - IMPARCIALIDADE - RIGOR
reconhecidos na certificação de **produtos e serviços** e de **sistemas de gestão**

Membro de vários Acordos de Reconhecimento Mútuo

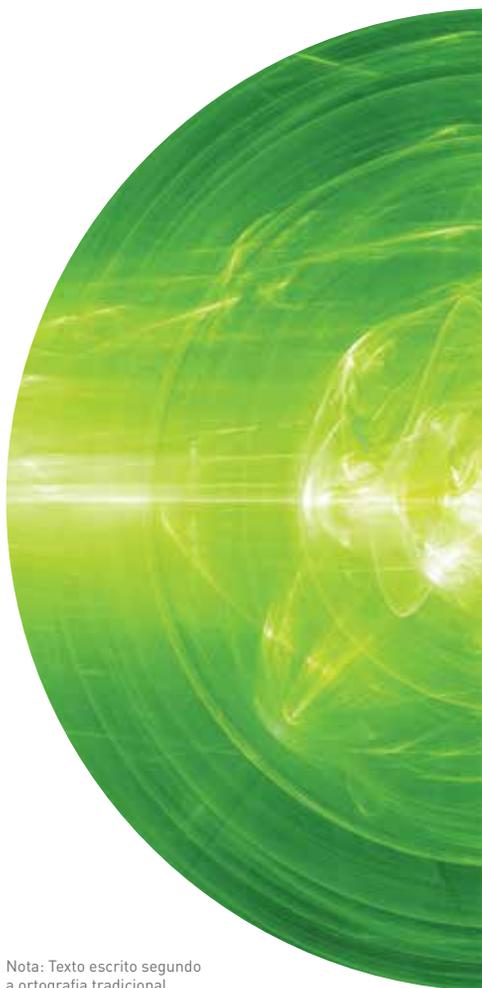
Presente em 20 países

Acreditada pelo IPAC como organismo de certificação de produtos (incluindo Regulamento dos Produtos de Construção), serviços e sistemas de gestão





COMO A QUALIDADE EM PORTUGAL SE ENVOLVE E APOIA O MUNDO EMPRESARIAL E SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19



Esta é não só a 15ª edição regular do Guia de Empresas Certificadas (GEC), mas também uma edição com contornos especiais, pois também ela foi fortemente impactada por uma pandemia que colocou grandes e angustiantes dúvidas sobre o nosso porvir colectivo. Assim, numa parceria que julgamos virtuosa, decidimos nesta edição dar espaço de divulgação e reflexão, quer às entidades institucionais quer a todos os organismos de certificação que o entendessem fazer, para cada um demonstrar como, em tempo de pandemia e porque em tempo de pandemia, mais uma vez a Qualidade tem respostas à altura de fenómenos disruptivos e inesperados.

Nesta edição vai encontrar exemplos de como a Qualidade fez, faz e pode fazer a diferença. Logo em Março de 2020 o IPQ identifica as normas importantes sobre os equipamentos de protecção individual (EPI) para combate à pandemia; o IPAC elabora um esquema de certificação acreditada das máscaras sociais; a Relacre exalta a importância dos seus laboratórios associados, uns contribuindo para a despistagem do vírus, outros para a certificação de produtos para combate à pandemia, e a APQ enuncia exemplos de como a Qualidade, pelos seus princípios e ferramentas, pode fazer a diferença nesta realidade pandémica.

Os organismos de certificação vieram mostrar como a implementação e certificação de referenciais normativos constitui um factor crítico de sucesso para as organizações: desde a precursora ISO 9001, à segurança e saúde no trabalho (ISO 45001), porque a economia necessita de trabalhadores saudáveis, à gestão da segurança alimentar com a FSSC 22000 e, agora mais do que nunca, à garantia de alimentos seguros na cadeia de abastecimento (ISO 28000), passando pela prevenção da continuidade do negócio face a crises imprevistas (ISO 22301) e pela importância da segurança da informação (ISO 27001) agora com tantos de nós em teletrabalho, sem esquecer que a organização tem de saber gerir os seus activos (ISO 55001) para garantir valor.

Além destes temas tão actuais, encontra ainda o habitual Barómetro da Certificação e a evolução da certificação que, estou certo, irão captar a sua atenção.

Termino agradecendo aos autores, organismos institucionais e certificadores e empresas participantes que, num ano de fortes constrangimentos à actividade, quiseram participar e assim contribuir decisivamente para a edição deste GUIA.

FICHA TÉCNICA

ÍNDICE

DIRETOR

Luís Morais
(luis.morais@cempalavras.pt)

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Graziela Afonso
(grazielaafonso@infoqualidade.net)

APOIO EDITORIAL

Paula Braga
(paula.braga@cempalavras.pt)

PROJETO GRÁFICO

Paulo Sousa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Ana Gaveta

FOTOGRAFIA

iStock

PUBLICIDADE

T 218 141 574 / 215 931 310
E comercial@cempalavras.pt

IMPRESSÃO

Grafisol – Artes Gráficas

DISTRIBUIÇÃO

Gratuita

PERIODICIDADE

Anual

DEPÓSITO LEGAL

236 645/05

AGRADECIMENTOS

Mónica Cabecinhas
Paulo Sampaio
Pedro Domingues
Pedro Saraiva
Organismos Oficiais
Entidades Certificadoras
Empresas participantes

PROPRIETÁRIA

Cempalavras – Comunicação Empresarial, Lda

MORADA

Av. Almirante Reis, 114 - 2.º C, 1150-023 LISBOA

T +351 218 141 574

T +351 215 931 310

E geral@cempalavras.pt

S www.cempalavras.pt

F www.facebook.com/bycempalavras

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL^{LM}

É interdita a reprodução total ou parcial por quaisquer meios de textos, fotos e ilustrações sem a expressa autorização do editor.
Publicação registada no INPI.

NOTA DO EDITOR

p. 3

EMPRESAS E ORGANISMOS PARTICIPANTES

p. 6

ENTIDADES

p. 8

FICHAS TÉCNICAS COMERCIAIS

p. 15

BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2019

p. 22

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO: CONTEXTO MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS

p. 30

A CERTIFICAÇÃO NA EUROPA COMUNITÁRIA

p. 46

PAÍSES EM DESTAQUE: GRÉCIA E CHIPRE

p. 56

A QUALIDADE FACE À PANDEMIA

p. 62

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS E PRODUTOS CERTIFICADOS (QR-CODE)

p. 86

GLOBAL & LOCAL



Mais de
2 500
auditores e peritos
altamente
qualificados

58 000
locais certificados
em mais de
130
países

Mais de
80
escritórios em
cerca de
60
países

Reconhecimento
a nível mundial

Certificação de
sistemas de gestão
com mais de
100
normas

EMPRESAS E ORGANISMOS PARTICIPANTES



p. 9

APCER
Associação Portuguesa
de Certificação



p. 5

(DQS Portugal)
Sercert
Serviços de Certificação, Lda.



p. 7

INTERTEK



p. 71

RELACRE
Associação de Laboratórios
Acreditados de Portugal



p. 14

APQ
Associação Portuguesa
para a Qualidade



p. verso de contracapa

EIC
Empresa Internacional
de Certificação



p. 18

LIPOR
Serviço Intermunicipalizado de
Gestão Resíduos do Grande Porto



p. 41

SGS ICS
Serviços Internacionais
de Certificação



p. verso de capa

CERTIF
Associação para
a Certificação



p. 16

FUTURO
Sociedade Gestora de Fundos
de Pensões, SA



p. 33

Lloyd's Register EMEA



p. 21

TÜV
Rheinland Portugal,
Inspeções Técnicas, Lda.

TRAZENDO LUZ AOS RISCOS DA
SUA CADEIA
DE VALOR

Seja qual for a indústria em que opere, fornecemos soluções de auditoria, sustentabilidade e formação à medida para a identificação e mitigação de riscos associados às suas operações, processos e cadeia de valor:

SOLUÇÕES TRANSVERSAIS

- Certificação de Sistemas de Gestão, incluindo ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001
- *Textile Exchange Standards* (GRS, RCS, OCS)
- Auditorias de Responsabilidade Social, nomeadamente BSCI e SMETA
- Intertek Academy

SOLUÇÕES POR INDÚSTRIA

- Certificação e Auditorias de Segurança Alimentar, incluindo normas reconhecidas pela GFSI (BRCGS, IFS e FSSC 22000)
- Certificação IATF 16949 para a Indústria Automóvel
- Certificação ISO 22716 para a Indústria Cosmética

MAIS INFORMAÇÃO



+351 707010049



info.portugal@intertek.com



intertek.pt

IPQ – Instituto Português da Qualidade

O IPQ é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeito à tutela da Economia, com a sua Lei Orgânica definida no Decreto-Lei n. 71/2012, de 21 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 80/2014, de 15 de maio, bem como nos Estatutos estabelecidos na Portaria n. 23/2013, de 24 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n. 258/2014, de 12 de dezembro.

Tem por missão a coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ) e de outros sistemas de qualificação regulamentares que lhe forem conferidos por lei, o licenciamento de equipamentos sob pressão, cisternas e motores e a promoção e coordenação de atividades que visem contribuir para demonstrar a credibilidade da ação dos agentes económicos, e outras decorrentes das suas responsabilidades enquanto Organismo Nacional de Normalização e de Instituição Nacional de Metrologia.

Enquanto enquadramento legal para os assuntos da Qualidade, ao nível nacional, no domínio voluntário, o SPQ integra as entidades e organizações que, seguindo princípios, regras e procedimentos aceites internacionalmente, congregam esforços para a dinamização da qualidade em Portugal, no âmbito dos subsistemas da normalização, da metrologia e da qualificação, com vista ao desenvolvimento sustentado do país e ao aumento da qualidade de vida da sociedade portuguesa em geral.

Sede

Rua António Gião, 2
2829-513 CAPARICA

T +351 212 948 100

F +351 212 948 101

E ipq@ipq.pt

S www1.ipq.pt

Ano de Fundação 1986

Número de Colaboradores 108

(a 30 de novembro de 2020)

Presidente

António Mira dos Santos

Vogais

Ana Ramalho

Lídia Jacob



Instituto Português da **Q**ualidade

IPAC – Instituto Português de Acreditação

O IPAC – Instituto Português de Acreditação, I.P., é o organismo nacional de acreditação, e rege-se pelo Decreto-Lei 81/2012 de 27 de março. É membro das estruturas federativas de organismos de acreditação, nomeadamente europeias (EA – Cooperação Europeia para a Acreditação) e internacionais (ILAC – Conferência Internacional para a Acreditação de Laboratórios e IAF – Fórum Internacional para a Acreditação).

MISSÃO › Tem por missão reconhecer a competência técnica dos agentes de avaliação da conformidade atuantes no mercado, de acordo com referenciais normativos pré-estabelecidos, gerindo o sistema nacional de acreditação e integrando-o nos acordos de reconhecimento mútuo europeu e internacionais (EA, ILAC e IAF).

Desta forma, o IPAC dota o Estado e a Sociedade portuguesa de uma ferramenta de racionalização, desenvolvimento e competitividade.

Sede

Rua António Gião, 2 – 4.º
2829-513 CAPARICA

T +351 212 948 201

F +351 212 948 202

E acredita@ipac.pt

S www.ipac.pt

Ano de Fundação 2004

Número de Colaboradores 29

Entidades Acreditadas 804

Número de Clientes 836

Presidente

Leopoldo Cortez

Vice-Presidente

Paulo Tavares



IPAC
acreditação

certificação
acreditada
IPAC

COVID SAFE



Demonstre aos seus clientes, colaboradores, parceiros e sociedade o compromisso e respeito pela saúde e segurança de todos e assegure a continuidade do seu negócio com confiança!

SAFE



- ✔ Baseado nas orientações da Direção Geral da Saúde, Autoridade para as Condições do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho;
- ✔ Verificação in loco do cumprimento de procedimentos e de práticas de segurança e saúde;
- ✔ Aplicável a qualquer tipologia de organização, de todos os setores de atividade.



APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade

Principais Áreas de Atividade

Formação Inter e Intra Empresas (presencial e online); E-learning; Webinars; Projetos de Desenvolvimento Organizacional; Realização de Eventos (Congressos, Colóquios, Seminários, Jornadas, Sessões de Networking); Revista Qualidade; Informação Técnica e Publicações Online; Estruturas Dinamizadoras da Qualidade; ONS – Organismo de Normalização Setorial; Níveis de Excelência da EFQM; Certificação EQUASS Assurance; Projetos em Parceria (Observatório Nacional de Recursos Humanos, ECSI Portugal); Representações Internacionais (EOQ – European Organization for Quality; ASQ – American Society for Quality; EFQM – European Foundation for Quality Management; FUNDIBEQ – Fundación Iberoamericana para la Gestión de la Calidad; EPR – European Platform for Rehabilitation).

Sede

Rua Carlos Alves N.º 3,
Pólo Tecnológico de Lisboa
1600-515 LISBOA

T +351 214 996 210

F +351 214 958 449

E geral@apq.pt

S www.apq.pt

Ano de Fundação 1969

Presidente da Direção

Francisco Frazão Guerreiro

Número de Associados Ativos

997 (Coletivos e Individuais)

Secretário-Geral

Fernando Reis



APCER – Associação Portuguesa de Certificação

Serviços

- › Certificação
- › Auditoria
- › Educação e Formação (Formação Contínua, Pós-Graduações, Especializações Avançadas, Formação Inter Company)

Áreas especializadas

- › Agrifood (ISO 22000, HACCP, BRC Global Standards, IFS Standards, FSSC 22000, APCER 3002, APCER 5003, Recomendação ERSAR, Cadeias de Responsabilidade)
- › Climate Change (CELE, SEVESO, MRV, Fim do Estatuto de Resíduo, Verificação da Pegada de Carbono, Verificação PCIP)
- › Forest (PEFC™ Gestão Florestal NP 4406, PEFC™ Cadeia de Responsabilidade, FSC® Gestão Florestal, FSC® Cadeia de Responsabilidade, PSO – Process Standard Offset)
- › IT Security (ISO/IEC 27001, ISO/IEC 20 000-1, QWeb, Regulamento eIDAS)
- › Supply Chain (amfori BSCI, Auditorias internas, Auditorias a fornecedores)

Sede

O'Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430 – 1º
4150-074 PORTO

T +351 229 993 600

F +351 229 993 601

E info@apcer.pt

S www.apcergroup.com

Ano de Fundação 1996

CEO José Leitão



BMC PORTUGAL (BM TRADA)

Referenciais de Certificação:

- › Qualidade: ISO 9001
- › Ambiente: ISO 14001
- › SHST: OHSAS 18001 / ISO 45001
- › Segurança Alimentar: HACCP, ISO 22000
- › Segurança da Informação: ISO 27001
- › Energia: ISO 50001
- › Cadeia de Responsabilidade FSC® e PEFC (Produtos de Base Florestal)
- › Cadeia de Responsabilidade RSP0 (Óleo de Palma Sustentável)
- › Cadeia de Responsabilidade UTZ (Chá, Café e Cacau)
- › Certificação de Produto: Q-Mark

Sede

Av. D. João II – Edifício Infante
N.º 35 – 11º

Parque das Nações
1990-083 LISBOA

T +351 211 378 399 / +351 915 736 792

E tecnico@bmtrada.pt

S www.bmtrada.com

Ano de Fundação

1987 (Portugal: 2008)

Diretora Geral/Técnica

Cláudia Alexandra Carvalho



BUREAU VERITAS Certification

Referenciais de Certificação/Verificação de Conformidade

Sistemas de Gestão: Qualidade (ISO 9001) | Ambiente (ISO 14001; EMAS) | Hig. Saúde e Segurança (NP 4397; ISO 45001; SCC; ISO 45001) | Rec. Humanos (NP 4427) | Inv., Desenv. e Inovação (NP 4457) | Resp. Social (NP 4469-1; SA 8000; ISO 26000; NP 4552) | Resp. Sociais | Seg. da Informação (ISO 27001) | Gestão de Serviço IT (ISO 20000) | Sector Automóvel (IATF 16949) | Aeroespacial (AS 9100; AS 9110; AS 9120) | Alimentar (FSSC 22000; ISO 22000; BRC; IFS; HACCP-Codex) | Florestal (FSC; PEFC) | Gestão do Risco (ISO 31000) | Call Center (ISO 18295-1) | MSC (Cadeia de Resp. nas Pescas) | ISO 3834 | Energia (ISO 50001) | Systecode e Systecode Premium (Código de Boas Práticas Rolheiras); Relatórios de Sustentabilidade; Continuidade do Negócio (ISO 22301); Produtos/Serviços: Serviço de Man. de Extintores (NP 4413; NP 4513) | Serviço de Tradução (ISO 17100) | Andaimos (EN 12810) | Controlo Prod. de Betão (NP 206-1); Marcação CE: Estruturas Metálicas (EN 1090); Agregados, Misturas Betuminosas; Auditorias de 2.ª Parte (Cód. de Conduta; Aud. a Fornecedores; Cliente mistério) | ODS| Zero Wastel Organizações saudáveis.

Sede

Rua Laura Ayres, n.º 3
1600 - 510 LISBOA
T +351 217 100 970
F +351 217 100 971
E certification.portugal@pt.bureauveritas.com
S www.bureauveritas.pt
Ano de Fundação 1999
Diretor de Certificação
Bureau Veritas Certification
Patrícia Franganito
Número de Certificados Emitidos
1223



CERTIF – Associação para a Certificação

Referenciais de Certificação

Certificação de Produtos | Certificação de Serviços | Certificação do Serviço das Empresas que executam atividades de instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham gases fluorados com efeito de estufa em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 517/2014, Regulamento de Execução (UE) 2015/2067 e com o Decreto-Lei n.º 145/2017 | Certificação de Processos | Certificação do Processo de Controle da Produção de Betão | Certificação de Software | Certificação de Pessoas | Certificação de Sistemas de Gestão: Qualidade (ISO 9001); Ambiente (ISO 14001); Segurança Alimentar (ISO 22000); Segurança e Saúde do Trabalho (NP 4397; OHSAS 18001; ISO 45001); Energia (ISO 50001); Sector Automóvel (IATF 16949); Inv., Des. e Inovação (NP 4457); | Cert. HACCP – Códex Alimentarius | Certificação do Sistema de Boas Práticas de Fabrico de Cosméticos (ISO 22716) | Marcação CE: Regulamento Prod. da Construção

Sede

Rua José Afonso, 9E
2810-237 ALMADA
T +351 212 586 940
F +351 212 586 959
E mail@certif.pt
S www.certif.pt
Ano de Fundação
1998 (início de atividade: 1999)
CEO Francisco Barroca
Número de Certificados Emitidos
2539 (até 30 de novembro de 2020)



DNV GL – Business Assurance

Referenciais de Certificação

- > ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001
- > IATF 16949; 2016 para Indústria Automóvel
- > UN para Sustainable Development Projects
- > IFS / BRC / GMP para Segurança Alimentar

Acreditações

RvA | ENAC | IATF | SINCERT | DAKKS

Sede

Av. Infante Santo, n.º 43 – 1.º Esq.
1350-177 LISBOA
T +351 213 929 305
F +351 213 977 547
E carlos.cavaco@dnvgl.com
S www.dnvgl.es
Ano de Fundação
1864 (Fund. DNV) 1970 (Port)
CEO Portugal
Paulo Viana
CEO DNV GL Group
Remi Eriksen



DQS Portugal

Referenciais de Certificação

Qualidade: ISO 9001, DQS-Best; Sector Automóvel: IATF 16949, VDA 6.1/6.2/6.4, SPICE (ISO 15504); Ambiente e Energia: ISO 14001, ISO 16001, ISO 50001, EMAS, CO₂-Footprint; Saúde e Segurança no Trabalho: OHSAS 18001, ISO 45001; SCC/SCP; Segurança Sistemas Informação: ISO 27001, ISO 20000-1; Responsabilidade Social: SA 8000, ISO 26000, BSCI; Segurança e Higiene Alimentar: ISO 22000, FSSC 22000, HACCP, EN 15593, IFS, BRC; Aeroespacial: EN/AS 9001/9110/9120; Dispositivos Médicos: ISO 13485, Diretiva 93/42/EEC, ISO 15378; Petróleo, Petroquímica, Gás Natural: ISO TS 29001, HSE, RC 14001; Indústria Ferroviária: IRIS; Telecomunicações: TL 9000; Business Excellence: IBEC, DQS-TIP, Risk Management, BS 25999; EuRA Quality Seal.

Sede

Avenida João Crisóstomo 30, 5.º
1050-127 LISBOA
T +351 963 038 407
F +351 213 303 733
E info@dqs-portugal.com
S www.dqs-portugal.com
Ano de Fundação 2009
Office Coordinator
António Feio



EIC – Empresa Internacional de Certificação

Referenciais de Certificação

Sistemas de Gestão: Acessibilidades; Ambiente; Continuidade de Negócio; Energia; Eventos Sustentáveis; Formação Profissional; FSSC; IDI; Organizações de Educação; Qualidade; Recursos Humanos; Responsabilidade Social; Segurança Alimentar; Segurança da Informação; Segurança e Saúde do Trabalho; Tecnologias de Informação. Produtos: Betão; Cabos de Amarração; Combustíveis Derivados de Resíduos; Luminárias; Produtos Alimentares (Cereais e Leguminosas); Marcação CE – Produtos de Construção; Serviços: Boas Práticas de Fabrico; Franchising; Funerários; Gases Fluorados; Gestão de Pragas; Espaços de Jogo e Recreio; Manutenção de Extintores; Respostas Sociais; Prestação de Serviços de Manutenção; Segurança Contra Incêndio; Qualidade do Serviço; Tradução. Outros: Boas Práticas de Farmácia; Declaração PAS 2050; HACCP – Codex Alimentarius; Normas de Laboratório Clínico; Processo de Valorização de Resíduos (FER); SGQ – Dispositivos Médicos; Verificação Ambiental EMAS; Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos [COVID CLEAN].

Atividades de Inspeção Espaços de Jogo e Recreio

Sede

Rua da Tobis Portuguesa, n.º 8, 2.º,
esct 10 > 1750-292 LISBOA
T +351 214 220 640
F +351 214 220 649
E geral@eic.pt
S www.eic.pt
Ano de Fundação 2000
Administradores
Executivos
Manuel Vidigal
Aline Cortez



INTERTEK

Principais Referenciais

Qualidade: ISO 9001 | Ambiente: ISO 14001 | Segurança e Saúde no Trabalho: ISO 45001 | Segurança da Informação: ISO 27001 | Energia: ISO 50001 | Gestão do risco: ISO 22301, ISO 37001, ISO 55001, ISO 39001 | Segurança Alimentar: ISO 22000 | FSSC 22000 Food Processing, Packaging, Food and feed processing, Biochemical, Transport and Storage, Catering, Retail and Wholesale | BRC Food, BRC Packaging, BRC Agents & Brokers, BRC Consumer Products, BRC Storage and Distribution | IFS Food, IFS Logistics, IFS Broker, IFS Global Markets Food, IFS Global Markets Logistics, IFS Wholesale/Cash and Carry | GMP+ | Sector Médico: ISO 13485, ISO 22716 | Sector Automóvel: IATF 16949 | Setor da Aviação & Aeroespacial: AS9100 Series | Sector Cosmético: ISO 22716 | Materiais reciclados: Global Recycled Standard (GRS), Recycled Claim Standard (RCS) | Biocombustíveis sustentáveis: ISCC EU | Pesca e Aquacultura sustentáveis: MSC/ASC Chain of Custody | Óleo de Palma sustentável: RSPO Supply Chain Certification | Responsabilidade Social: SMETA, BSCI | Auditorias Combinadas, Auditorias Integradas e Auditorias de segunda-parte segundo programas específicos de clientes ou da Intertek como WCA (Workplace Conditions Assessment), TGI (Think Green Initiative), SCS (Supply Chain Security) e C-TPAT (Customs and Trade Partnership Against Terrorism).

Sede

Rua Antero de Quental 221 S.102
4455-586 PORTO
T +351 220 600 343
E info.portugal@intertek.com
S www.intertek.pt
Ano de fundação
1885 (Fund. Intertek)
1989 (Portugal)
CEO André Lacroix
Acreditações
UKAS | ANSI | ASI | CAI | SWEDAC
| ACCREDIA | KAN | IATF | ISCC
| SAAS | ANAB



Lloyd's Register EMEA

Referenciais de Certificação

Qualidade ISO 9001, NP 4492 / Automóvel: IATF 16949 / Ambiente: ISO 14001, EMAS, Verificação Emissões CO₂, Verificação Relatórios de Sustentabilidade / Segurança e Saúde no Trabalho: OHSAS 18001, ISO 45001, SGSPAG – Prevenção de Acidentes Graves / Segurança Alimentar: ISO 22000, FSSC 22000, HACCP, BRC, BRC Packaging, IFS, IFS Logistics / Energia: ISO 50001 / Responsabilidade Social: SA 8000, SMETA, ISO 26000 / IT: RGD – Regulamento Geral Proteção de Dados, ISO 27001, ISO 20000, ISO 22301 / entre outros.

Outros Serviços Customizados:

Auditorias de 2ª Parte, Qualificação de Fornecedores, Directivas e Marca CE, entre outros.

Sede

Avenida D. Carlos I, n.º 44, 6.º
Andar, 1200-649 LISBOA
T +351 213 964 131
F +351 213 904 829
E LRQA-Lisbon@lr.org
S www.lrqa.pt
Ano de Fundação 1985



SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação

Sistemas de Gestão – Genéricos

Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, Energia, Ativos, Investigação Desenvolvimento e Inovação, Conciliação da Vida Profissional Familiar e Pessoal, Recursos Humanos, Reclamações, Responsabilidade Social, Entidades Familiarmente Responsáveis, Continuidade do Negócio, Segurança de Informação, Segurança da Cadeia de Fornecimento, Eventos Sustentáveis.

Referenciais Sectoriais

Aeronáutica; Alimentar (Produto, Modo de Produção Biológica, BRC Food, BRC IOP – Embalagens, BRC – Distribuição, FSSC 22000, ISO 22000, GlobalGap, GMP, HACCP, IFS, Pesca Sustentável (MSC); Automóvel (ISO/TS 16949, Reboques e Desempanagem); Caminhos-de-Ferro; Construção (Marcação CE, Produtos de Construção, Domus Natura, Green Building); Contact Centers; Cosméticos; Extintores; Formação e Ensino (NP 4512, ISO 29990); Florestal (FSC, PEFC, SFI); Hotelaria e Turismo (NP 4494, NP 4507); Informática (ISO 20000, ISO 25000); Manutenção Industrial; Oil & Gas (ISO 29001); Respostas Sociais; GDP Produtos Farmacêuticos, Embalagens Primárias Indústria Farmacêutica (ISO 15378); Telecomunicações; Transportes e Logística; Produtos; Serviço.

Sede

SGS Portugal, Rua Cupertino
Miranda, Pólo Tecnológico de
Lisboa – Lote 6, 1600-513 LISBOA
T 808 200 747
E pt.info@sgs.com
S www.sgs.pt
Ano de Fundação 1998
Diretora-Executiva
Sandra Matias
Número de Certificados Ativos
3528 (até 31 de dezembro de 2020)



TÜV – Rheinland Portugal, Inspeções Técnicas, LDA.

Principais Referenciais de Certificação

Internacionais: ISO 9001; IATF 16949; VDA 6. ff; EN 9100; EN 9110; ISO 14001 / EMAS; ISO 50001; ISO 20000; ISO 27001; ISO 22000; IFS/BRC/Codex Alimentarius; ISO 26001; SA 8000/BSCI; SEDEX; OHSAS 18001/ ISO 45001; ISO 28001; ISO 55001 ISO 15593/ISO 15538; GMP+; amfori BEPI; Organic 100%; Global Recycled Standard, RWS.

Nacionais: NP 4427; NP 4457; NP 4469; NP 4492.

Próprios: Eco-Hotel; Food Safety/HACCP; CSR Audits; Cliente Mistério; SPA & Wellness.

Sede

Edifício Zenith (Arquiparque)
Rua Dr. Ant.º Loureiro Borges, n.º 9
– 3.º, 1495-131 LISBOA
T +351 214 137 040
F +351 214 137 045
E geral@pt.tuv.com
S www.tuv.pt
Ano de Fundação 1989
Administrador
Fernando Lames
Número de Certificados Emitidos
2570 (até 30 de setembro de 2019)





EM QUE PODEMOS AJUDAR

- Formação e Eventos
- Comissões Técnicas de Normalização
- Certificação EQUASS
- Reconhecimentos EFQM
- European Quality Trademark **(NOVO)**
- Índice Nacional de Satisfação do Cliente (ECSI Portugal)
- Observatório Nacional de Recursos Humanos (ONRH)
- Publicações e Informação Técnica

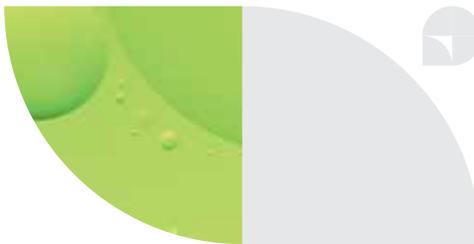


EQ™

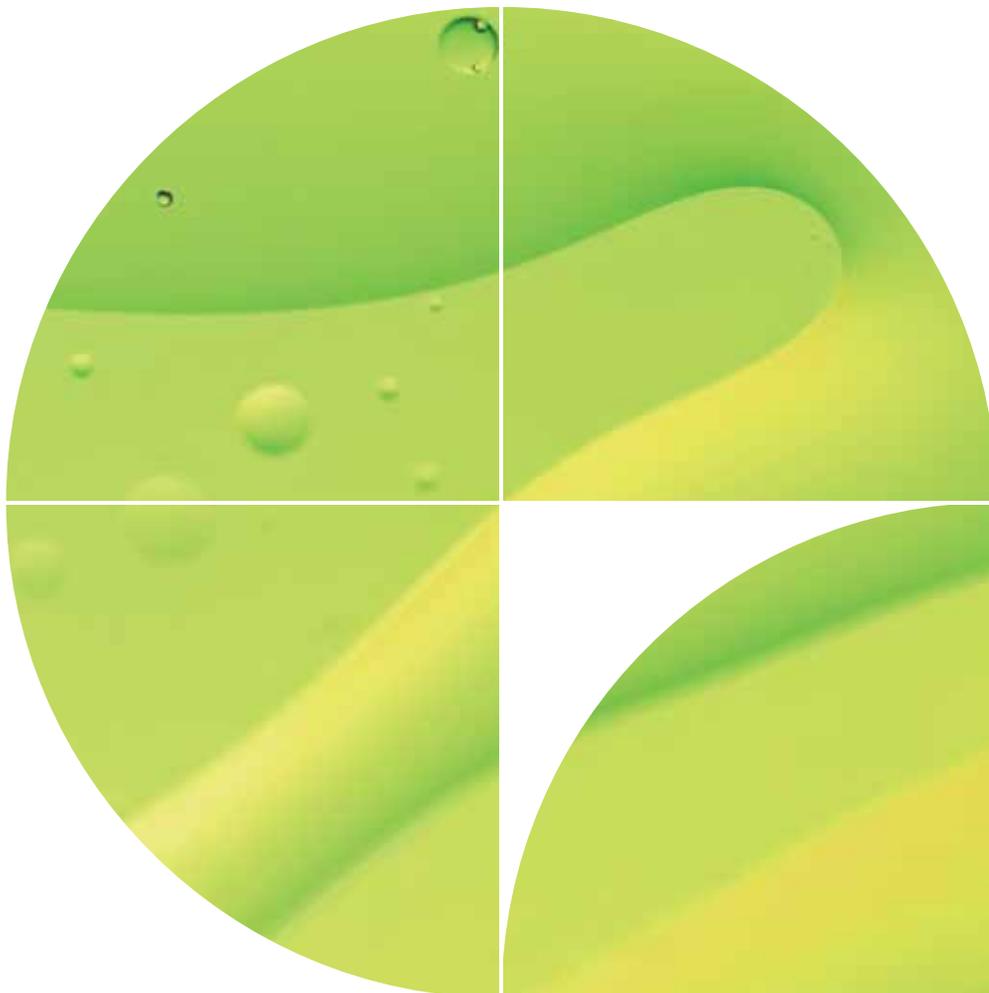


PARCEIROS INTERNACIONAIS





FICHAS TÉCNICAS COMERCIAIS



FUTURO

Sociedade Gestora de Fundos
de Pensões, S.A.

p. 16

LIPOR

Serviço Intermunicipalizado de
Gestão de Resíduos do Grande Porto

p. 18



FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

DADOS DA CERTIFICAÇÃO		OBJETIVOS DA CERTIFICAÇÃO	INFORMAÇÃO GERAL
NP EN ISO 9001: 2015	APCER	Para a FUTURO, a primeira Sociedade Gestora de Fundos de Pensões a obter a Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade em Portugal, a Certificação da Qualidade, mais do que um fim, é um meio para alcançar elevados padrões de qualidade de serviço. Sendo o nosso objetivo a excelência na gestão de Fundos de Pensões, destinados a particulares e empresas, pretendemos melhorar continuamente a nossa atuação e processos com vista à satisfação dos clientes e à sua proteção na reforma. Disponibilizamos produtos e soluções inovadoras, assentes em valores como a segurança, credibilidade e transparência, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores na orientação para os resultados.	<p>Morada Rua do Carmo, 42 – 6.º 1200-094 LISBOA T +351 210 416 005 T 707 222 222 (comercial) F +351 210 416 001 E geral@futuro-sa.pt</p> <p>Ano de Fundação 1988 NIF 501 965 963 CAE 66300 Capital Social 2.566.800 Euros Registada na CRC de Lisboa Atividade Principal Gestão e Comercialização de Fundos de Pensões Volume de Ativos em Gestão 2019 1.723 Milhões de Euros Número de Colaboradores 33</p> <p>PCA Virgílio Manuel Boavista Lima</p> <p>Administrador Executivo José Luís Esparteiro da Silva Leitão</p> <p>Diretor Administrativo e Financeiro Mário Jorge Tavares Costa</p> <p>Diretor de Risco, Compliance e Qualidade João Nuno Fontan Brasão Ferreira</p> <p>Diretor Técnico Luís Alberto Matos de Oliveira</p> <p>Diretora Comercial e de Marketing Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto</p> <p>Canais de Distribuição FUTURO e MONTEPIO</p>
ÂMBITO DA CERTIFICAÇÃO		WWW.FUTURO-SA.PT	
Atividades de Conceção, Gestão, Comercialização e Prestação de Serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.			
N.º Certificado 2001/CEP.1561			
			



À PARTIDA ESTAMOS LONGE DE IMAGINAR QUE A VIDA PASSA A CORRER.

Prepare a sua equipa para ganhar a corrida.

TEMOS SOLUÇÕES QUE SE ADEQUAM À SUA EMPRESA.

Peça uma simulação, sem qualquer compromisso.

Tel.707 222 222 | scorempresas@futuro-sa.pt | www.futuro-sa.pt

scorempresas | Soluções Complemento de Reforma para Empresas

Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Rua do Carmo, 42 - 6º, 1200-094 LISBOA | Capital Social €2.566.800 | Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963 Registada na C.R.C. de Lisboa | Entidade autorizada, supervisionada e registada na ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o nº 3805



LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

DADOS DA CERTIFICAÇÃO

NP EN ISO 9001	APCER
NP EN ISO 14001	APCER
NP EN ISO 45001	APCER
SA 8000	APCER
NP 4457	APCER
NP EN ISO 50001	APCER

OBJETIVOS DA CERTIFICAÇÃO

O Sistema de Gestão LIPOR é fundamentado na observância do processo de melhoria contínua do desempenho dos requisitos da Qualidade, Ambiente, Energia, Higiene e Segurança, tendo como referência a integração dos modelos de gestão respetivos descritos nas Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 50001 e OHSAS 18001/NP 4397. Tendo como base a uniformização de práticas e procedimentos, estes mesmos princípios são aplicados no que se refere à Gestão do Sistema de Responsabilidade Social (SA 8000) e à Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457).

INFORMAÇÃO GERAL

Morada
Apartado 1510
4435-996 BAGUIM DO MONTE
T (+351) 229 770 100
F (+351) 229 756 038
E info@lipor.pt

Ano de Fundação 1982
NIF 501 394 192
CAE 38212
Atividade Principal
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
Volume Negócios 2019
40.027.327 Euros
Número de Colaboradores 202

ÂMBITO DA CERTIFICAÇÃO

Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001) implementado em toda a Organização na gestão de resíduos urbanos e promoção da educação e sensibilização ambiental.

Sistema de Gestão de Ambiente (ISO 14001), Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) e Sistema de Gestão de Energia (ISO 50001) implementado nas seguintes áreas e atividades: aceitação de resíduos provenientes da recolha seletiva; recolha e aceitação de resíduos provenientes da recolha seletiva porta-a-porta (ECOFONE); gestão do Centro de Triagem para resíduos provenientes da recolha seletiva; gestão da Central de Valorização Energética e Confinamento Técnico; recolha de resíduos orgânicos; gestão da Central de Valorização Orgânica; gestão do Ecocentro da Formiga; comercialização do composto orgânico NUTRIMAIS marca registada.

Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SA 8000) implementado em toda a Organização na gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457) implementado em toda a Organização na investigação, desenvolvimento e inovação de soluções sustentáveis de gestão de resíduos.

WWW.LIPOR.PT



PCA
Aires Pereira

Administrador Delegado
Fernando Leite

Responsável Qualidade
Nuno Filipe

Mercados onde atua
Portugal



QUEREMOS ESTAR NO MERCADO GLOBAL E CRIAR TENDÊNCIAS PARA O FUTURO SUSTENTÁVEL.

A LIPOR tem como premissa potencializar a proteção do ambiente, prevenindo todas as formas de poluição, promovendo o combate às alterações climáticas, eliminando ou minimizando os riscos para a segurança e saúde dos Colaboradores, bem como da Comunidade envolvente e promover a qualidade e inovação, tendo em consideração a natureza, dimensão e impactos potenciais das suas atividades.

Neste sentido, a implementação e certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente, Energia, Segurança e Saúde, Investigação, Desenvolvimento e Inovação e Responsabilidade Social contribui para melhorar o desempenho da LIPOR e demonstrar o seu comprometimento e orientação.



SEDE LIPOR



CENTRO DE TRIAGEM



CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA E CONFINAMENTO TÉCNICO



lipor



GUIA DE EMPRESAS CERTIFICADAS

ATUALIDADE

BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2019
p. 22

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO: CONTEXTO
MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS
p. 30

A CERTIFICAÇÃO NA EUROPA COMUNITÁRIA
p. 46

PAÍSES EM DESTAQUE: GRÉCIA E CHIPRE
p. 56

A QUALIDADE FACE À PANDEMIA

IPQ p. 62

IPAC p. 64

RELACRE p. 66

APQ p. 68

APCER p. 72

DQS p. 74

EIC p. 76

INTERTEK IBÉRICA p. 78

LLOYD'S REGISTER p. 80

SGS PORTUGAL p. 82

TÜV RHEINLAND p. 84

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS
E PRODUTOS CERTIFICADOS (QR-CODE)
p. 86



Inspeção
Ensaios
Certificação
Formação
Engenharia



O seu parceiro para a Internacionalização

Há mais de 145 anos a documentar a Segurança e Qualidade de Sistemas, Produtos, Processos e Pessoas em todo o mundo.



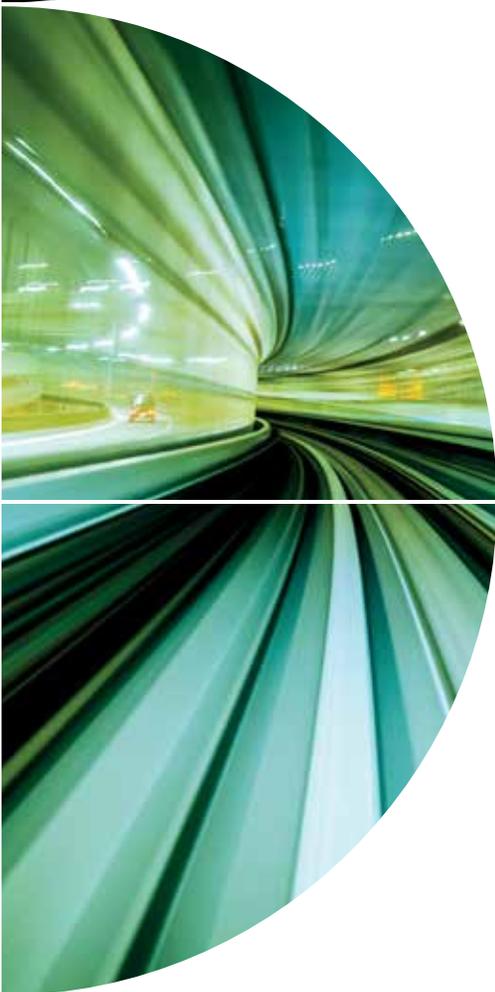
e-mail: geral@pt.tuv.com
Tel.: (+351) 214 137 040

www.tuv.pt

 **TÜVRheinland**[®]
Precisely Right.



BARÓMETRO DA CERTIFICAÇÃO 2019



De acordo com a última edição do ISO Survey (valores relativos a 31 de Dezembro de 2018), o número de entidades com sistemas de gestão da qualidade certificados de acordo com a norma ISO 9001 era a essa data de 883.521 organizações. Face ao ano anterior em que houve uma diminuição do número de organizações certificadas em termos mundiais, no ano de 2018 é possível observar novamente uma diminuição do número de organizações certificadas em termos mundiais. Relativamente à norma ISO 14001, o número de organizações com sistemas de gestão ambiental certificados situava-se, a 31 de Dezembro de 2018, em 307.059. Face ao ano anterior, há a registar novamente um decréscimo deste tipo de certificação.

No caso específico de Portugal existiam, nessa mesma data, e de acordo com o ISO Survey, 6.623 organizações certificadas segundo a norma ISO 9001 e 1.382 com sistemas de gestão ambiental certificados segundo a norma ISO 14001.

No que diz respeito à diferença entre os números publicados pelo Barómetro da Certificação e os números publicados pelo ISO Survey, no que à realidade Portuguesa diz respeito, verifica-se a existência de uma diferença de -385 certificados ISO 9001 emitidos, mantendo-se assim o número de certificados apresentados no ISO Survey maior do que os números publicados pelo Barómetro da Certificação.



FONTES DE INFORMAÇÃO

Para a realização das diversas análises, apresentadas de seguida, foi usada informação recolhida junto das seguintes entidades:

- Organismos certificadores (dados relativos ao número de entidades certificadas segundo os diferentes referenciais normativos).
- World Bank (dados sobre População datados de 2018).
- Instituto Nacional de Estatística (dados sobre População datados de 2018; dados sobre número de empresas com 10 ou mais colaboradores datados de 2018).
- ISO Survey referente ao ano de 2018.

PRÉ-PROCESSAMENTO DOS DADOS

Nas análises efetuadas sobre a percentagem de empresas certificadas em cada um dos sistemas de gestão, a respetiva percentagem foi calculada em função do número de empresas com 10 ou mais colaboradores existentes num determinado espaço geográfico, visto que, com base num conjunto de investigações prévias já efetuadas e publicadas, se verificou que a certificação de sistemas de gestão da qualidade tem uma penetração e difusão significativamente maiores neste grupo de empresas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

ANÁLISE GLOBAL

Pela análise da Tabela 1 pode-se verificar que existiam, em Dezembro de 2018, em Portugal, 6.238 entidades com sistemas de gestão da qualidade certificados pela norma ISO 9001, valor este que corresponde a 0,61 entidades certificadas segundo a norma ISO 9001 por 1000 habitantes, bem como a 12,39% das



empresas com 10 ou mais colaboradores. A nível dos sistemas de gestão ambiental e de segurança e saúde no trabalho contabilizaram-se, respetivamente, 1.354 e 768 entidades certificadas.

A certificação segundo a norma ISO 22000 continua a liderar o grupo de referenciais com menor expressão junto das organizações Portuguesas, existindo à mesma data, 372 organizações com sistemas de gestão de segurança alimentar certificados. A segunda posição deste grupo é ocupada pela certificação segundo a norma NP 4457, com 270 organizações certificadas. O número de certificados emitidos segundo a norma ISO/TS 16949 foi de 130. Num terceiro grupo encontra-se a certificação HACCP, a certificação segundo a norma SA 8000/NP 4469 e a Verificação EMAS com 74, 72 e 55 certificados emitidos, respetivamente.

A nível de sistemas de gestão integrados, em contraste com as edições anteriores e de outras publicações [Sampaio et al., 2012], destaca-se a integração de sistemas de gestão da qualidade e ambiente com 433 empresas certificadas nestas condições. De seguida aparece o grupo de empresas com sistemas de gestão integrados de qualidade, ambiente e segurança, existindo, em Dezembro de 2018, 423 empresas com este tipo de integração. Com sistema integrado ao nível da qualidade e segurança existiam 86 empresas. Existem apenas 66 empresas com um sistema integrado de ambiente e segurança e saúde no trabalho. Pela análise das Tabelas 2 e 3, desde 2007, ano da publicação da primeira edição do Barómetro da Certificação, pode-se verificar que, à exceção da certificação ISO 9001, da certificação integrada qualidade e segurança e da certificação

integrada em qualidade e ambiente, todos os tipos de certificações evoluíram positivamente. São de destacar os aumentos verificados a nível do número de organizações com certificação integrada de ambiente e segurança, bem como a certificação OHSAS 18001 com valores de 1000,0% e 102,1%, respetivamente. Relativamente à diferença percentual entre o ano 2017 e 2018, os resultados revelam-se mais negativos do que no ano anterior. Neste caso existe uma diminuição para todas as certificações em análise, excetuando a certificação integrada em qualidade e ambiente e a certificação integrada em ambiente e segurança. As maiores diferenças percentuais verificadas entre os anos 2017 e 2018 referem-se a nível da certificação de sistemas de gestão integrados de qualidade, ambiente e segurança, certificação ambiente e certificação qualidade de -10,4%, -5,2% e -5,0%, respetivamente. A diminuição apresentada pode ser justificada pela diminuição de interesse por parte das empresas em renovar a certificação, já que com o sistema implementado e com algum nível de maturidade, podem não observar benefícios na manutenção da certificação [Karapetrovic et al., 2010]. No caso da norma ISO 9001, esta diminuição pode ainda dever-se a não terem sido realizadas algumas transições da norma ISO 9001:2008 para a versão mais recente, a norma ISO 9001:2015.

O aumento ligeiro dos sistemas integrados de qualidade e ambiente e dos sistemas integrados ambiente e segurança poderá ser justificado pela eventual descertificação de algum dos referenciais dos sistemas integrados qualidade, ambiente e segurança, transformando-se o sistema de gestão integrado tridimensional num sistema de gestão integrado bidimensional.



MÓNICA CABECINHAS

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
id7273@alunos.uminho.pt

PERFIL

- Licenciada em Engenharia da Energia e do Ambiente em 2013, obteve o grau de Mestre em Engenharia e Gestão da Qualidade em 2016 pela Universidade do Minho.
- Frequenta o Programa Doutoral em Engenharia Industrial e de Sistemas, sendo a sua bolsa subsidiada pela Fundação da Ciência e Tecnologia.
- Desenvolve, desde 2016, a sua atividade de investigação no Grupo da Qualidade e Excelência Organizacional coordenado pelo Prof. Paulo Sampaio.



ANÁLISE POR REGIÕES

À semelhança das publicações anteriores, a análise da Tabela 4 permite concluir que as regiões Norte, Centro e Lisboa continuam a ser as regiões do país com maior número de entidades certificadas em todos os referenciais analisados. Nas análises efetuadas em função do número de certificados emitidos por 1000 habitantes, bem como nas análises percentuais, são notórias as diferenças entre a certificação de sistemas de gestão da qualidade e os restantes referenciais. Analisando em mais detalhe os principais sistemas de gestão – qualidade, ambiente e saúde e segurança no trabalho, retiram-se as seguintes conclusões:

- Valores absolutos: a nível da certificação de sistemas de gestão da qualidade a região Norte lidera em termos absolutos com 2.272 organizações certificadas. No âmbito da certificação de sistemas de gestão ambiental e de segurança, a liderança é assumida pela região de Lisboa com 434 e 269 organizações certificadas, respetivamente.
- Valores por 1000 habitantes: à semelhança do ano anterior, nesta análise a liderança é assumida pela região Centro a nível da certificação segundo a norma ISO 9001 (0,84), a norma ISO 14001 (0,18) e na norma OHSAS 18001 partilha a liderança com a região de Lisboa (0,09).
- Valores percentuais: tal como na análise dos valores por 1000 habitante, a liderança é assumida pela região Centro a nível da certificação de sistemas de gestão da qualidade (18,70%) e nas certificações de sistemas de gestão ambiental (4,04%) e nas certificações de sistemas de gestão de segurança (2,10%).

TABELA 1

Número de entidades certificadas por sistema de gestão em Portugal, a 31 de dezembro de 2018			
Referencial	N	Por 1000 habitantes	%
ISO 9001	6 238	0,61	12,39
ISO 14001	1 354	0,13	2,69
OHSAS 18001/NP 4397	768	0,07	1,53
ISO 22000	372	0,04	0,74
ISO/TS 16949	130	0,01	0,26
EMAS	55	0,01	0,11
HACCP	74	0,01	0,15
NP 4457	270	0,03	0,54
SA 8000/NP 4469	72	0,01	0,14
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	423	0,04	0,84
ISO 9001 + ISO 14001	433	0,04	0,86
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	86	0,01	0,17
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	66	0,01	0,13

TABELA 2

Evolução do número de entidades certificadas de 2007 para 2018						
Referencial	N		Por 1000 habitantes		%	
	2007	2018	2007	2018	2007	2018
ISO 9001	6.576	6 238	0,62	0,61	13,20	12,39
ISO 14001	776	1 354	0,07	0,13	1,56	2,69
OHSAS 18001/NP 4397	380	768	0,04	0,07	0,76	1,53
ISO 9001 + ISO 14001	436	433	0,04	0,04	0,90	0,86
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	281	423	0,03	0,04	0,60	0,84
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	88	86	0,01	0,01	0,20	0,17
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	6	66	0,00	0,01	0,01	0,13

TABELA 3

Evolução percentual do número de entidades certificadas de 2007-2018 e 2017-2018		
Referencial	2007-2018	2017-2018
ISO 9001	-5,1%	-5,0%
ISO 14001	74,5%	-5,2%
OHSAS 18001/NP 4397	102,1%	-3,4%
ISO 9001 + ISO 14001	-0,7%	1,4%
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	50,5%	-10,4%
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	-2,3%	-3,4%
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	1000,0%	1,5%



TABELA 4

Número absoluto, por 1000 habitantes e percentual de certificados emitidos por região NUTS II							
Valores absolutos							
Referencial	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
ISO 9001	2 272	1 855	1 684	165	96	95	63
ISO 14001	413	401	434	46	18	21	19
OHSAS 18001/NP 4397	241	208	269	20	7	15	8
ISO 9001 + ISO 14001	131	137	122	17	9	5	7
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	29	27	22	3	2	3	0
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	139	106	148	9	3	11	7
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	22	17	25	2	0	0	0
Valores por 1000 habitantes							
Referencial	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
ISO 9001	0,64	0,84	0,59	0,23	0,22	0,39	0,25
ISO 14001	0,12	0,18	0,15	0,07	0,04	0,09	0,07
OHSAS 18001/NP 4397	0,07	0,09	0,09	0,03	0,02	0,06	0,03
ISO 9001 + ISO 14001	0,04	0,06	0,04	0,02	0,02	0,02	0,03
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,04	0,05	0,05	0,01	0,01	0,05	0,03
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores percentuais							
Referencial	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
ISO 9001	11,68	18,70	12,19	6,22	3,81	10,52	5,88
ISO 14001	2,12	4,04	3,14	1,73	0,71	2,33	1,77
OHSAS 18001/NP 4397	1,24	2,10	1,95	0,75	0,28	1,66	0,75
ISO 9001 + ISO 14001	0,67	1,38	0,88	0,64	0,36	0,55	0,65
ISO 9001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,15	0,27	0,16	0,11	0,08	0,33	0,00
ISO 9001 + ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,71	1,07	1,07	0,34	0,12	1,22	0,65
ISO 14001 + OHSAS 18001/NP 4397	0,11	0,17	0,18	0,08	0,00	0,00	0,00

Na Tabela 5 apresenta-se a evolução percentual das três principais certificações a nível das diferentes regiões NUTS II. Para cada um dos referenciais, as maiores taxas de crescimento, entre 2007 e 2018, verificaram-se na Região Autónoma dos Açores, 3,3% para a norma ISO 9001, na Região Autónoma dos Açores 250,0% para a norma ISO 14001 e para a OHSAS 18001 com 200,0% também na Região

Autónoma dos Açores. Nesta tabela, o maior destaque vai para a diminuição da certificação da qualidade na Região Autónoma da Madeira (-45,2%) e na Região do Alentejo (-35,0%). A diminuição da certificação aparenta ser uma nova tendência e deverá ser acompanhada com atenção, visto que já nos dois anos anteriores se verificaram diminuições de certificações face ao ano de 2007.



PEDRO DOMINGUES

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
pdomingues@dps.uminho.pt

PERFIL

- Licenciado em Química (1996), mestre em Química Têxtil – ramo Ambiente (2001) e doutorado em Engenharia Industrial e de Sistemas (2013) pela Universidade do Minho.
- Tese de doutoramento sobre sistemas de gestão integrados e desenvolvimento de um modelo de maturidade.
- Atualmente Investigador e Professor na Universidade do Minho, envolvido num projeto de pós-doutoramento tendo por objetivo a avaliação da maturidade e eficiência de sistemas de gestão integrados.
- O trabalho de investigação desenrola-se na linha de investigação IEM (ALGORITMI Research Centre).
- Coautor em cerca de 70 artigos (revistas, atas de congressos, capítulos de livros), alguns deles reconhecidos e premiados em Portugal e no estrangeiro.



Na Tabela 6 apresenta-se a evolução percentual das três principais certificações a nível das diferentes regiões NUTS II entre os anos de 2017-2018. Nesta tabela, o maior destaque vai para o decréscimo da certificação da qualidade (-36,5%), da certificação ambiente (-44,4%) e da certificação segurança (-42,9%) na Região do Algarve.

Tal como na edição anterior, há um decréscimo notório ou uma estabilização do número de organizações certificadas em todas as regiões de Portugal e para todos os referenciais em estudo.

No seguimento da análise introduzida na edição de 2012 do Barómetro da Certificação – Índice de Crescimento (Sampaio et al., 2014), nesta edição apresentam-se os resultados obtidos tendo em conta os dados de referência usados para este Barómetro (a 31 de Dezembro 2018).

$IC_{x,z} = (0,2 \times \Delta_{i-3})_{x,z} + (0,3 \times \Delta_{i-2})_{x,z} + (0,5 \times \Delta_{i-1})_{x,z}$
em que:

Δ_{i-3} ; Δ_{i-2} ; Δ_{i-1} ,

correspondem à variação do número absoluto de certificados no ano i-3, i-2, i-1, no referencial x e na região z.

Com o desenvolvimento deste índice pretendeu-se considerar a evolução do número de certificados emitidos de determinado referencial e em determinada região nos últimos 3 anos e atribuir a cada uma dessas variações um peso diferente no valor final do indicador. Na Tabela 7, a certificação segundo a norma OHSAS 18001 destaca-se, visto que é a única que não apresenta uma tendência de decréscimo em todas as regiões, sendo que a região com indicador de crescimento com

valor mais elevado, correspondente a 3,1, se refere à região de Lisboa.

Relativamente aos índices de crescimento das diferentes regiões, relativos à certificação segundo a norma OHSAS 18001, destaca-se a Região Autónoma dos Açores com um indicador negativo (-30,0). Quanto à certificação segundo a norma ISO 14001 e à certificação segundo a norma ISO 9001, no ano de 2018 destaca-se negativamente a Região do Algarve com -30,8 e -26,7, respetivamente.

EVOLUÇÃO TEMPORAL

As Figuras 1 e 2 evidenciam a evolução do número de organizações certificadas segundo a norma ISO 9001 por 1000 habitantes e a respetiva percentagem, calculada em função do número total de empresas com 10 ou mais colaboradores.

Tendo por base a análise da Figura 1 é possível identificar um grupo formado apenas pela Região Centro, com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes claramente superior ao valor nacional, outro formado pelas

TABELA 5

Evolução percentual de 2007 a 2018 nas Regiões NUTS II							
Referencial	Variação 2007-2018						
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
ISO 9001	-1,3%	1,4%	-9,0%	-35,0%	-17,2%	3,3%	-45,2%
ISO 14001	52,4%	111,1%	75,7%	48,4%	5,9%	250,0%	72,7%
OHSAS 18001/NP 4397	89,8%	136,4%	116,9%	5,3%	-22,2%	200,0%	100,0%

TABELA 6

Evolução percentual de 2017 a 2018 nas Regiões NUTS II							
Referencial	Variação 2017-2018						
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RAA	RAM
ISO 9001	-1,7%	-7,9%	-3,1%	-22,4%	-36,5%	-7,4%	-27,0%
ISO 14001	-1,9%	-7,0%	-4,6%	-15,2%	-44,4%	-23,8%	-5,3%
OHSAS 18001/NP 4397	-0,4%	-12,5%	3,0%	-20,0%	-42,9%	-6,7%	0,0%

TABELA 7

Índice de Crescimento das Regiões NUTS II			
Regiões	Indicador crescimento		
	ISO 9001	ISO 14001	OHSAS 18001
Alentejo	-18,3	-13,2	-16,7
Algarve	-26,7	-30,8	-30,0
Centro	-7,3	-6,5	-11,1
Lisboa	-3,1	-4,4	3,1
Norte	-1,7	-1,9	-0,4
RAAçores	-6,9	-19,2	-6,3
RAMadeira	-21,3	-5,0	0,0

FIGURA 1

Evolução do número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes

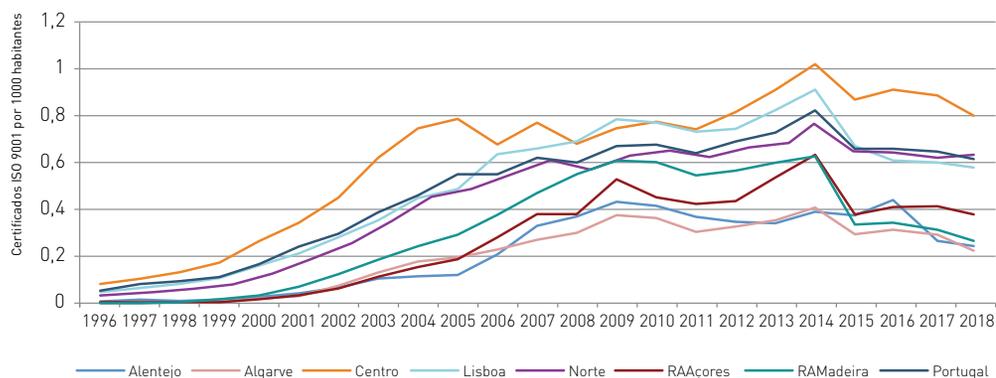
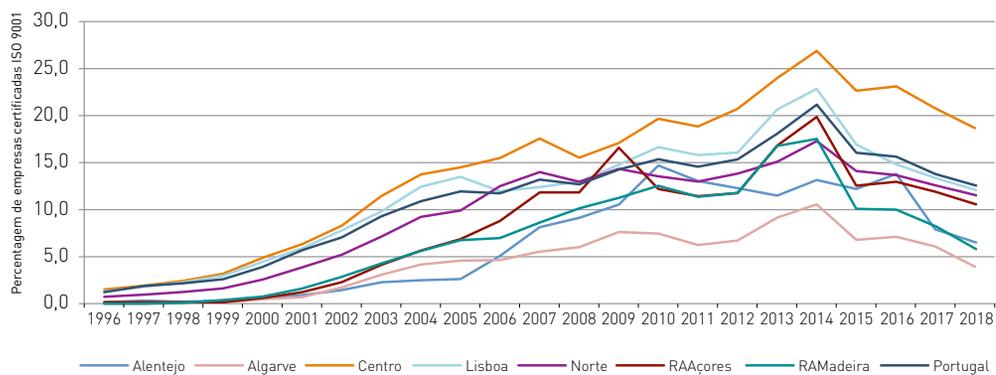


FIGURA 2

Evolução da percentagem de empresas certificadas segundo a norma ISO 9001



regiões de Lisboa e Norte, com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes semelhante ao valor nacional e outro grupo formado pelas restantes regiões – Alentejo, Algarve Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, com um número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes inferior ao valor nacional. As Figuras 1 e 2 evidenciam que todas as regiões do país revelam tendências de descida dos valores desde o ano de 2016.

As Figuras 3 e 4 apresentam a evolução do número de certificados emitidos por 1000 habitantes a nível dos sistemas de gestão da qualidade e ambiental, face à evolução

da correspondente média na União Europeia (UE 28 países) – os dados utilizados nestas análises são provenientes do ISO Survey. A Figura 3 evidencia que o número de certificados emitidos por 1000 habitantes segundo a norma ISO 9001 em Portugal (0,61) é semelhante à média europeia (0,60). Olhando ao contexto europeu, regista-se ainda um decréscimo do número de certificados ISO 9001 emitidos por 1000 habitantes desde o ano de 2016. Segundo o ISO Survey, esta diferença está relacionada com alterações na metodologia de contabilização dos dados reportados por várias das entidades que fazem a recolha dos dados.



PAULO SAMPAIO

- Departamento de Produção e Sistemas, Universidade do Minho
paulosampaio@dps.uminho.pt

PERFIL

- Licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade do Minho em 2002, obteve em 2008 o grau de Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela mesma Universidade.
- Professor Associado da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- Investigador Doutorado, na categoria de Membro Integrado, do Grupo Supply-chain, Logistics and Transportation Systems do Centro de Investigação ALGORITMI.
- Em 2015 foi Visiting Scholar no Massachusetts Institute of Technology (MIT), ao abrigo do Programa MIT-Portugal, onde esteve em licença sabática.
- Desenvolve a sua atividade como docente e investigador na área da Qualidade e da Excelência Organizacional, sendo Coordenador do Research Group on Quality and Organizational Excellence na Universidade do Minho.



No que à evolução da certificação de sistemas de gestão ambiental diz respeito aparenta haver uma tendência de decrescimento na UE28, enquanto que em Portugal existe uma aparente estabilização. Desta forma, volta a haver evidência para a convergência em torno de valores obtidos para Portugal e UE28.

Comparando os dados relativos ao número de certificados ISO 9001 recolhidos junto das entidades certificadoras e os contabilizados pelo ISO Survey, apresentados na Figura 5, verifica-se que essa diferença diminuiu significativamente ao longo dos anos. No entanto, no ano de 2015 ocorreu a situação inversa, com o ISO Survey a apresentar maior número de certificados contabilizados do que os números publicados pelo Barómetro da Certificação, o que se manteve até ao ano de 2018, traduzindo-se numa diferença de -385 certificados no ano de 2018.

MODELOS DE PREVISÃO

Nesta secção apresentam-se e analisam-se algumas perspetivas de evolução da certificação de sistemas de gestão da qualidade e sistemas de gestão ambiental em Portugal com base em dois modelos de previsão desenvolvidos para o efeito.

Em contraste com o exposto nas edições anteriores deste Barómetro, a certificação ISO 9001 em Portugal aparenta estar a entrar numa fase de decrescimento. Embora no ano anterior tenha havido uma aparente estabilização, a tendência é de diminuição.

Em termos da certificação de sistemas de gestão ambiental, o país, que se encontrava numa clara fase de crescimento até ao ano de 2014, no ano de 2015 teve uma clara queda, que se manteve até ao ano de 2018, com tendência para alguma estabilização.

FIGURA 3

Evolução do número de certificados ISO 9001 por 1000 habitantes para a União Europeia e Portugal

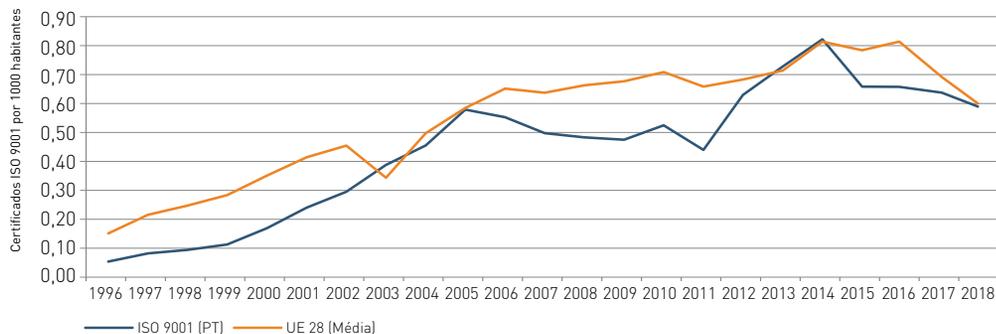


FIGURA 4

Evolução do número de certificados ISO 14001 por 1000 habitantes para a União Europeia e Portugal

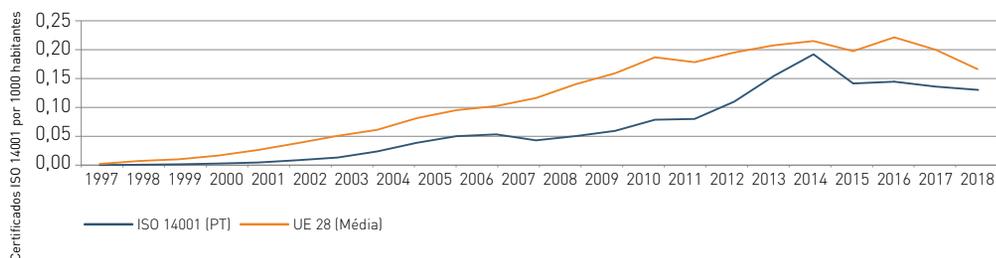
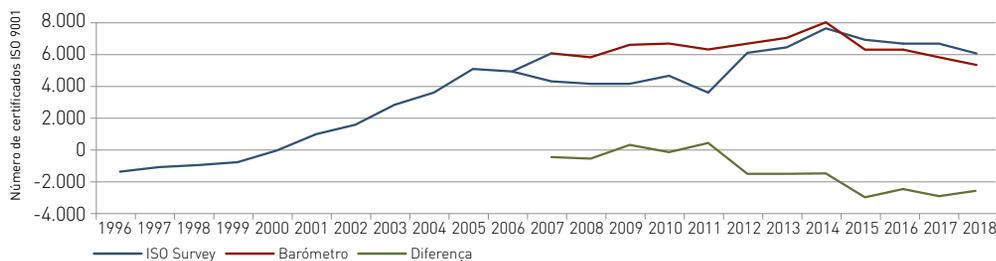


FIGURA 5

Comparação entre número de certificados ISO 9001 contabilizados na ISO Survey e de acordo com entidades certificadoras



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ISO (2018). The ISO Survey of Certifications 2018. International Organization for Standardization: Geneva, Switzerland.
- Karapetrovic, S., Fa, M. C., & Saizarbitoria, I. H. (2010). What happened to the ISO 9000 lustre? An eight-year study. *Total Quality Management & Business Excellence*, 21(3), 245-267.
- Sampaio, P., Saraiva, P. e Domingues, P. (2012). Management systems: Integration or addition?. *International Journal of Quality and Reliability Management* 29(4), 402-424.
- Sampaio, P., Saraiva, P. e Gomes, A. (2014). ISO 9001 European Scoreboard: an instrument to measure macroquality. *Total Quality Management and Business Excellence*, 25(4), 309-318.



FIGURA 6

Valores observados e valores previstos para a evolução da certificação ISO 9001

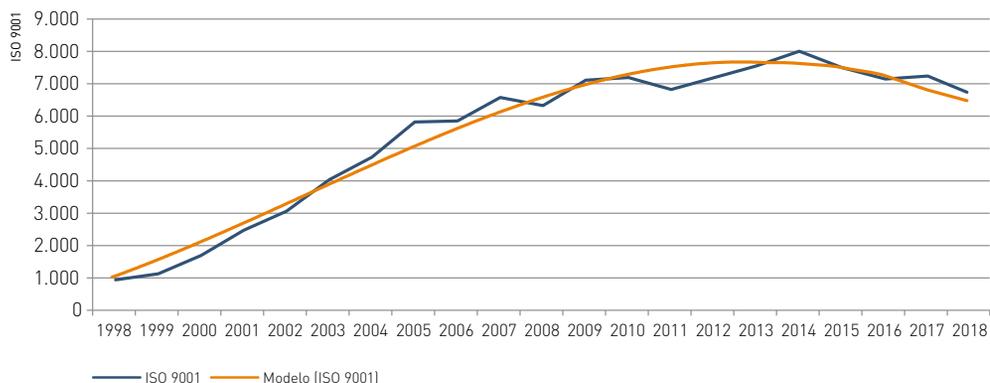
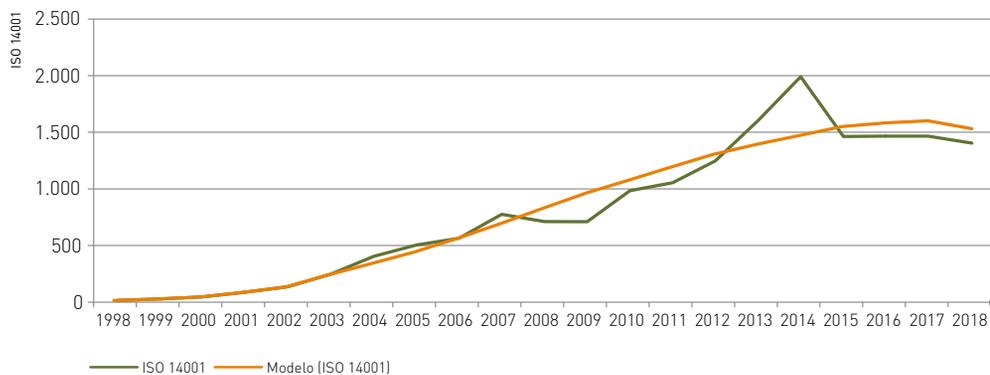


FIGURA 7

Valores observados e valores previstos para a evolução da certificação ISO 14001



- Worldbank (2018), <http://www.worldbank.org/>. accessed 04/12/2018.
- Instituto Nacional de Estatística (2018), <https://www.inec.pt/>. accessed 04/12/2018.



PEDRO SARAIVA

- Departamento de Engenharia Química, Univ. de Coimbra pas@eq.uc.pt

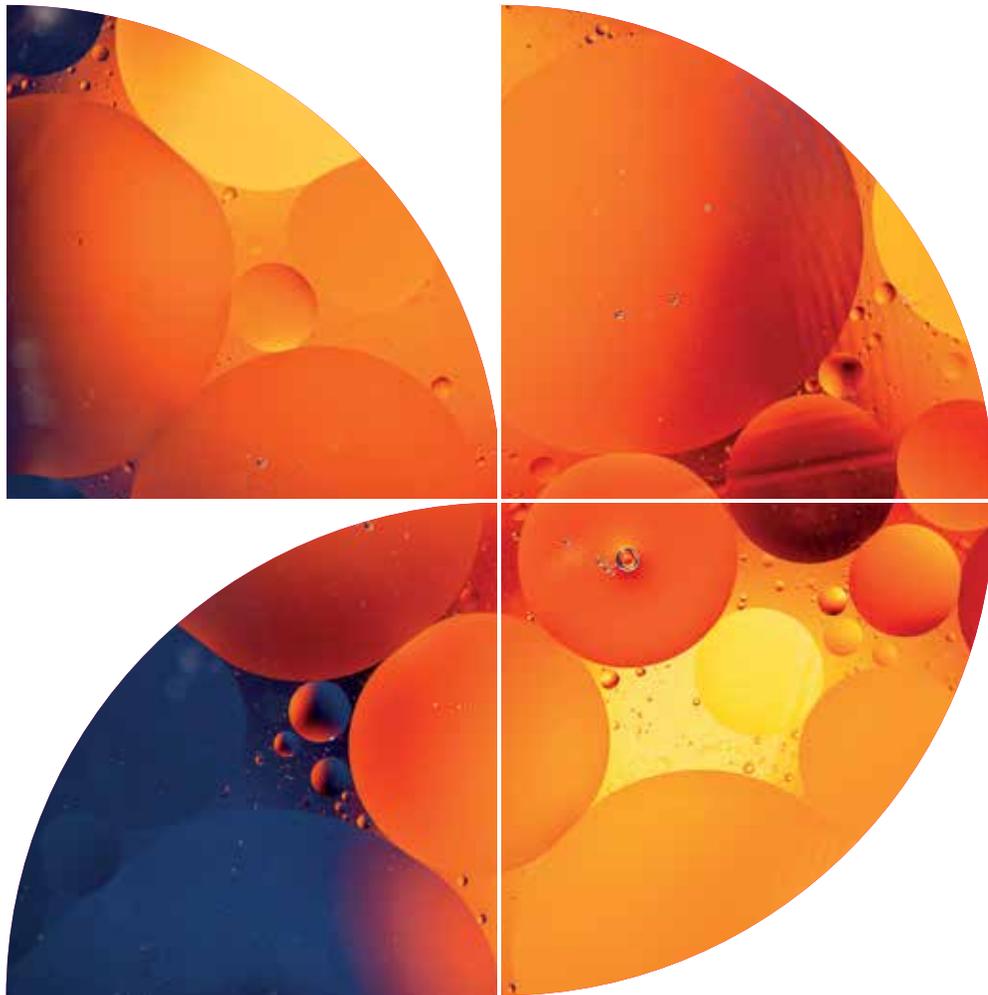
PERFIL

- Licenciado em Engenharia Química pela Univ. de Coimbra (1987), com doutoramento (1993) obtido pelo MIT (EUA).
- Prof. Catedrático (2010-) no Dep. de Engenharia Química da FCTUC, onde exerce funções docentes desde 1985.
- Diretor da NOVA IMS da Universidade Nova de Lisboa.
- Pró-Reitor (2003-2006) e Vice-Reitor (2007-2009) da Universidade de Coimbra.
- Deputado da XI e XII Legislatura da Assembleia da República eleito pelo Distrito de Coimbra (2009-2012 e 2014-2015).
- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2004-2005, 2012-2014).
- Fundador de várias empresas e associações (1986-2012), onde exerceu funções de gestão.
- Laureado com o prémio Feigenbaum (1998), atribuído pela ASQ.
- Associate Member da Intern. Academy for Quality (2010-).



EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

CONTEXTO MUNDIAL, EUROPEU E PORTUGUÊS



Analizando os elementos publicados anualmente pelo *ISO Survey* acompanhamos a evolução dos certificados existentes relativos às normas ISO 9001, 14001, 22000, 27001 e 50001, permitindo observar a diferença anual (positiva ou negativa) e avaliar o dinamismo existente a nível global. A análise produzida anualmente no GEC tem divulgado um conjunto significativo de dados de relevância para o sector. No ano transato a ISO alterou a apresentação dos dados dificultando a recolha e análise ou inviabilizando mesmo alguns deles. Desta forma, não temos elementos de suporte fidedignos para fazer uma análise da América, África e Ásia, centrando-nos no mundo, Europa e Portugal. Visitaremos alguns dos grandes países existentes na Ásia, América e África sempre que existam elementos para o fazer.

Numa observação geral a estes normativos verifica-se um crescimento de todos eles a nível mundial embora a diferentes velocidades. No que concerne à ISO 9001, depois do tobo gigante ocorrido em 2018, assiste-se em 2019 a um crescimento modesto de 4857 certificados. A Europa cresceu mais de 10 mil, pelo que outras regiões do globo continuam a impactar negativamente estes totais. A Europa recuperou das enormes perdas do ano anterior, mas é fraco o consolo para uma região que contabilizava, em 2016, mais de 450.000 certificados. Depois da queda mundial de 179.840 certificados, como referido o acréscimo em 2020 é pequeno [+4857], da ordem de 0.55% em termos percentuais. Pela análise efetuada, a Ásia e a Europa, por esta ordem, continuam a ser os grandes emissores de certificados ISO 9001. No entanto, o líder mundial, a China, apresenta resultados decepcionantes, com decréscimos na Qualidade e também no Ambiente.



Fonte: ISO Survey

Portugal perde em dois anos cerca de mil empresas certificadas, o que é um valor muito elevado. Em 2019 perde 500 certificados e aos quais se somam os 527 do ano anterior. A nível da norma Ambiental, ISO 14001, verifica-se um ligeiro crescimento mundial alicerçado na recuperação europeia, visto que do aumento total de 5521 certificados a Europa é responsável por 4735. Estes valores estão, porém, a cerca de 50 mil dos alcançados em 2017. Portugal, em contra corrente à Europa, tem uma redução muito significativa, perdendo 469 certificados, correspondendo a uma redução percentual de 33.9%. Em três anos, Portugal perde 766 certificados, descendo do patamar dos mil.

Em relação à Segurança Alimentar (ISO 22000), os dados publicados revelam um crescimento no mundo, na Europa e em Portugal. Falamos de um acréscimo de 1392 certificados mundiais e de 552 europeus, sendo o contributo luso de cinco certificados.

Sobre a ISO 27001, relativa à Segurança da Informação, verifica-se algo de semelhante ao referido anteriormente. O crescimento acontece em todas as latitudes. Portugal tem neste normativo o melhor desempenho anual ao crescer em termos percentuais 42%, acrescentando mais 36 certificados para um total anual de 121, o melhor de sempre, e recuperando todos as perdas do ano anterior.

Por fim, em relação à ISO 50001 (Gestão de Energia), o panorama reportado é misto. O mundo cresce marginalmente (0.9%), com mais 168 certificados, mas na Europa e em Portugal o panorama é negativo, respetivamente com menos 550 e menos 24 certificados. A Europa continua a reduzir a sua percentagem no todo, o que acontece desde 2016, embora mantenha-se acima dos 70% de quota mundial.

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 9001

	DEZ.2015	%	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%
MUNDO	1 034 180	100,0	1 105 937	100,0	1 058 504	100,0	878 664	100,0	883 521	100,0
EUROPA	439 477	42,5	451 415	40,8	389 485	36,8	342 645	39,0	353 442	40,0
PORTUGAL/Mundo	7 498	0,7	7 160	0,6	7 150	0,7	6 623	0,8	6 123	0,7
PORTUGAL/Europa	7 498	1,7	7 160	1,6	7 150	1,8	6 623	1,9	6 123	1,7

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 14001

	DEZ.2015	%	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%
MUNDO	319 496	100,0	346 147	100,0	362 610	100,0	307 059	100,0	312 580	100,0
EUROPA	119 754	37,5	120 595	34,8	112 790	31,1	97 864	31,9	102 599	32,8
PORTUGAL/Mundo	1 272	0,4	1 476	0,4	1 475	0,4	1 382	0,5	913	0,3
PORTUGAL/Europa	1 272	1,1	1 476	1,2	1 475	1,3	1 382	1,4	913	0,9

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 22000

	DEZ.2015	%	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%
MUNDO	32 056	100,0	32 136	100,0	32 722	100,0	32 120	100,0	33 502	100,0
EUROPA	11 181	34,9	11 083	34,5	10 342	31,6	9 665	30,1	10 217	30,5
PORTUGAL/mundo	261	0,8	234	0,7	332	1,0	301	0,9	306	0,9
PORTUGAL/Europa	261	2,3	234	2,1	332	3,2	301	3,1	306	3,0

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 27001

	DEZ.2015	%	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%
MUNDO	27 536	100,0	33 290	100,0	39 501	100,0	31 910	100,0	36 362	100,0
EUROPA	10 446	37,9	12 532	37,6	14 605	37,0	12 031	37,7	13 698	37,7
PORTUGAL/mundo	56	0,2	96	0,3	112	0,3	85	0,3	121	0,3
PORTUGAL/Europa	56	0,5	96	0,8	112	0,8	85	0,7	121	0,9

EMPRESAS CERTIFICADAS ISO 50001

	DEZ.2015	%	DEZ.2016	%	DEZ.2017	%	DEZ.2018	%	DEZ.2019	%
MUNDO	11 985	100,0	20 216	100,0	22 870	100,0	18 059	100,0	18 227	100,0
EUROPA	10 152	84,7	17 102	84,6	19 024	83,2	13 551	75,0	13 001	71,3
PORTUGAL/mundo	38	0,3	37	0,2	47	0,2	53	0,3	29	0,16
PORTUGAL/Europa	38	0,4	37	0,2	47	0,2	53	0,4	29	0,22



Feita a apresentação geral das cinco normas, vamos proceder a uma análise mais pormenorizada de cada uma delas. A Europa e Portugal têm um destaque próprio nesta análise.

MUNDO ISO 9001 QUALIDADE

A norma ISO 9001 recupera em 2019, em termos mundiais, alguns certificados depois da queda histórica do ano anterior. Falamos de um número inferior a cinco mil certificados (4857) num universo tão vasto de certificações da Qualidade. Como a Europa cresce mais do dobro (10797), significa que uma parte do mundo continua em terreno negativo.

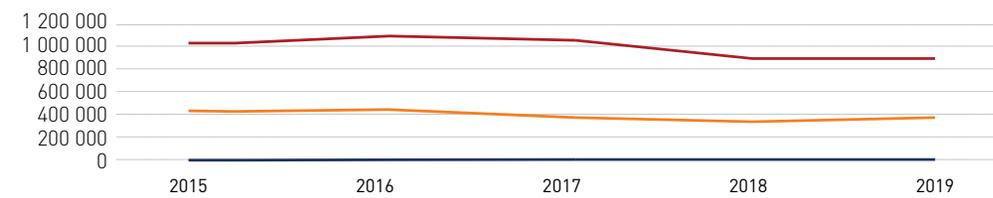
A análise foi realizada junto de um conjunto significativo de países por blocos económicos ou proximidade geográfica.

Na Ásia, a China continua a perder certificados. Em 2019 verifica-se uma nova redução de 15.317 face a 2018, a que se soma os 97 mil verificados no ano anterior (2017). O Japão continua em perda, desta vez com menos mil a somar aos 10 mil reportados no GEC do ano anterior. O mesmo se passa com a Coreia do Sul, que entra em terreno negativo com um decréscimo de 1266 certificados. A descer, também, Taipé. Com algum relevo no campo dos que crescem encontramos a Índia, a Indonésia e a Tailândia com, respetivamente, 2602, 719 e 589 certificados.

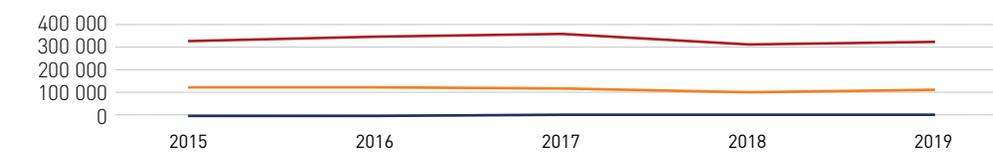
Quanto à América do Norte, Canadá e México, os dois primeiros estão em terreno negativo (-892 e -337) e o México a compensar com um crescimento de 1206 certificados. De relevo, a queda continuada dos EUA, que no seu máximo (2006) registava mais de 44 mil certificados contra os 20 956 atuais. O Canadá continua a descer ao contrário do México que recupera depois de um ano negativo.

Evolução das normas ISO 9001; 14001; 22000; 27001 e 50001 entre 2015 e 2019 em Portugal/Europa/Mundo

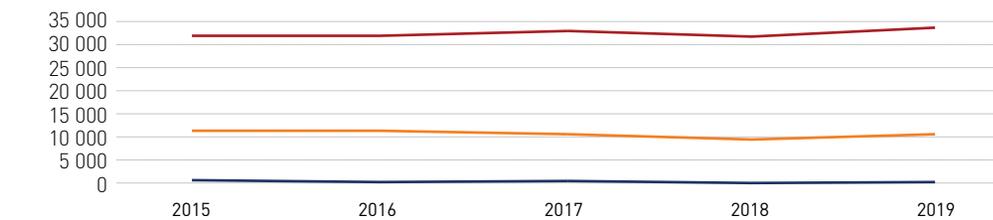
ISO 9001



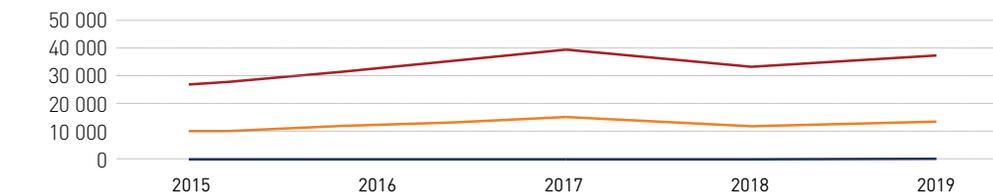
ISO 14001



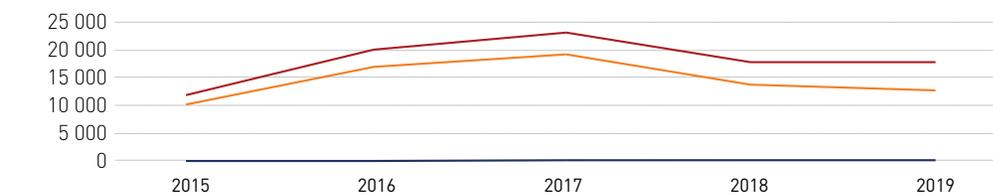
ISO 22000



ISO 27001



ISO 50001



■ Mundo ■ Europa ■ Portugal

SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO
COMEÇA
AQUI

▶ ISO 27001

Ferramenta de
autodiagnóstico

A sua organização está preparada para a certificação ISO 27001?

Para lhe dar uma ideia do grau de cumprimento do seu Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) com os requisitos da norma ISO 27001, os especialistas da Lloyd's Register desenvolveram uma ferramenta online de autodiagnóstico.

O registo é gratuito e respondendo a 19 simples perguntas em inglês tem o seu nível de preparação definido em menos de 30 minutos.

Uma vez completado o autodiagnóstico, receberá um pequeno relatório com os pontos fortes e fracos do seu SGSI.



Aceda gratuitamente à nossa ferramenta de autodiagnóstico ISO 27001!

Registe-se!

Visite a nossa página web
info.lr.org/gec-2021

ou aceda através do código QR abaixo.

A LR é líder no fornecimento de serviços de auditoria profissionais com reconhecimento mundial. Prestamos serviços de certificação em Portugal **há mais de 30 anos**, tendo concedido centenas de certificações a empresas de múltiplos sectores, nos mais variados esquemas e normas mundialmente reconhecidos (ISO, GFSI, etc.). Para mais informações aceda à nossa página web ou contacte os nossos serviços.



Entre em contacto

W www.lr.org/pt-pt/

E lrqa-lisbon@lr.org

T +351 21 396 4131

Lloyd's Register (LR)

Av. D. Carlos I, 44-6º

1200-649 - Lisboa, Portugal



TOP TEN DA QUALIDADE

[10 Países em 198]

País	Dez. 2018	%
1 CHINA	295 703	33,7
2 ITÁLIA	87 794	10,0
3 ALEMANHA	47 482	5,4
4 JAPÃO	34 335	3,9
5 ÍNDIA	31 795	3,6
6 ESPANHA	29 562	3,4
7 REINO UNIDO	26 434	3,0
8 EUA/USA	21 848	2,5
9 FRANÇA	21 095	2,4
10 BRASIL	16 351	1,9
TOTAL MUNDIAL	878 664	69,7
N-1*	1 105 937	79,4
Redução anual	-227 273	25,87

TOP TEN DO AMBIENTE

[10 países em 181]

País	Dez. 2018	%
1 CHINA	136 715	44,5
2 JAPÃO	19 131	6,2
3 ITÁLIA	15 118	4,9
4 ESPANHA	12 198	4,0
5 REINO UNIDO	11 201	3,6
6 ALEMANHA	8 028	2,6
7 ÍNDIA	7 374	2,4
8 FRANÇA	6 084	2,0
9 COREIA DO SUL	5 777	1,9
10 ROMÉLIA	4 553	1,5
TOTAL MUNDIAL	307 059	73,7
N-1*	362 610	84,7
Redução anual	-55 551	18,09

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR

[10 Países em 167]

País	Dez. 2018	%
1 CHINA	11 581	36,1
2 ÍNDIA	1 976	6,2
3 GRÉCIA	1 912	6,0
4 JAPÃO	1 283	4,0
5 TAIPIÉ (CHINA)	1 166	3,6
6 ITÁLIA	937	2,9
7 TURQUIA	766	2,4
8 ROMÉLIA	653	2,0
9 ESPANHA	585	1,8
10 VIETNAME	478	1,5
TOTAL MUNDIAL	32 120	66,4
N-1*	32 722	98,2
Redução anual	-602	1,87

TOP TEN DA QUALIDADE

[10 Países em 197]

País	Dez. 2019	%
1 CHINA	280 386	31,7
2 ITÁLIA	95 812	10,8
3 ALEMANHA	47 868	5,4
4 ÍNDIA	34 397	3,9
5 JAPÃO	33 330	3,8
6 ESPANHA	30 801	3,5
7 REINO UNIDO	25 292	2,9
8 FRANÇA	21 696	2,5
9 EUA/USA	20 956	2,4
10 BRASIL	17 952	2,0
TOTAL MUNDIAL	883 521	68,9
N-1*	878 664	100,55
Crescimento anual	4 857	0,55

TOP TEN DO AMBIENTE

[10 países em 197]

País	Dez. 2019	%
1 CHINA	134 926	43,2
2 JAPÃO	18 026	5,8
3 ITÁLIA	17 386	5,6
4 ESPANHA	12 871	4,1
5 REINO UNIDO	11 420	3,7
6 ÍNDIA	8 486	2,7
7 ALEMANHA	8 465	2,7
8 FRANÇA	6 402	2,0
9 COREIA DO SUL	5 698	1,8
10 ROMÉLIA	4 658	1,5
TOTAL MUNDIAL	312 580	73,1
N-1*	307 059	101,79
Crescimento anual	5 521	1,79

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR

[10 Países em 167]

País	Dez. 2019	%
1 CHINA	12 144	36,2
2 ÍNDIA	2 050	6,1
3 GRÉCIA	2 042	6,1
4 JAPÃO	1 360	4,1
5 ITÁLIA	1 008	3,0
6 TAIPIÉ (CHINA)	882	2,6
7 ROMÉLIA	639	1,9
8 TURQUIA	635	1,9
9 ESPANHA	608	1,8
10 SRI LANK	568	1,7
TOTAL MUNDIAL	33 502	65,5
N-1*	32 120	104,3
Crescimento anual	1 382	4,3

Na América do Sul, o cenário é mais positivo pela análise de alguns dos maiores países desta região. O Brasil recupera das quedas continuadas que vinha registrando, acrescentando mais 1601 certificados. A Colômbia também cresce mais 436 certificados e a Argentina quase o mesmo (413). A crescer encontramos, ainda, o Chile e o

Peru (74 e 387, respetivamente). A Austrália cresce 512 e a Nova Zelândia perde 32 certificados, pelo que o saldo da região é positivo. África continua a apresentar uma quantidade muito pequena de certificados, ainda que os principais países estejam a crescer, como o Egito, Tunísia, Marrocos, Nigéria ou a África

do Sul, para referir alguns. O crescimento é de dezenas ou poucas centenas de certificados em cada um deles.

Os PALOP (países de expressão portuguesa) são liderados por Angola, com 79 certificados, tendo perdido um neste intervalo temporal e interrompendo o crescimento que vinha apre-

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (10 países em 160)

País	Dez. 2018	%
1 CHINA	7 199	22,6
2 JAPÃO	5 093	16,0
3 REINO UNIDO	2 444	7,7
4 ÍNDIA	2 161	6,8
5 ALEMANHA	1 057	3,3
6 ITÁLIA	1 041	3,3
7 EUA/USA	911	2,9
8 TAIPE (CHINA)	827	2,6
9 HOLANDA	788	2,5
10 ESPANHA	726	2,2
TOTAL MUNDIAL	31 910	69,7
N-1*	39 501	80,8
Redução anual	-7 591	23,79

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (10 países em 160)

País	Dez. 2019	%
1 CHINA	8 356	23,0
2 JAPÃO	5 245	14,4
3 REINO UNIDO	2 818	7,8
4 INDIA	2 309	6,4
5 ITÁLIA	1 390	3,8
6 ALEMANHA	1 175	3,2
7 HOLANDA	938	2,6
8 ESPANHA	938	2,6
9 EUA/USA	757	2,1
10 TURQUIA	729	2,0
TOTAL MUNDIAL	36 362	67,8
N-1*	31 910	113,95
Crescimento anual	4 452	13,95

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA (10 países em 93)

País	Dez. 2018	%
1 ALEMANHA	6 243	34,6
2 CHINA	2 364	13,1
3 REINO UNIDO	1 153	6,4
4 ITÁLIA	1 090	6,0
5 FRANÇA	770	4,3
6 ÍNDIA	674	3,7
7 HUNGRIA	613	3,4
8 ESPANHA	603	3,3
9 REP. CHECA	529	2,9
10 TURQUIA	293	1,6
TOTAL MUNDIAL	18 059	79,4
N-1*	22 870	79,0
Redução anual	-4811	26,64

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA (10 países em 105)

País	Dez. 2019	%
1 ALEMANHA	5786	31,7
2 CHINA	2934	16,1
3 REINO UNIDO	1184	6,5
4 ITÁLIA	1168	6,4
5 FRANÇA	812	4,5
6 INDIA	773	4,2
7 ESPANHA	625	3,4
8 HUNGRIA	472	2,6
9 TURQUIA	306	1,7
10 BULGÁRIA	252	1,4
TOTAL MUNDIAL	18 227	78,5
N-1*	18 059	100,93
Redução anual	168	0,93

Ranking do maior para o menor | *Valores absolutos e percentuais relativos ao ano anterior | Fonte: ISO Survey

sentando. A Guiné perde dois dos três certificados que possuía. São Tomé e Príncipe entra nesta contabilização com uma empresa certificada. Moçambique apresenta mais sete certificados, os que tinha perdido no ano anterior, e Cabo Verde continua a crescer, com mais 10 certificados.

A Europa será abordada em separado um pouco mais à frente, bem como Portugal. Terminamos apresentando os dez principais países emissores de certificados segundo a norma ISO 9001, o respetivo *top ten*. A liderança deste *ranking* é da China, com 280.386 aproximadamente, menos cerca de 15 mil do que um ano



antes (295.703), mas mesmo assim com grande diferença para o segundo da lista. Em percentagem, a China representa 31.7%, tendo baixado em relação ao ano transato (2018). Foi pelo segundo ano consecutivo o país que mais certificados perdeu.

Os países do pódio são os mesmos: China, como referido, seguida da Itália com 95.812 e da Alemanha com 47.868 certificados. O Japão, em queda, troca com a Índia e passa para a quinta posição. Espanha mantém o sexto lugar com um ligeiro crescimento. O Reino Unido está no mesmo posto, mas com diminuição de certificados. Os EUA, em perda, trocam com a França, que apresenta um ligeiro crescimento. Fecha na décima posição o Brasil, país que apresenta um crescimento de 1601 certificados.

ISO 14001 AMBIENTE

A norma ISO 14001 recupera a nível mundial, recuperação ancorada quase exclusivamente no continente europeu, onde cresce 4735 de um total mundial de 5521 certificados. A Ásia continua a perder certificados. A China, depois da queda de 28.950 do ano transato (2018), recua mais 1789 este ano (2019), sendo secundada pelo Japão que perde 1105 certificados, a juntar à perda de 4770 reportados no GEC anterior. Em terreno negativo regista-se igualmente a Coreia do Sul, Taipé e Singapura. No entanto, a análise também mostra vários países a crescer, como a Índia com mais 1112, a Malásia com 171, a Tailândia com 157 e a Indonésia com 181 certificados novos. As grandes quedas do ano anterior terminaram, mas existem ainda muitos países a apresentar perdas, embora menos significativas. Da América do Norte, Canadá e México verifica-se que apenas este último recupera das quedas anteriores, com mais 248 certificados.



O Canadá desliza ligeiramente perdendo 12 e os EUA crescem uma perda de mais 242 aos mil e trezentos que tinham perdido anteriormente. Em dois anos diminuem cerca de 1500 registros. Considerando que em 2015 os EUA contabilizavam cerca de seis mil certificados, a queda é muito significativa nestes últimos anos. Na América do Sul, o Brasil foi ultrapassado na liderança pela Colômbia com 3071 contra os 2969 do Brasil. Este subcontinente apresenta um crescimento dos certificados entre os principais países que o constituem. A Argentina, o Chile ou o Peru são exemplos de crescimento do número de certificados.

A Austrália cresce 279 a juntar aos 512 registros no ano anterior. A Nova Zelândia continua em perda e desta vez o decréscimo é muito grande, pois viu reduzidos 445 certificados, passando para cerca de metade das empresas certificadas em apenas dois anos.

Em África verifica-se uma inversão de sinal. A África do Sul recupera das fortes quedas e regista um valor positivo de mais 94 certificados, não chegando porém para anular os 382 perdidos no ano anterior (2018). Os restantes países, como o Egito (+167), a Tunísia (+23) ou Marrocos (+35), corporizam o sentido positivo de crescimento em todos eles.

Moçambique e Angola perdem, respetivamente, três e cinco certificados. A liderança é de Moçambique com 15 certificados, seguido de Angola com 11. Cabo Verde duplica passando de um para dois e registamos a entrada de São Tomé e Príncipe com uma empresa certificada. Terminamos apresentando os dez principais países emissores de certificados de acordo com a norma ISO 14001, o *top ten*. A liderança mantém-se inalterável. As cinco primeiras posições são as mesmas de um para o outro ano.

Deste *ranking* apenas três países asiáticos estão com desempenho negativo: China, Japão e Coreia do Sul. A Índia, por seu lado, tem um crescimento robusto. Os restantes países, todos europeus, crescem embora a diferentes velocidades. Como no passado ano, encontramos, neste *top ten*, quatro países asiáticos e seis europeus.

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

Na contabilidade mundial registamos um acréscimo de 1382 certificados, que anulam na totalidade o decréscimo de 602 certificados registados em 2018. A análise aponta para um comportamento misto dos principais países e regiões. No continente asiático a China, Taipé e Coreia do Sul decrescem, embora a China de forma mais significativa, perdendo 563 registros e invertendo a tendência do ano anterior.

O Japão continua a crescer a exemplo do ano anterior, bem como a Índia. Com crescimentos modestos encontramos a Indonésia, Singapura ou a Malásia.

A Austrália e a Nova Zelândia perdem, cada uma, 58 certificados, não sendo os seus valores significativos para a contabilidade mundial, embora estando em contraciclo ao crescimento mundial.

Na América do Norte, o México continua a liderar e a crescer, sendo o único. Canadá e EUA continuam a descer, com quedas marginais de 6 e 44 certificados, respetivamente.

Na América do Sul, a Argentina lidera o conjunto de países que analisamos, seguida da Colômbia e do Brasil. Apenas encontramos a decrescer a Colômbia com perdas de 27 certificados. Por sua vez, os crescimentos também são modestos destacando-se a Argentina com +46.

Em África, o líder é o Egito com 334 certificados, somando mais 38 e anulando as quedas anteriores. A África do Sul mantém o seu score inalterável. Tunísia e Marrocos crescem marginalmente.

Nos países africanos de expressão portuguesa registamos o grande crescimento de Moçambique, que passa de um para quatro certificados, colando-se com ao líder Angola que regista cinco certificados, mais um do que em igual período do ano anterior. Cabo Verde mantém os quatro certificados emitidos e a Guiné mantém o certificado que tinha. São Tomé e Príncipe ainda não regista nenhuma empresa certificada por esta norma.

No *top ten* deparamo-nos praticamente com os mesmos países do ano anterior e quase pela mesma ordem. Regista-se uma entrada: Sri Lanka na décima posição, retirando desse lugar o Vietname.



Lidera a China. É seguida pela Índia e com a Grécia no terceiro posto. O Japão mantém a quarta posição e no meio da tabela está a Itália, que sobe uma posição. Regista-se que se encontram sete países a crescer e apenas três a descer. Este referencial ultrapassou os 33.500 certificados no todo mundial.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com pequenas exceções, este é ano de recuperação em relação ao ano anterior (2018). O todo mundial recupera 4452 certificados para um total de 36362 ou seja, um crescimento de 13.9%. Fica ainda longe do anterior máximo atingido em 2017, com 39.501 certificados na altura, mas são positivos os sinais dos principais países analisados. Pela negativa, os EUA e Taipé perdem, respetivamente, 154 e 123 certificados. A China reforça a liderança asiática e mundial acrescentando mais 1157 certificados. Os restantes países deste continente também crescem na sua maioria, embora com menor número de empresas. Nas duas posições seguintes estão o Japão e a Índia.

A Austrália e a Nova Zelândia crescem ambas, para um total de 325 e 39 certificados.

No continente americano, os EUA continuam em queda, mas o Canadá e o México voltaram ao crescimento com mais 30 e 34 certificados cada um.

Mais a sul, verificamos que a liderança da Colômbia se mantém, agora com 189 certificados, tendo acrescentado mais 43 certificados. Praticamente toda a região está a crescer, apenas a Argentina reduz em dez o seu número.

Em África os dois principais países são a África do Sul e a Nigéria. Crescem ambos, o primeiro para os 72 e o segundo para os 55 registos este ano.



Em sentido contrário encontramos o Egito, que perde três certificados. Nos países de expressão portuguesa encontramos Angola e Cabo Verde com dois e quatro certificados, respetivamente, ou seja, o oposto do ano anterior. Restantes países sem registo de empresas certificadas.

Entre os países do *top ten* apenas os EUA decrescem. Nas primeiras quatro posições encontramos os mesmos do ano anterior. Todos crescem. A Itália troca com a Alemanha e sobe para o meio da tabela. Para o décimo lugar entra a Turquia. Neste *ranking* encontramos uma forte presença de países da Ásia e da Europa. A exceção são os EUA o que é pouco habitual.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

Norma com menos anos de existência, a ISO 50001 apresenta grande implementação na Europa. Depois da grande descida do ano anterior assiste-se a uma ligeira recuperação de 168 certificados, recuperação que acontece um pouco por toda a parte. Na Ásia, a China aumenta o seu número de certificados, com um valor superior a cinco centenas. Por contraponto, o maior país em número de certificados, a Alemanha, reduz quase na mesma proporção (-457). A Índia cresce, agora com mais 99 certificados. Mas os grandes países asiáticos estão com modestos crescimentos ou mesmo em terreno negativo, como a Coreia do Sul, que tem uma variação nula, ou Taipé que continua a descer.

Na América do Norte, os três países referidos reduzem ligeiramente entre os seis e os nove certificados, mas falamos de perdas contínuas do ano anterior. Lideram os EUA com 50 certificados.



No restante continente o Brasil lidera, acrescentando mais onze certificados. Praticamente todos os países crescem com exceção do Peru, que perde um registo.

Em África a presença da ISO 50001 é residual. Apenas o Egito com 50 certificados, mais cinco que anteriormente, é merecedor de menção. Os países de expressão portuguesa não têm certificados em vigor.

No *top ten*, oito países crescem e dois descem. São estes últimos a Alemanha que continua a liderar o *ranking* embora desça em número de certificados e a Hungria, que baixa uma posição. Nas seis primeiras posições estão os mesmos países. A Bulgária entra para a última posição, enquanto a República Checa sai deste *ranking*. Estes dez países representam 78.5% do total mundial de certificados emitidos segundo esta norma.

EUROPA

ISO 9001 QUALIDADE

A Europa regressou ao crescimento depois de quedas profundas registadas nos anos anteriores. Este ano acrescenta mais 10.797 certificados e é a grande responsável pelo crescimento mundial que se ficou por metade deste valor. Não esquecer que se perderam nestes últimos anos cerca de 170.000 certificados na Europa. Atualmente, o universo de empresas certificadas no continente europeu é de 353.442 segundo o último *ISO Survey*. Este valor continua a comparar mal com o máximo histórico atingido em 2010 de 530 mil.

Os problemas de contabilização que a ISO reportou em 2018 podem ser responsáveis por algumas dessas diferenças, assumindo-se que existia alguma inflação dos números em anos anteriores e que estes estejam agora mais próximos da realidade.

TOP TEN DA QUALIDADE

[10 Países em 49]

País	Dez. 2018	%
1 ITÁLIA	87 794	25,6
2 ALEMANHA	47 482	13,9
3 ESPANHA	29 562	8,6
4 REINO UNIDO	26 434	7,7
5 FRANÇA	21 095	6,2
6 REP. CHECA	11 740	3,4
7 POLÓNIA	11 294	3,3
8 ROMÉLIA	9 299	2,7
9 TURQUIA	7 988	2,3
10 HOLANDA	7 841	2,3
TOTAL EUROPA (100%)	342 645	76,0
N-1*	389 485	88,0
Redução anual	-46 840	12,03

TOP TEN DO AMBIENTE

[10 países em 49]

País	Dez. 2018	%
1 ITÁLIA	15 118	15,5
2 ESPANHA	12 198	12,5
3 REINO UNIDO	11 201	11,5
4 ALEMANHA	8 028	8,2
5 FRANÇA	6 084	6,2
6 ROMÉLIA	4 553	4,7
7 REP. CHECA	4 266	4,4
8 SUÉCIA	3 598	3,7
9 POLÓNIA	2 921	3,0
10 TURQUIA	2 521	2,6
TOTAL EUROPA (100%)	97 864	72,0
N-1*	112 790	86,8
Redução anual	-14 926	13,23

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR

[10 Países em 49]

País	Dez. 2018	%
1 GRÉCIA	1 912	19,8
2 ITÁLIA	937	9,7
3 TURQUIA	766	7,9
4 ROMÉLIA	653	6,8
5 ESPANHA	585	6,1
6 RUSSIA	474	4,9
7 POLÓNIA	469	4,9
8 HOLANDA	396	4,1
9 BULGÁRIA	324	3,4
10 PORTUGAL	301	3,1
TOTAL EUROPA (100%)	9 665	70,5
N-1*	10 342	93,5
Redução anual	-677	6,55

TOP TEN DA QUALIDADE

[10 Países em 49]

País	Dez. 2019	%
1 ITÁLIA	95 812	27,1
2 ALEMANHA	47 868	13,5
3 ESPANHA	30 801	8,7
4 REINO UNIDO	25 292	7,15
5 FRANÇA	21 696	6,1
6 REP. CHECA	12 439	3,5
7 POLÓNIA	11 460	3,2
8 ROMÉLIA	9 506	2,7
9 SUIÇA	7 768	2,2
10 PAÍSES BAIXOS	7 455	2,1
TOTAL EUROPA (100%)	353 442	76,4
N-1*	342 645	103,15
Crescimento anual	10 797	3,15

TOP TEN DO AMBIENTE

[10 países em 49]

País	Dez. 2019	%
1 ITÁLIA	17 386	17,0
2 ESPANHA	12 871	12,6
3 REINO UNIDO	11 420	11,1
4 ALEMANHA	8 465	8,3
5 FRANÇA	6 402	6,2
6 ROMÉLIA	4 658	4,5
7 REP. CHECA	4 409	4,3
8 POLÓNIA	3 766	3,7
9 SUÉCIA	2 989	2,9
10 HUNGRIA	2 547	2,5
TOTAL EUROPA (100%)	102 599	73,02
N-1*	97 864	104,84
Crescimento anual	4 735	4,84

TOP TEN DA SEGURANÇA ALIMENTAR

[10 países em 49]

País	Dez. 2019	%
1 GRÉCIA	2042	20,0
2 ITÁLIA	1008	9,9
3 ROMÉLIA	639	6,3
4 TURQUIA	635	6,2
5 ESPANHA	608	6,0
6 POLÓNIA	532	5,2
7 FRANÇA	503	4,9
8 RUSSIA	450	4,4
9 ALEMANHA	436	4,3
10 PAÍSES BAIXOS	399	3,9
TOTAL EUROPA (100%)	10 217	70,98
N-1*	9 665	105,71
Crescimento anual	552	5,71

A Itália em 2016 reportava 150 mil certificados. Em 2019 são-lhe creditados 95.812. De uma forma geral podemos referir que toda a Europa reduziu o seu universo de empresas certificadas nos últimos anos. Por isso se saúda o crescimento verificado no relatório anual. Continuamos, no entanto, a registar comporta-

mentos mistos, pois alguns países contraíram, uma vez mais, como é o caso da Bélgica, dos Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Portugal. Em crescimento encontram-se os restantes países comunitários, embora alguns deles com aumentos diminutos, como a Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda ou Polónia.

Estão aqui representados muitos dos grandes países europeus e a nível mundial. As certificações europeias representam 40% do total mundial. Os dois países analisados são o Chipre (778) e a Grécia (6570). Ambos apresentam uma trajetória positiva em termos da ISO 9001. No ano anterior o Chipre reportava 727, crescendo 51 certificados.

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (10 países em 49)

País	Dez. 2018	%
1 REINO UNIDO	2 444	20,3
2 ALEMANHA	1 057	8,8
3 ITÁLIA	1 041	8,6
4 HOLANDA	788	6,5
5 ESPANHA	726	6,0
6 TURQUIA	707	5,9
7 POLÓNIA	700	5,8
8 ROMÉNIA	585	4,8
9 REP. CHECA	543	4,5
10 HUNGRIA	484	4,0
TOTAL EUROPA (100%)	12 031	75,4
N-1*	14 605	82,4
Redução anual	-2 574	17,62

TOP TEN DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (10 países em 47)

País	Dez. 2019	%
1 REINO UNIDO	2 818	20,6
2 ITÁLIA	1 390	10,2
3 ALEMANHA	1 175	8,6
4 PAÍSES BAIXOS	938	6,8
5 ESPANHA	938	6,8
6 TURQUIA	729	5,3
7 ROMÉNIA	654	4,8
8 POLÓNIA	652	4,8
9 HUNGRIA	554	4,0
10 REP. CHECA	462	3,4
TOTAL EUROPA (100%)	13 698	75,3
N-1*	12 031	113,86
Crescimento anual	1 667	13,86

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA (10 países em 41)

País	Dez. 2018	%
1 ALEMANHA	6 243	46,1
2 REINO UNIDO	1 153	8,5
3 ITÁLIA	1 090	8,0
4 FRANÇA	770	5,7
5 HUNGRIA	613	4,5
6 ESPANHA	603	4,5
7 REP. CHECA	529	3,9
8 TURQUIA	293	2,2
9 AUSTRIA	237	1,7
10 IRLANDA	197	1,5
93 TOTAL EUROPA (100%)	13 551	86,6
N-1*	19 024	71,2
Redução anual	-5473	28,77

TOP TEN DA GESTÃO DE ENERGIA (10 países em 40)

País	Dez. 2019	%
1 ALEMANHA	5 786	44,5
2 REINO UNIDO	1 184	9,1
3 ITÁLIA	1 168	9,0
4 FRANÇA	812	6,3
5 ESPANHA	625	4,8
6 HUNGRIA	472	3,6
7 TURQUIA	306	2,4
8 BULGÁRIA	252	1,9
9 REP. CHECA	241	1,9
10 AUSTRIA	236	1,8
TOTAL EUROPA (100%)	13 001	85,2
N-1*	13 551	95,94
Redução anual	-550	4,06

Ranking do maior para o menor | *Valores absolutos e percentuais relativos ao ano anterior | Fonte: ISO Survey

A Grécia cresceu 405 passando de 6165 para 6570 registos anuais apresentados neste survey. O *top ten* é liderado pela Itália (87.794) desde que o *ranking* é realizado. A Itália volta a crescer cerca de 8 000 certificados, o que já não acontecia há algum tempo. É seguida pela Alemanha (47.868), que regista uma ligeira subida, mas que não anula

as quedas em anos recentes. Completando o pódio, encontramos a Espanha (30.801) afastando-se do Reino Unido, sua seguidora imediata. Em perda apenas o Reino Unido e os Países Baixos, que ocupam a décima posição. A Suíça é o único país não comunitário a integrar esta lista na nona posição, com uma entrada direta.



ISO 14001 AMBIENTE

A Europa regressou ao crescimento e aos 100.000 certificados registados. O crescimento mundial é quase exclusivamente obtido com certificados europeus, que cresceram muito acima da média e, em percentagem, passaram para os 32.8% de quota global. O crescimento acontece em muitos dos países europeus, mas não se registam crescimentos explosivos. Continuam a existir países a contrair, como a Áustria, Bélgica, Países Baixos, Suécia e Portugal, que tem uma diminuição significativa. Pela positiva, a Itália com +2268 (+ face a 2018), a Espanha com mais 673, a Alemanha (+437), a França com +318 ou a Polónia com +845 certificados. O Chipre com 223 e a Grécia com 1542 crescem em número de certificados nesta norma. No ano anterior o Chipre reportava 216, crescendo sete certificados. A Grécia cresceu 127, passando de 1415 para 1542 registos anuais. Neste *ranking* quase tudo é positivo, com exceção da Suécia que cai uma posição. A Itália (17.386) lidera seguida da Espanha. As posições do ano anterior mantêm-se na sua generalidade. É fechado pela Hungria.

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

A Grécia é o país europeu com o maior número de certificados ISO 22000, com quase 20% do total ao analisarmos os dez países do *top ten*. O crescimento mundial também acontece na Europa, com um aumento de 552 certificados anuais. A França (+363) e a Alemanha (+179) são responsáveis pelo crescimento europeu.



Existem mais países em crescimento, mas com pequenos acréscimos. Pela negativa, o destaque vai para a Bélgica, República Checa, Roménia e Suécia, que perdem alguns certificados ainda que as quedas não sejam pronunciadas. O Chipre tem um ligeiro crescimento, assinala mais dois certificados.

Como referido, a Grécia lidera com um total de 2042 certificados, o dobro do segundo país, a Itália, e a uma distância ainda maior da Roménia, que está na terceira posição com 639 certificados e assinalando uma ligeira queda. A Espanha mantém a quinta posição. Fecham o *ranking* os Países Baixos, que estavam antes na oitava posição, embora registem agora mais três certificados. Portugal aumentou mais cinco certificados, passando para 306, mas não o suficiente para se manter na décima posição que ocupava.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Registamos com apreço que o mundo e a Europa voltam ao crescimento interrompido um ano antes. O crescimento mundial é de 13.9% e o da Europa de 13.8%. Pela análise efetuada, poucos países apresentam outro registo que não seja o positivo. Mas existem. A Polónia contrai 48, a Áustria 76 e a República Checa 81 certificados. Pela positiva, destacamos o Reino Unido e Itália com um crescimento semelhante, +374 e +349 respetivamente. Portugal recupera das perdas e apresenta um crescimento robusto com mais 36 para um total de 121 certificados. A implementação deste referencial normativo tem como grande finalidade a segurança da informação e os anos mais recentes demonstram o quanto necessitamos de implementar nas organizações protocolos de segurança cada vez mais robustos e fiáveis.

A liderar este *ranking* encontra-se o Reino Unido, que é seguida pela Itália que, por sua vez, ultrapassa a Alemanha. As restantes posições não sofrem grandes alterações. A República Checa é ultrapassada pela Hungria e desce para a última posição. A Grécia, ainda que não constando deste ranking, tem um desempenho muito positivo ao acrescentar 96 registos, passando para um total de 336 certificados.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

Pelo segundo ano a Europa está em queda. Decresceu no total 550 registos. Pela análise dos números por país verificamos que a queda maior é da Alemanha, que reduz 457 certificados. A República Checa e a Hungria também têm desempenho negativo, com menos 288 e 141 respetivamente. Portugal entra nesta tendência e vê reduzir-se metade dos certificados que tinha. Verificamos que muitos países europeus crescem, mas que o número de certificados a mais é pequeno. Por exemplo, França acrescenta mais 42, Espanha mais 22 e Itália mais 78 certificados. A quota da Europa em termos de ISO 50001 é muito significativa, superior a 70%. Nos dez principais países encontramos pequenas alterações. Lidera a Alemanha, seguida da Reino Unido a grande distância. A Itália está na terceira posição. Ou seja, os mesmos lugares cimeiros do ano anterior.

CONTEXTO NACIONAL

ISO 9001 QUALIDADE

Em 2014, a ISO registava cerca de 8000 certificados no âmbito do normativo da Qualidade em Portugal. Cinco anos depois apresenta 6623. A queda é contínua e significativa nos últimos anos. No ano transato tinha diminuído 527, a que se somam os já referidos 500 de 2019.

Independentemente de alguma contabilização em excesso que a ISO tenha feito no passado, estamos perante uma redução do número de certificados em Portugal nos anos mais recentes. E a tendência é negativa como se verifica. Longe vão os anos em que a redução tinha justificação na contração económica. Nos últimos anos essa contração não se tem verificado e a descida continua a ser uma realidade. Portugal está em contraciclo, pois o mundo e a Europa crescem. A percentagem europeia subiu inclusivamente face ao todo mundial. Pelo contrário, Portugal tem uma forte redução. Em percentagem Portugal tem um decréscimo de 7.5%, passando a significar 0.69% da quota mundial e 1.7% quando comparado apenas com o continente europeu.

ISO 14001 AMBIENTE

Tal como na norma anterior, a queda de Portugal no referencial ISO 14001 é expressiva, com menos 469 certificados, a que se juntam as reduções anteriores. Relembramos que a queda no ano anterior (2018) foi igualmente significativa, com menos 93 certificados. Estamos perante uma série de três anos consecutivos de redução. Neste cenário o patamar dos 1000 certificados foi quebrado por Portugal, ficando apenas com 913 registos na norma ambiental. A queda percentual é de 33.9% contra um crescimento europeu de 4.8%. A quota de Portugal reduz-se significativamente, passando para 0.29% em termos mundiais (era de 0.45%) e ficando em termos europeus em 0.89, quando era de 1.4% um ano antes. A sua posição relativa em relação aos seus congéneres europeus baixa da 17ª para a 26ª posição.

Aliamos Saber ao Saber Fazer

CONHEÇA AS NOSSAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO.
TEMOS **A FORMAÇÃO CERTA PARA A SUA EMPRESA.**

NOVO
WEBSITE



ONLINE | PRESENCIAL | INTRA-EMPRESA

AMBIENTE

GESTÃO DE RISCOS E
SEGURANÇA

INDÚSTRIA

LIDERANÇA E GESTÃO

SISTEMAS DE GESTÃO:
NORMAS ISO

SEGURANÇA ALIMENTAR

SEGURANÇA NO
TRABALHO

SUSTENTABILIDADE

SGS ACADEMY | TRANSFORMING PEOPLE
AND BUSINESSES

FACEBOOK



LINKEDIN



808 200 747
PT.ACADEMY@SGS.COM
LEARNING.SGS.COM/PT



SGS

ISO 22000 SEGURANÇA ALIMENTAR

De um para o outro ano o panorama verificado é diametralmente oposto. No GEC anterior referíamos que o panorama mundial era negativo. Tudo estava em baixa. Este ano verificamos o contrário. O mundo, como já referido, cresceu. A Europa apresenta igualmente um ligeiro crescimento de mais 552 certificados e Portugal contribui com mais cinco neste total europeu. Nesta norma Portugal tem apresentado anos de crescimento e de redução como no ano anterior. No entanto, em termos de análise a vários anos, a tendência tem sido de subida do número de empresas certificadas, o que é importante quando falamos de segurança alimentar. Mas o aumento de cinco certificados não foi suficiente para manter o 10º lugar europeu que tínhamos conquistado anteriormente, baixando para a 13ª posição, igualmente merecedora de registo positivo. Em termos regionais (Europa), Portugal apresenta uma percentagem de 2.99% e, em termos mundiais, de 0.91%, baixando ligeiramente.

ISO 27001 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Os elementos consultados no *ISO survey* (dados de 2019) mostram um crescimento em todas as latitudes, tendo o crescimento mundial e europeu sido idênticos e superiores a dois dígitos. Recupera-se, pois, das quedas do último ano, mas não na totalidade. Em Portugal também se verifica um crescimento de mais 36 certificados, o que é percentualmente significativo, recuperando totalmente as perdas do ano anterior. A sua quota percentual aumenta, sendo agora de 0.33% e 0.88%, respetivamente, no mundo e na Europa. O crescimento e a existência de cada vez mais empresas certificadas segundo esta norma é positivo.

N.º CERTIFICADOS EMITIDOS / N.º EMPRESAS REGISTRADAS (INE) POR NUT II

	EMPRESAS TOTAL	EMPRESAS C/ + 10 TRAB.	CERTIFICADOS EMITIDOS *	% DE CERTIFICADOS VS EMPR. C/ + 10 TRAB.	% DE CERTIFICADOS POR NUT II
NORTE	431 048	18 843	3 410	18,10	34,66
CENTRO	264 492	9 618	3 014	31,34	30,63
LISBOA	366 627	12 851	2 761	21,48	28,06
ALENTEJO	86 098	2 523	288	11,41	2,93
ALGARVE	73 637	2 473	129	5,22	1,31
REG. AUT. AÇORES	28 387	891	142	15,94	1,44
REG. AUT. MADEIRA	27 875	1 026	95	9,26	0,97
TOTAL	1 278 164	48 225	9 839	20,40	100,00
N - 1**	1 242 693	45 940	10 111	22,01	
DIFERENCIAL	35 471	2 285	-272	-1,46	

Fonte: INE e organismos certificadores

* Pelas Normas ISO 9001/14001/OHSAS/NP4397/ISO 22000/HACCP/ISO/TS/SA8000/NP4469/NP4457 (IDI) | **Valores relativos ao ano anterior

VARIÁVEIS RELATIVAS AO EMPREGO E AO VOLUME DE NEGÓCIOS POR REGIÕES NUT II (milhares de euros)

	VOL. EMPREGO POR REGIÃO	VOL. EMPREGO C/ 10 TRAB. OU +	%	VOL. DE NEGÓCIOS	EM EMPRESAS C/ 10 TRAB. OU +	%
NORTE	1 369 856	745 955	54,45	111 957 602 569	82 245 366 234	73,46
CENTRO	738 063	355 752	48,20	66 274 908 188	47 068 720 629	71,02
LISBOA	1 416 153	909 074	64,19	180 549 281 866	145 169 220 143	80,4
ALENTEJO	211 466	85 104	40,24	17 747 301 008	11 677 117 851	65,8
ALGARVE	180 649	74 942	41,48	9 736 376 253	5 707 518 436	58,62
REG. AUT. AÇORES	69 895	32 338	46,27	5 305 531 780	3 865 086 419	72,85
REG. AUT. MADEIRA	74 369	36 152	48,61	5 108 489 205	3 438 761 933	67,31
TOTAL	4060451	2 239 317	55,15	396 679 490 869	299 171 791 645	75,42
N-1*	3892218	2 121 579	54,51	371 477 802 487	280 736 913 309	75,57
DIFERENCIAL	168 233	117 738	0,64	25 201 688 382	18 434 878 336	-0,15

*Valores relativos ao ano anterior | Fonte: INE



Os últimos anos têm demonstrado o quanto é vital para as empresas e para a sua atividade a segurança da sua informação, considerada cada vez mais um dos seus maiores ativos.

ISO 50001 GESTÃO DE ENERGIA

Portugal acompanha a tendência da Europa e desce de forma significativa no âmbito desta norma. A redução de 24 certificados corresponde a uma queda de 45%, pois passa de 53 para 29 registos. Não sendo expectável que esta norma venha a ter, pela sua área de atividade, uma grande expressão junto do tecido económico nacional, não deixa de se registar com preocupação esta queda. Depois de alguns anos a crescer, tendo duplicado nos últimos três anos, esta queda abrupta pelos números em causa é estranha. O sector das energias tem dinamismo para manter o ritmo de crescimento dos anos anteriores, pelo que se aguarda pelos resultados do próximo ano para perceber melhor a tendência da norma junto das empresas.

A quota europeia passou para 0.22% e a mundial para 0.16%, reduzindo-se quase pela metade nos dois casos.

CONTEXTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

O Instituto Nacional de Estatística (INE) fornece os dados utilizados para efetuar a análise ao tecido económico português, repartidos por cinco regiões continentais e duas insulares. Em cada uma analisa-se o número de empresas existentes, o volume de negócios e as variáveis referentes ao emprego, apurando-se também a variação anual desse período temporal, de acordo com as NUT II. Os últimos elementos disponíveis são de 2018.

É, ainda, através do INE que são recolhidos e tratados os dados necessários para apurar as empresas com mais de dez trabalhadores, que são relevantes estatisticamente para este estudo, como já explicitado em anteriores edições do GEC.

As empresas certificadoras com atividade em Portugal forneceram – com data de 31 de Dezembro de 2019 – os dados sobre o número de empresas certificadas existentes. Alertamos, tal como em anteriores edições, que o manancial de dados reunidos e a grande diversidade de fontes que os facultam comportam riscos, os quais procuramos minimizar da forma mais correta. As listagens que as entidades certificadoras nos facultam, caso fossem por nós recebidas ao mesmo tempo e de acordo com a forma solicitada seria um grande fator facilitador e ajudaria a ultrapassar algumas questões. Infelizmente, tal ainda não acontece, embora seja justo referir que são várias as entidades certificadoras que o fazem no tempo e no modo certos, reconhecendo a mais-valia da publicação destes dados, inclusive para a sua atividade e análise. Além do mais, a informação facultada ao *survey* da ISO e ao GEC são efetuadas em momentos distintos, pelo que recomendamos que os dados sejam lidos de forma individual evitando o seu cruzamento. A uniformização beneficia largamente todos os leitores, empresários e técnicos da Qualidade que recorrem ao GEC, bem como um grupo alargado de académicos para quem esta publicação funciona como um verdadeiro serviço público, gratuito, na sua necessária recolha de informação para a elaboração de trabalhos académicos.



Os elementos facultados pelo INE comprovam que a criação líquida de emprego, de empresas e o aumento do volume de negócios anual em todas as regiões NUT II é uma realidade, tal como já tinha acontecido no ano anterior (de 2017). O número de empresas passou de 1.242.693 para 1.278.164, ou seja, mais 35.471. Neste período, foram acrescentados 168.233 mil novos postos de trabalho a somar aos 187 mil do ano anterior. Nas empresas com 10 ou mais trabalhadores o número foi de, aproximadamente, 18 mil, distribuídos pelo todo nacional. O volume de emprego também aumentou em todas as regiões. Nas empresas com 10 ou mais trabalhadores, o saldo é igualmente positivo, passando de 45.940 para 48.225, ou seja, mais 2285 empresas. Estes números confirmam a tendência registada nos anos mais recentes, ficando perto dos 50 mil que já existiram. Os números apresentados demonstram claramente que Portugal é um país de micro e pequenas empresas, onde as estratégias concertadas entre poderes públicos e organismos sectoriais de empregadores, para fomentar o crescimento do emprego e assim tornarem-se mais fortes, tardam.

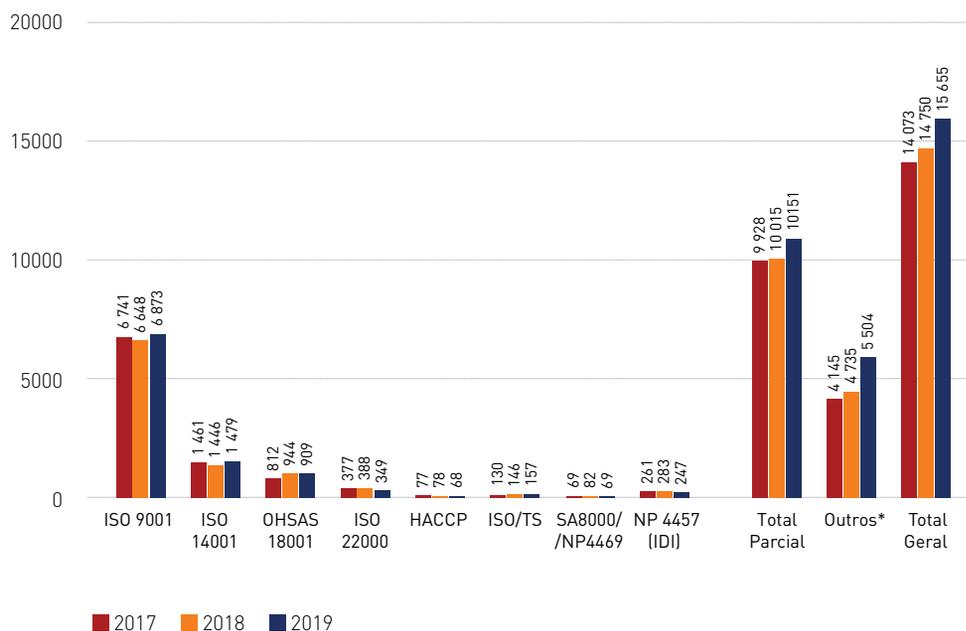


Apresentamos dois tipos de gráficos com as variáveis relativas ao número de empresas, o volume de negócios, o emprego total e os certificados existentes em cada uma das regiões, elementos obtidos junto do INE e dos organismos certificadores, como referido anteriormente. São utilizadas as regiões NUT II para a distribuição regional pelo Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Aplica-se um filtro aos números recolhidos para apurar as empresas com 10 ou mais trabalhadores. De um total de 1.278.164 passamos para 48.225 mil empresas. Uma redução forte, como já referido. Este filtro tem como objetivo definir com mais rigor o potencial de empresas certificáveis na economia nacional. Neste caso são 48.225 empresas, mais 2285 hipóteses pelo nosso modelo em relação ao ano anterior. Existe, pois, um largo caminho a percorrer pelos organismos de certificação existentes para que o número de empresas certificadas se expanda em muito.

Apresentamos, ainda, dois gráficos que permitem verificar os principais valores e as tendências relacionadas com um vasto conjunto de normas, onde se incluem as principais existentes, quer sejam normas ISO ou de outras entidades. O objetivo é o de analisar e fazer a caracterização sem identificar individualmente os organismos certificadores responsáveis pela emissão dos certificados, mas tão-só o número de certificados emitidos relativamente a cada uma das normas. Cabe-nos agradecer aos organismos o envio dos elementos expostos.

GRÁFICO 1

Evolução do N.º de Certificados emitidos por norma assinalada



* Outras normas não assinaladas neste gráfico, serviços e produtos certificados

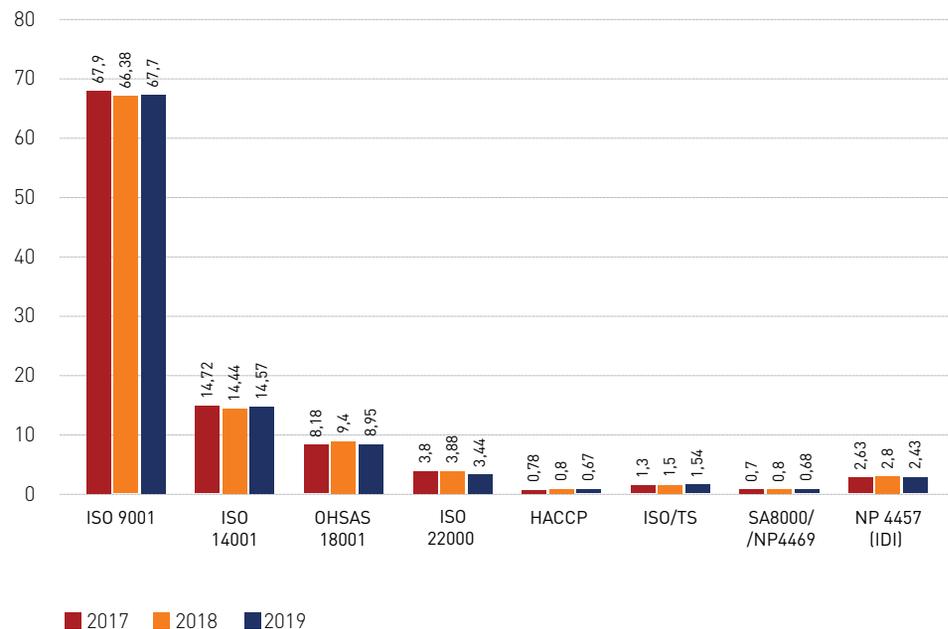
Infelizmente, e apesar das várias solicitações da nossa parte, um dos organismos de certificação não nos fez chegar os dados atualizados, inviabilizando a possibilidade de apresentarmos a totalidade dos certificados emitidos em Portugal durante o ano de 2019. Não deixamos de relevar que os elementos expostos são únicos e muito procurados por diversas entidades ao longo do ano. Estamos convictos que as entidades de certificação têm muito a ganhar com esta parceria e são beneficiárias diretas destas análises que, ao longo dos últimos 15 anos, temos vindo a publicar.

Os dois gráficos representam o universo existente em Portugal em termos do número de certificados em vigor relativos a sistemas de gestão, produtos e serviços. A tendência é mista ao nível das normas, tal como já se verificava no ano anterior. Os dois principais referenciais normativos (Qualidade e Ambiente) estão agora a crescer, quando nos últimos anos perderam-se muitos certificados, especialmente na área da Qualidade. As restantes normas têm um decréscimo ligeiro. A ISO 9001 (Qualidade) continua a ser, a grande distância, a norma mais utilizada pelas empresas portuguesas.



GRÁFICO 2

Evolução do N.º de Certificados emitidos por norma/ano em percentagem (%)



É responsável por 67% do total nacional. É seguida pelo normativo ambiental, que representa 14.57% do total de certificações. As OHSAS, juntamente com a nova norma ISO 45001, que agrupamos nestes gráficos, apresentam uma redução ligeira contrariando a tendência. Estes três referenciais normativos são responsáveis por mais de 90% do total de certificados emitidos no país.

Pelo peso específico que estes três referenciais normativos apresentam no universo empresarial, a sua evolução é sempre relevante. Desta forma, a redução do número de certificados da Qualidade que se tem verificado nos últimos anos é preocupante, já que a Qualidade está associada – mais do que qualquer outro referencial normativo – às trocas comerciais globais das empresas, ou seja, às exportações e sua internacionalização).

As restantes normas, produtos e serviços certificados, que assinalamos no gráfico como “outros”, é onde se verifica o maior crescimento, a exemplo do que se verificou no ano transato. O crescimento é de 769 a somar aos 677 registados anteriormente, ultrapassando a barreira dos 5000. Este desempenho contribui igualmente para que o total cresça com algum significado.

A finalizar, relembramos que no GEC não são contabilizados os certificados de empresas com residência fiscal noutra Estado-membro ou em países terceiros, caso dos PALOP.

Refira-se que os PALOP constituem um mercado com potencial para as entidades certificadas portuguesas, que aproveitam o know-how para aí desenvolverem estratégias de internacionalização de sucesso, sendo responsáveis pela emissão da grande maioria dos certificados que estes países apresentam.



A CERTIFICAÇÃO NA EUROPA COMUNITÁRIA



ESTADOS-MEMBRO

Alemanha* | Áustria* | Bélgica* | Bulgária | Chipre* | Croácia | Dinamarca | Eslováquia* | Eslovénia* | Espanha* | Estónia* | Finlândia* | França* | Grécia* | Hungria | Irlanda* | Itália* | Letónia* | Lituânia* | Luxemburgo* | Malta* | Países Baixos* | Polónia | PORTUGAL* | Reino Unido | República Checa | Roménia | Suécia.

* Países que aderiram à moeda única (Euro)

Os dois países analisados individualmente nesta edição do GEC são a Ilha de Chipre, um dos mais pequenos países da União Europeia, com 9 km², e a Grécia, com 131 km², um pouco maior que Portugal.

A Grécia possui uma parte continental e um vasto conjunto de ilhas (mais de 2000), que na sua esmagadora maioria não são habitadas. Podemos considerar a Grécia como um médio país europeu, com uma economia que os *rankings* consideram estar por volta do quinquagésimo lugar. Com cerca de 11 milhões de habitantes, a capital é Atenas albergando na sua área envolvente cerca de 3 milhões de habitantes. Tem fronteiras com a Albânia, Bulgária, Macedónia e Turquia.

Este antiquíssimo país, berço da civilização ocidental, o que não é coisa pouca, tem passado por grandes dificuldades económicas, tendo sido obrigado a celebrar, nos anos mais recentes, três programas de resgate financeiro que exigiram, do povo helénico, muitos sacrifícios. A economia está fortemente dependente dos serviços, com destaque para o turismo, sendo um dos países com maiores entradas de turistas anualmente na Europa.

INFORMAÇÕES GERAIS

PAÍS	REGIME POLÍTICO
ALEMANHA	República federal
ÁUSTRIA	República federal
BÉLGICA	Governo parlamentar federal (monarquia constitucional)
BULGÁRIA	Democracia parlamentar
CHIPRE	República
CROÁCIA	República
DINAMARCA	Monarquia constitucional
ESLOVÁQUIA	Democracia parlamentar
ESLOVÉNIA	República parlamentar
ESPAÑHA	Monarquia parlamentar
ESTÓNIA	República parlamentar
FINLÂNDIA	República
FRANÇA	República
GRÉCIA	República parlamentar
HUNGRIA	Democracia parlamentar
IRLANDA	República, democracia parlamentar
ITÁLIA	República
LETÓNIA	Democracia parlamentar
LITUÂNIA	Democracia parlamentar
LUXEMBURGO	Monarquia constitucional
MALTA	República
PAÍSES BAIXOS	Monarquia constitucional
POLÓNIA	República
PORTUGAL	República, democracia parlamentar
REINO UNIDO	Monarquia constitucional
REPÚBLICA CHECA	Democracia parlamentar
ROMÉNIA	República
SUÉCIA	Monarquia constitucional

IDIOMA OFICIAL	CAPITAL Área Metropolitana (HABITANTES)	POPULAÇÃO TOTAL Milhões (Aprox.)	SUPERFÍCIE - Mil km ² (Aprox.)	FRONTEIRAS	MOEDA
Alemão	Berlim 4 milhões	82,8	357	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Rep. Checa, Suíça	Euro
Alemão, Esloveno, Croata, Húngaro	Viena 1,7 milhões	8,6	84	Alemanha, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Rep. Checa, Suíça, Liechtenstein	Euro
Flamengo, Francês, Alemão	Bruxelas 2,0 milhões	11,5	30	Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos	Euro
Búlgaro	Sófia 1,2 milhões	7,1	110	Grécia, Macedónia, Roménia, Sérvia, Turquia	LEV da Bulgária (BGN)
Grego, Turco	Nicosia 251 mil	1	9	Sem fronteiras terrestres	Euro
Croata	Zagreb 687 mil	4,2	56	Bósnia-Herzegovina, Hungria, Sérvia, Montenegro, Eslovénia	Kuna croata (HRK)
Dinamarquês	Copenhaga 1,2 milhões	5,7	43	Alemanha	Coroa dinamarquesa (DKK)
Eslovaco	Bratislava 401 mil	5,4	49	Áustria, Hungria, Polónia, Rep. Checa, Ucrânia	Euro
Esloveno	Liubliana 279 mil	2,1	20	Áustria, Croácia, Itália, Hungria	Euro
Castelhano, Aranês, Catalão, Galego, Basco, Valenciano	Madrid 6,1 milhões	46,7	505	Andorra, França, Gibraltar, Marrocos, Portugal	Euro
Estónio	Tallinn 391 mil	1,3	45	Letónia, Rússia	Euro
Finlandês, Sueco, Sami	Helsínquia 1,1 milhões	5,5	338	Noruega, Suécia, Rússia	Euro
Francês	Paris 10,8 milhões	66,9	643	Alemanha, Andorra, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Mónaco, Suíça	Euro
Grego	Atenas 3,0 milhões	11,2	131	Albânia, Bulgária, Macedónia, Turquia	Euro
Húngaro	Budapeste 1,7 milhões	9,7	93	Áustria, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, Sérvia, Ucrânia	Forint Húngaro (HUF)
Irlandês, Inglês	Dublin 1,1 milhão	4,8	70	Reino Unido	Euro
Italiano	Roma 3,7 milhões	59,4	301	Áustria, Cidade do Vaticano, Eslovénia, França, San Marino, Suíça	Euro
Letão	Riga 621 mil	2	65	Bielo-Rússia, Estónia, Lituânia, Rússia	Euro
Lituano	Vilnius 517 mil	2,9	65	Bielo-Rússia, Letónia, Polónia, Rússia	Euro
Luxemburguês, Francês, Alemão	Luxemburgo 107 mil	0,5	2,5	Alemanha, Bélgica, França	Euro
Maltês, Inglês	Valetta 197 mil	0,4	0,3	Sem fronteiras terrestres	Euro
Holandês, Frísio	Amesterdão 810 mil	17,1	41	Alemanha, Bélgica	Euro
Polaco	Varsóvia 1,7 milhões	38,3	313	Alemanha, Bielo-Rússia, Eslováquia, Lituânia, Rep. Checa, Rússia, Ucrânia	Zloti Polaco (PLN)
Português, Mirandês	Lisboa 2,8 milhões	10,3	92	Espanha	Euro
Inglês, Escocês de Ulster, Irlandês, Língua gaélica escocesa, Scots, Galês, Córnico	Londres 10,3 milhões	66,2	242	Irlanda	Libra Esterlina (GBP)
Checo	Praga 1,3 milhões	10,6	79	Alemanha, Áustria, Eslováquia, Polónia	Coroa Checa (CZK)
Romeno	Bucareste 1,8 milhões	19,7	237	Bulgária, Hungria, Moldávia, Sérvia, Ucrânia	Leu da Roménia (RON)
Sueco	Estocolmo 1,4 milhões	10	450	Finlândia, Noruega	Coroa Sueca (SEK)

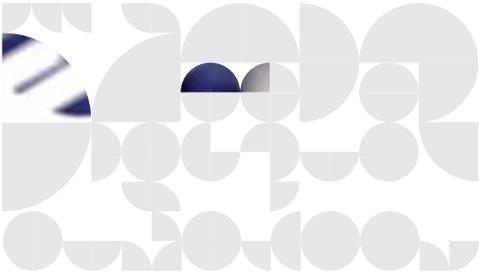


Outro sector com tradição e peso na economia grega é o naval, possuindo inclusive alguns grandes estaleiros navais e uma das maiores frotas de navios mercantes de grande porte. No *ranking* da certificação de empresas (ISO 9001/14001), a Grécia posiciona-se em 14º lugar entre os 28 países comunitários. Alertamos que o Reino Unido ainda está a ser considerado nestas análises, embora tenha oficialmente abandonado a UE em janeiro de 2021. O desempenho no que respeita à certificação é misto nos últimos anos (com subidas e descidas), registando em 2019 um crescimento nestes referenciais normativos. O crescimento de certificados emitidos foi de 532, a que corresponde um aumento de 7.02 em percentagem. Nestas duas normas, o número total de certificados emitidos na Grécia é de 8112, ultrapassando largamente Portugal, país com o qual andava muito próximo, quer em número de certificados quer mesmo na posição relativa que ocupava nos 28 estados-membros. O Chipre fica localizado no Mediterrâneo. É uma pequena ilha com cerca de 1 milhão de habitantes e com a capital em Nicósia. Vive essencialmente dos serviços financeiros, turismo e indústria marítima. Em termos de competitividade global posiciona-se em 54º lugar, de acordo com o *Doing Business* de 2020 entre 190 países analisados. Pertence à União Europeia desde 2004, utilizando o euro como moeda oficial.

INDICADORES ECONÓMICOS

PAÍS	EXPORTAÇÕES	PRINCIPAIS PARCEIROS DE EXPORTAÇÃO
ALEMANHA	Máq. e equip. mecânicos e elétricos, veículos auto. e outros veic. terrestres, prod. farmacêuticos, Inst. e aparelhos de ótica, de fotografia	EUA 8,6%; França 8,0%; China 7,1%; P. Baixos 6,4%
ÁUSTRIA	Máquinas, equipamentos mecânicos e elétricos, automóveis e out. veículos terrestres, produtos farmacêuticos, plásticos e suas obras	Alemanha 29,0%; EUA 6,1%; Itália 6,1%; Suíça 5,1%
BÉLGICA	Veículos automóveis e out. veículos terrestres, produtos farmacêuticos, combustíveis e óleos minerais, produtos químicos orgânicos, plástico e suas obras	Alemanha 17,8%; França 14,4%; P. Baixos 12,2%; R. Unido 8,0%
BULGÁRIA	Máquinas e equipamentos elétricos, combustíveis e óleos minerais, máquinas e equipamentos mecânicos, cobre e suas obras, cereais	Alemanha 13,6%; Itália 9,2%; Roménia 8,8%; Turquia 8,0%
CHIPRE	Comb. e óleos minerais, prod. farmacêuticos, máq. e equip. elétricos, leite e laticínios, ovos de aves e mel natural, sal, enxofre	Grécia 12,6%; Reino Unido 7,8%; Líbia 7,7%; Israel 6,0%
CROÁCIA	Comb. e óleos minerais, máq. e equip. mecânicos e equip. elétricos, prod. farmacêuticos, madeiras, carvão vegetal e obras de madeira	Itália 13,7%; Eslovénia 12,5%; Alemanha 11,8%; Bósnia e Herzegovina 9,2%
DINAMARCA	Máq. e equipamentos mecânicos e elétricos, prod. farmacêuticos, combustíveis e óleos minerais, instrumentos e aparelhos de ótica	Alemanha 14,3%; Suécia 10,7%; Reino Unido 7,4%; Noruega 5,8%
ESLOVÁQUIA	Automóveis e out. veículos terrestres, máquinas e equip. elétricos e mecânicos, ferro fundido, ferro e aço, comb. e óleos minerais	Alemanha 21,9%; R. Checa 11,9%; Polónia 7,7%; França 6,1%
ESLOVÉNIA	Automóveis e outros veículos terrestres, máq. e equip. elétricos e mecânicos, produtos farmacêuticos, plásticos e suas obras	Alemanha 19,3%; Itália 10,4%; Áustria 7,4%; Croácia 7,3%
ESPAÑHA	Veic. auto. e outros veic. terrestres, máq. e equip. mecânicos, comb. e óleos minerais, máq. e equip. elétricos, plásticos e suas obras	França 15,4%; Alemanha 11,0%; Itália 8,2%; Portugal 7,6%
ESTÓNIA	Máq., aparelhos e materiais elétricos, madeira, carvão vegetal e obras de madeira, combustíveis/óleos minerais, máq., aparelhos, instrumentos mecânicos, móveis, colchões, almofadas e semelhantes	Suécia 16,9%; Finlândia 15,1%; Rússia 9,3%; Letónia 8,7%
FINLÂNDIA	Máq. e equip. mecânicos e elétricos, papel e pasta de papel, combustíveis e óleos minerais, veic. auto. e outros veic. terrestres	Alemanha 14,0%; Suécia 10,2%; Países Baixos 6,7%; EUA 6,5%
FRANÇA	Máq. e equip. mecânicos, aeronaves e outros aparelhos aéreos, veic. autom. e out. veic. terrestres, máq. e equip. elétricos, prod. farmacêuticos	Alemanha 14,8%; Espanha 7,7%; Itália 7,6%; EUA 7,3%
GRÉCIA	Combustíveis e óleos minerais, alumínio e suas obras, máq. e equip. mecânicos, produtos farmacêuticos, plásticos e suas obras	Itália 10,6%; Alemanha 7,1%; Turquia 6,8%; Chipre 6,5%
HUNGRIA	Máq. e equip. elétricos, máq. e equip. mecânicos, veículos auto. e outros veículos terrestres, prod. farmacêuticos, plásticos e suas obras	Alemanha 27,5%; Roménia 5,0%; Eslováquia 4,9%; França 4,8%
IRLANDA	Prod. farmacêuticos, prod. químicos orgânicos, instrumentos e aparelhos de ótica e fotog., máq. e equip. eléct., prod. de perfumaria e cosmética	EUA 27,1%; R. Unido 11,8%; Bélgica 10,9%; Alemanha 8,2%
ITÁLIA	Máq. e equip. mecânicos, veículos automóveis e out. veículos terrestres, máq. e equip. elétricos, produtos farmacêuticos, plásticos e suas obras	Alemanha 12,5%; França 10,3%; EUA 9,1%; Espanha 5,2%
LETÓNIA	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, máq. e equip. elétricos, máq. e equip. mecânicos, veic. e material de transp., comb. e óleos minerais	Lituânia 18,3%; Estónia 12,2%; Rússia 7,6%; Alemanha 7,2%
LITUÂNIA	Comb. e óleos minerais, máq. e equip. mecânicos, móveis, mobiliário médico, colchões, etc, máq. e equip. elétricos, plásticos e suas obras	Rússia 13,5%; Letónia 9,9%; Polónia 9,1%; Alemanha 7,7%
LUXEMBURGO	Máq. e equip. mecânicos, ferro e aço, plástico e suas obras, veic. automóveis e out. veic. terrestres, obras de ferro fundido, ferro e aço	Alemanha 26,9%; França 14,8%; Bélgica 11,7%; P. Baixos 5,7%
MALTA	Prod. farmacêuticos, máq. e equip. elétricos, peixes e crustáceos, moluscos, etc., comb. e óleos minerais, aeronaves e outros apar. aéreos	EUA 27,3%; Alemanha 13,9%; França 8,3%; Singapura 5,6%
PAÍSES BAIXOS	Máq. e equip. mecânicos, máq. e equip. elétricos, comb. e óleos minerais, etc, prod. farmacêuticos, inst. e aparelhos de ótica e fotografia	Alemanha 22,5%; Bélgica 10,5%; R. Unido 8,7%; França 8,5%
POLÓNIA	Máq. e equip. mecânicos e elétricos, veic. auto. e outros veic. terrestres, móveis, mobiliário médico-cirúrgico, etc., plásticos e suas obras	Alemanha 27,0%; R. Unido 6,6%; R. Checa 6,5%; França 5,5%
PORTUGAL	Máquinas e aparelhos, veículos e outro mat. transporte, metais comuns, plásticos e borracha, combustíveis minerais	Espanha 25,3%; França 12,7%; Alemanha 11,5%; R. Unido 6,3%
REINO UNIDO	Máq. e equip. mecânicos, automóveis e outros veic. terrestres, pérolas, pedras e metais preciosos, comb. e óleos minerais, prod. farmacêuticos	EUA 13,4%; Alemanha 9,6%; P. Baixos 6,8%; França 6,5%
REPÚBLICA CHECA	Veic. automóveis e out. veic. terrestres, máq. e equip. mecânicos e elétricos, obras de ferro fundido, ferro ou aço, plásticos e suas obras	Alemanha 32,6%; Eslováquia 7,7%; Polónia 6,0%; França 5,1%
ROMÉNIA	Máq. e equip. elétricos e mecânicos, veic. auto. e outros veic. terrestres, móveis, mobiliário médico-cirúrgico, etc., combustíveis e óleos minerais	Alemanha 23,0%; Itália 11,3%; França 6,8%; Hungria 4,7%
SUÉCIA	Máq. e equip. mecânicos, veic. automóveis e out. veículos terrestres, máquinas e equip. elétricos, combustíveis e óleos minerais, papel e pasta de papel	Alemanha 10,7%; Noruega 10,1%; Finlândia 6,9%; Dinamarca 6,8%

IMPORTAÇÕES	PRINCIPAIS PARCEIROS DE IMPORTAÇÃO	PRINCIPAIS INDÚSTRIAS
Máq. e equip. mecânicos e elétricos, veículos auto. e outros veíc. terrestres, combustíveis e óleos minerais, prod. farmacêuticos	China 9,7%; P. Baixos 8,1%; França 6,0%; EUA 5,9%	Indústria do ferro e do aço, carvão, cimento, produtos químicos, fabrico de veículos motorizados, produtos eletrónicos, fornecimento de produtos alimentares, construção de navios, indústria têxtil
Máq. e equip. mecânicos e elétricos, automóveis e out. veículos terrestres, combustíveis e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 41,3%; Itália 5,7%; Suíça 5,5%; R. Checa 4,4%;	Construção, maquinaria, veículos e peças, produtos alimentares, metais, produtos químicos
Combustíveis e óleos minerais, veículos automóveis e out. veículos terrestres, produtos farmacêuticos, produtos químicos orgânicos, máquinas e equipamentos mecânicos	P. Baixos 17,9%; Alemanha 13,0%; França 9,4%; EUA 6,9%	Fabrico de produtos de engenharia e de metal, montagem de veículos, equipamentos de transporte e fabrico de instrumentos científicos
Combustíveis e óleos minerais, máq. e equip. mecânicos e elétricos, veíc. automóveis e out. veíc. terrestres, plásticos e suas obras	Alemanha 13,1%; Rússia 8,9%; Itália 7,9%; Roménia 6,9%	Eletricidade, gás, água, produtos alimentares, tabaco, maquinaria e equipamentos, metais, produtos químicos
Combustíveis e óleos minerais, navios e embarcações, veíc. automóveis e outros veíc. terrestres, máq. e equip. mecânicos e elétricos	Grécia 21,3%; Alemanha 16,7%; Itália 6,7%; R. Unido 6,4%	Sector turístico, indústria alimentar e processamento de alimentos, produção de cimento e gesso, reparação e remodelação de navios, indústria têxtil
Combustíveis e óleos minerais, máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos, veículos e outro material de transporte, produtos farmacêuticos	Alemanha 16,2%; Itália 12,5%; Eslovénia 10,9%; Áustria 8,0%	Produtos químicos e plásticos, maquinaria e ferramentas, produtos de metal e eletrónicos, alumínio, papel
Máq. e equip. mecânicos e elétricos, automóveis e outros veíc. terrestres, combustíveis e óleos minerais, prod. farmacêuticos	Alemanha 14,3%; Suécia 10,7%; Reino Unido 7,4%; Noruega 5,8%	Produção de ferro e aço, metais não ferrosos, produtos químicos, processamento de alimentos, maquinaria e equipamentos de transporte, têxteis e vestuário
Máq. e equipamentos elétricos, automóveis e out. veículos terrestres, máq. e equipamentos elétricos, plásticos e suas obras	Alemanha 20,2%; R. Checa 16,9%; Áustria 9,8%; Polónia 6,4%	Indústria automóvel, metais e produtos, eletricidade, gás, coque, petróleo, combustível nuclear, produtos químicos
Automóveis e outros veíc. terrestres, máq. e equip. mecânicos e elétricos, combustíveis e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 16,8%; Itália 13,5%; Áustria 9,9%; Croácia 5,5%	Indústria metalúrgica e produtos de alumínio, ferrosos, chumbo e fundição de zinco, produtos eletrónicos, automóveis, equipamentos de energia elétrica, produtos madeira
Comb. e óleos minerais, veíc. auto. e outros veíc. terrestres, máq. e equip. mecânicos e equip. elétricos, produtos farmacêuticos	Alemanha 12,6%; França 10,8%; China 8,4%; Itália 6,6%	Indústria têxtil e calçado, indústria alimentar, metais e produtos metálicos, produtos químicos, construção naval, automóveis
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, aparelhos, instrumentos mecânicos, veículos e outro material de transporte, combustíveis/óleos minerais, etc., plásticos e suas obras	Alemanha 10,5%; Finlândia 9,2%; China 8,3%; Rússia 7,4%	Indústria alimentar, engenharia, fabrico de componentes eletrónicos, produtos de madeira, indústria têxtil, tecnologias de informação e telecomunicações
Comb. e óleos minerais, máq. e equip. mecânicos e elétricos, veículos auto. e outros veículos terrestres, artigos de ferro ou aço	Alemanha 15,2%; Rússia 13,1%; Suécia 10,9%; China 7,3%	Metais e produtos de metal, produtos eletrónicos, maquinaria, instrumentos científicos, construção naval, papel e celulose, produtos alimentares e químicos
Máq. e equip. e mec., veíc. auto. e outros veíc. terrestres, comb. e óleos minerais, máq. e equip. elétricos, aeronaves e outros aparelhos aéreos	Alemanha 15,8%; China 9,1%; Itália 7,6%; EUA 6,7%	Maquinaria, produtos químicos, automóveis, indústria metalúrgica, aeronaves, produtos eletrónicos, indústria têxtil, processamento de alimentos, turismo
Combustíveis e óleos minerais, máquinas e equip. mecânicos, navios e embarcações, prod. farmacêuticos, máq. e equip. elétricos	Alemanha 10,4%; Itália 8,2%; Rússia 6,8%; Iraque 6,3%	Sector do turismo, produtos alimentares e tabaco, indústria têxtil, produtos químicos, metálicos, mineração, petróleo
Máq. e equip. elétricos e mecânicos, veículos auto. e outros veículos terrestres, comb. e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 16,4%; Áustria 6,4%; Polónia 5,6%; Eslováquia 5,3%	Mineração, indústria metalúrgica, materiais de construção, processamento de alimentos, indústria têxtil, produtos químicos, automóveis
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, prod. farmacêuticos, máq. e equip. mecânicos, combustíveis, máq. e equipamentos elétricos	Reino Unido 22,1%; EUA 20,6%; França 13,3%; Alemanha 8,7%	Indústria farmacêutica, produtos químicos, hardware & software, produtos alimentares e dispositivos médicos
Comb. e óleos minerais, etc., veículos automóveis e out. veíc. terrestres, máq. e equip. mecânicos e elétricos, prod. farmacêuticos	Alemanha 16,3%; França 8,8%; China 7,1%; Países Baixos 5,6%	Sector turismo, maquinaria, produção de ferro e aço, produtos químicos, processamento de alimentos, indústria têxtil, veículos, vestuário, calçado, cerâmica
Máq. e equip. elétricos, máq. e equip. mecânicos, automóveis e out. veículos terrestres, comb. e óleos minerais, prod. farmacêuticos	Lituânia 17,5%; Alemanha 11,9%; Polónia 10,4%; Estónia 10,8%	Processamento de alimentos, processados de madeira, indústria têxtil, metais, produtos farmacêuticos, fibras sintéticas, produtos eletrónicos
Comb. e óleos minerais, máq. e equip. mecânicos, automóveis e out. veíc. terrestres, máq. e equip. elétricos, plásticos e suas obras	Rússia 14,4%; Alemanha 12,1%; Polónia 10,8%; Letónia 8,0%	Maquinaria e ferramentas, produção de motores, eletrodomésticos, indústria de refinaria, construção naval, móveis, indústria têxtil, processamento de alimentos, fertilizantes
Veíc. automóveis e out. veíc. terrestres, máq. e equip. mecânicos, comb. e óleos minerais, etc., máq. e equip. elétricos, ferro e aço	Alemanha 24,4%; Bélgica 22,9%; França 11,5%; EUA 6,6%	Serviços bancários e financeiros, serviços de construção, imobiliário, indústria do ferro, metal e aço, tecnologias da informação, telecomunicações
Comb. e óleos minerais, embarcações e est. flutuantes, aeronaves e outros aparelhos aéreos, máq. e equip. elétricos e mecânicos	Itália 20,9%; Ilhas Cayman 11,8%; Canadá 10,4%; Alemanha 6,3%	Turismo, produtos eletrónicos, construção e reparação naval, indústria alimentar e bebidas, produtos farmacêuticos, calçado, vestuário, tabaco, aviação
Comb. óleos minerais, etc, máq. e equip. elé. e mecânicos, veíc. autom. e out. veíc. terrestres, instrum. e aparelhos de óptica e fotografia	China 16,3%; Alemanha 15,1%; Bélgica 8,4%; EUA 6,8%	Agroindústrias, metal e engenharia de produto, máquinas e equipamentos elétricos, indústria química, petróleo, construção e produção de componentes microeletrónicas
Máq. e equip. elétricos e mecânicos, veíc. auto. e outros veículos terrestres, combustíveis e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 22,9%; China 12,4%; Rússia 6,1%; Itália 5,1%	Indústria de aço e ferro, fornecimento de minério, produtos químicos, construção naval, processamento de alimentos, vidro, bebidas e indústria têxtil
Máq. e aparelhos, veículos e outro mat. transporte, combustíveis minerais, agrícolas, químicos	Espanha 31,4%; Alemanha 13,8%; França 7,6%; Itália 5,3%	Indústria têxtil, vestuário, calçado, madeira, cortiça, papel e celulose, produtos químicos, lubrificantes, automóveis e autopeças, metais base, minerais, porcelana e cerâmica
Máq. e equip. mecânicos e elétricos, automóveis e outros veíc. terrestres, comb. e óleos minerais, pérolas, pedras e metais preciosos	Alemanha 13,7%; China 9,5%; EUA 9,4%; Países Baixo 8,2%	Fabrico de máq. e ferramentas, equip. elétrico, automação, ferroviários, construção naval, aviões, veículos e autopeças, produtos eletrónicos e equip. de comunicação
Máq. e equip. elétricos e mecânicos, veíc. autom. e outros veículos terrestres, plásticos e suas obras, combustíveis e óleos minerais	Alemanha 29,7%; Polónia 9,1%; China 7,3%; Eslováquia 5,8%	Indústria automóvel, metalúrgica, maquinaria e equipamentos, vidro, armamentos
Máq. e equip. elétricos, máq. e equip. mecânicos, veíc. auto. e outros veíc. terrestres, comb. e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 20,1%; Itália 10,1%; Hungria 7,5%; Polónia 5,5%	Maquinaria e equipamentos elétricos, montagem de automóveis, indústria têxtil e calçado, metalurgia, produtos químicos, processamento de alimentos
Máq. e equip. mecânicos, veículos automóveis e out. veículos terrestres, máquinas e equipamentos elétricos, combustíveis e óleos minerais, plásticos e suas obras	Alemanha 18,7%; Países Baixos 8,9%; Noruega 8,1%; Dinamarca	Fornecimento de ferro e aço, produção de equipamento de precisão, indústria da madeira e derivados, indústria alimentar



Relativamente ao número de certificados emitidos, ocupa a 26ª posição. Quanto à certificação pelas normas Ambiental e da Qualidade, o Chipre apresenta uma tendência de descida, que foi forte em 2018, recuperando um pouco em 2019. Com um crescimento anual de 6.15%, o número de certificados existentes é dos mais baixos da UE, com 1001 registos em vigor, a que não é alheia a sua pequena dimensão territorial. A redução em Portugal continua pelo quarto ano consecutivo, com menos 969 certificados. A maior queda de que temos registo neste Guia. Longe vão os anos em que se contabilizavam cerca de 9000 certificados. A descida é a segunda maior que observamos nesta análise e corresponde a 12.1 em valor percentual. Apenas a Suécia esteve pior. Este fraco desempenho dos últimos anos tem levado a uma queda continuada no *ranking* europeu, descendo para a 13ª posição por troca com a Grécia, que já está a mais de mil certificados de distância. Neste período, em Portugal, registam-se aumentos em algumas normas mais sectoriais que não chegam para compensar as quedas nas duas maiores e mais utilizadas normas aqui referidas.

A Europa apresenta um panorama geral muito positivo, em contraste com 2018, em quase todas as normas, com destaque para a Qualidade e o Ambiente, onde cresce muito acima da média mundial. Dezoito países comunitários crescem. Neste grupo podemos encontrar a Itália, Espanha, Polónia, França ou Alemanha.



Em termos quantitativos o destaque maior vai para a Itália, que recupera 10.286 certificados ao enorme número que vinha perdendo em anos mais recentes. Está, ainda, longe dos seus melhores anos. Com algum significado também, o aumento de 1912 certificados da Espanha e com um pouco mais de mil a Polónia. Todos os outros com valores inferiores ao milhar de registos novos. Malta lidera em termos percentuais com 26.29%, mas falamos de um acréscimo quantitativo de 56 novos certificados. Igualmente com um bom desempenho percentual temos a Croácia (15.64%).

Pela negativa encontramos um número muito inferior de países, o que é bom em si mesmo. Três países apresentam uma redução forte de certificados. A Suécia lidera com menos 1125, seguida de Portugal com menos 969 e do Reino Unido com uma redução de 923 certificados. Lituânia e Países Baixos perdem cerca de quatro centenas. Em termos percentuais, o país da UE que mais desceu foi o Luxemburgo, com uma redução de 37.3%, seguido da Lituânia com menos 18.3%. Portugal reduz em 12.1% e a Suécia em 14.8%.



Neste separador é feita a análise e caracterização dos 28 países da UE com informação diversificada, apresentada em quadros e tabelas. Os dois países em destaque são a Grécia e a República do Chipre, com análises individualizadas. Damos a conhecer, de todos eles, o regime político, a população, a dimensão territorial, as fronteiras, o idioma, o PIB e as principais atividades económicas, com a finalidade de transmitir uma ideia de conjunto. Apresentamos, ainda, o número de certificados e a sua evolução nos anos mais recentes com base no *ISO survey*. Este ano (2019) o quadro de subidas e descidas apresenta-se positivo, como referido. Muitas das principais economias europeias tiveram um bom desempenho.



INDICADORES ECONÓMICOS

Fonte: AICEP, Comissão Europeia, Eurostat e PORDATA

PAÍS	PIB 2018 (Mil milhões de euros)	PIB 2019 (Mil milhões de euros)	TAXA INFLAÇÃO 2018 (%)	TAXA INFLAÇÃO 2019 (%)
ALEMANHA	3.349.000,0	3.449.050,0	1,9	1,4
ÁUSTRIA	455.900,0	398.682,4	2,0	1,5
BÉLGICA	530.300,0	473.085,1	2,3	1,2
BULGÁRIA	57.200,0	60.675,3	2,0	2,5
CHIPRE	20.700,0	21.943,6	0,6	0,5
CROÁCIA	55.000,0	53.936,7	1,8	0,8
DINAMARCA	349.700,0	310.002,3	0,8	0,7
ESLOVÁQUIA	96.200,0	94.171,2	1,6	2,8
ESLOVÉNIA	51.600,0	48.006,6	1,4	1,7
ESPAÑA	1.436.900,0	1.245.331,0	1,9	0,8
ESTÓNIA	28.500,0	28.112,4	3,0	2,3
FINLÂNDIA	271.700,0	240.557,0	1,2	1,1
FRANÇA	2.810.000,0	2.425.708,0	2,0	1,3
GRÉCIA	216.700,0	187.456,5	0,8	0,5
HUNGRIA	151.700,0	143.826,4	2,9	3,4
IRLANDA	363.600,0	356.051,2	0,7	0,9
ITÁLIA	2.123.000,0	1.787.664,1	1,1	0,6
LETÓNIA	31.100,0	30.476,1	3,0	2,7
LITUÂNIA	46.400,0	48.432,8	2,7	2,2
LUXEMBURGO	61.800,0	63.516,3	1,8	1,6
MALTA	11.200,0	13.390,0	1,8	1,5
PAÍSES BAIXOS	758.200,0	810.247,0	1,7	2,7
POLÓNIA	564.600,0	529.029,2	2,4	2,1
PORTUGAL	201.600,0	212.320,6	1,2	0,3
REINO UNIDO	2.825.000,0	2.525.093,1	2,3	1,8
REPÚBLICA CHECA	250.500,0	223.945,0	2,3	2,6
ROMÉNIA	234.100,0	223.337,4	-3,8	3,9
SUÉCIA	549.800,0	474.193,7	2,1	1,7

DADOS DA CERTIFICAÇÃO

PAÍS	Organismos Oficiais (website)	Certificados emitidos ISO 9001 (2018)	Certificados emitidos ISO 9001 (2019)	Certificados emitidos ISO 14001 (2018)	Certificados emitidos ISO 14001 (2019)	Certificados emitidos ISO 22000 (2018)	Certificados emitidos ISO 22000 (2019)
ALEMANHA	Instituto Alemão para a Normalização – DIN (www.din.de) Organismo de Acreditação – DAKKS (www.dakks.de) Associação Alemã para a Qualidade – OVQ (www.dgq.de)	47482	47868	8028	8465	257	436
ÁUSTRIA	Instituto Austríaco para a Normalização – ASI (www.on-norm.at) Ministério da Economia, Família e Juventude – Acreditação (www.bmwfj.gv.at) Fundação Austríaca para a Gestão da Qualidade – AFQM (www.qualityaustria.at)	3282	3325	1079	1052	72	82
BÉLGICA	Instituto Belga para a Normalização (www.nbn.be) BELAC - Acreditação (www.belac.fgov.be/intro_nl.htm) Centro Flamengo para a Gestão de Qualidade – VCK (www.vck.be)	3149	2873	1012	992	146	110
BULGÁRIA	Instituto Búlgaro de Normalização – BDS (www.bds-bg.org) Serviço Búlgaro de Acreditação – BAS (www.nab-bas.bg) Agência Estatal para Vigilância Metroológica e Técnica – SAMTS (www.damtn.government.bg)	5943	6278	1946	1993	324	310
CHIPRE	Organização Cipriota para a Normalização (www.cys.org.cy/default.asp?id=175) Organização Cipriota para a Promoção da Qualidade – Acreditação (www.cys.mcit.gov.cy) Associação Cipriota para a Qualidade – CyAQ	727	778	216	223	201	203
CROÁCIA	Agência de Acreditação Croata (HAA) (http://www.akreditacija.hr/EN) Sociedade Croata para a Qualidade (HDK) Instituto de Normalização Croata (http://www.hzn.hr/default.aspx?id=160)	2343	2715	1027	1182	59	58
DINAMARCA	Dansk Standard - Normalização (www.ds.dk) DANAK - Acreditação Dinamarquesa (webtool.danak.dk/english/akkreditering-engelsk) Sociedade Dinamarquesa para a Qualidade – DFK (www.dfk.dk)	2233	2324	1012	1031	94	89
ESLOVÁQUIA	Instituto Eslovaco para a Normalização, Metrologia e Testes – SUTN (www.unms.sk/?slovak-standards-institute) Sistema Eslovaco de Acreditação – SNAS (www.snas.sk) Sociedade Eslovaca para a Qualidade – SSK (http://www.ssk.sk/)	4012	3886	1687	1710	95	89
ESLOVÉNIA	Instituto Esloveno para a Normalização (www.sist.si) Slovenska akreditacija – Acreditação (http://www.slo-akreditacija.si/) Associação Eslovena para a Qualidade e a Excelência – SZKO (http://www.szko.si/)	1710	1761	432	468	12	13
ESPANHA	Associação Espanholade Normalização e Certificação – AENOR (www.aenores) Entidade Nacional de Acreditação – ENAC (www.enac.es) Associação Espanhola para a Qualidade – AEC (www.aec.es)	29562	30801	12198	12871	585	608
ESTÓNIA	Centro Estónio para a Normalização – EVS (www.evs.ee) Centro Estónio de Acreditação (www.eak.ee/index_eng.php) Associação Estónia para a Qualidade – EKVA (www.eaq.ee)	1048	993	520	513	19	20
FINLÂNDIA	Associação Finlandesa para a Normalização – SFS (www.sfs.fi) Serviço Finlandês de Acreditação – FINAS (www.finas.fi)	2524	2639	1467	1502	75	68
FRANÇA	Associação Francesa de Normalização – AFNOR (www.afnor.fr) Comité Francês de Acreditação – COFRAC (www.cofrac.fr) Movimento Francês pela Qualidade – MQF (www.mfq-fc.asso.fr)	21095	21696	6084	6402	140	503



Fonte: ISO Survey

PAÍS	Organismos Oficiais (website)	Certificados emitidos ISO 9001 (2018)	Certificados emitidos ISO 9001 (2019)	Certificados emitidos ISO 14001 (2018)	Certificados emitidos ISO 14001 (2019)	Certificados emitidos ISO 22000 (2018)	Certificados emitidos ISO 22000 (2019)
GRÉCIA	Organização Helénica para a Normalização (www.elot.gr) Conselho Helénico de Acreditação - ESYD (www.esyd.gr) Associação Helénica para a Gestão - HMA (www.eede.gr)	6165	6570	1415	1542	1912	2042
HOLANDA	Instituto Holandês de Normalização - NNI (www2.nen.nl) Raad voor Accreditatie, RvA - Acreditação (www.rva.nl)	7841	7455	2181	2082	396	399
HUNGRIA	Instituto Húngaro de Normalização - MSZT (www.mszt.hu) Conselho Húngaro de Acreditação - NAT (www.nat.hu) Comité Nacional Húngaro do EOQ - Qualidade (www.eoq.hu)	6658	7107	2391	2547	127	126
IRLANDA	Autoridade Nacional de Normalização da Irlanda - NSAI (www.nsai.ie) Organismo Nacional Irlandês de Acreditação - INAB (www.inab.ie)	2494	2554	957	975	70	63
ITÁLIA	Centro Nacional Italiano de Normalização (www.uni.com) ACCREDITIA - Acreditação (www.accredia.it) Associação Italiana para a Qualidade - AICQ (http://aicqna.com/)	87794	95812	15118	17386	937	1008
LETÓNIA	Normalização da Letónia (www.lvs.lv) Serviço Nacional Letão de Acreditação - LATAK (www.latak.lv)	894	889	336	336	47	40
LITUÂNIA	Conselho Lituano de Normalização (www.lsd.lt/en) LA - Acreditação (www.nab.lt)	1468	1215	914	732	58	36
LUXEMBURGO	Instituto Luxemburguês de Normalização, Acreditação, Segurança e Qualidade dos Produtos e Serviços - ILNAS (www.ilnas.public.lu/fr/index.html)	253	159	128	80	3	4
MALTA	Autoridade Maltesa de Normalização - MAS (www.msa.org.mt) Organização Nacional de Acreditação - NAB (www.nabmalta.org.mt) Câmara do Comércio, Empresas e Indústria de Malta - Qualidade (www.maltachamber.org.mt)	176	218	37	51	5	6
POLÓNIA	Comissão Polaca para a Normalização - PKN Centro Polaco de Acreditação - PCA (www.pca.gov.pl) Centro Polaco para Testes e Certificação - Qualidade - PCBC (www.pcbc.gov.pl/english)	11294	11460	2921	3766		532
PORTUGAL	Associação Portuguesa para a Qualidade (www.apq.pt) Instituto Português de Acreditação (www.ipac.pt) Instituto Português da Qualidade (www.ipq.pt)	6623	6123	1382	913	469	306
REINO UNIDO	Instituto Britânico de Normalização - BSI (www.bsigroup.com) Serviço de Acreditação do Reino Unido - UKAS (www.ukas.com)	26434	25292	11201	11420	301	91
REPÚBLICA CHECA	Instituto Checo de Acreditação - CAI (www.cia.cz) Departamento Checo para Normalização, Metrologia e Testes - UNMZ (www.unmz.cz) Sociedade Checa para a Qualidade - CSQ (www.csq.cz)	11740	12439	4266	4409	147	120
ROMÉNIA	Associação Romena de Normalização - ASRO (www.asro.ro) Organismo Nacional de Acreditação - RENAR (www.renar.ro) Associação Romena para a Qualidade - ARC (www.arc.ro)	9299	9506	4553	4658	653	639
SUÉCIA	Instituto Sueco de Normalização (www.sis.se) Conselho Sueco para Acreditação e Conformidade (SWEDAC) (www.swedac.se) Associação Sueca para a Qualidade - SFK (www.sfk.se)	3993	3477	3598	2989	43	35

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS (ISO 9001 + 14001)

País	2017	2018	2019
ALEMANHA	76 834	55 510	56 333
ÁUSTRIA	4 875	4 361	4 377
BÉLGICA	4 184	4 161	3 865
BULGÁRIA	7 217	7 889	8 271
CHIPRE	1 210	943	1 001
CROÁCIA	3 347	3 370	3 897
DINAMARCA	3 784	3 245	3 355
ESLOVÁQUIA	5 077	5 690	5 596
ESLOVÊNIA	2 170	2 142	2 229
ESPAÑA	45 037	41 760	43 672
ESTÓNIA	1 610	1 568	1 506
FINLÂNDIA	4 124	3 991	4 141
FRANÇA	28 126	27 179	28 098
GRÉCIA	8 576	7 580	8 112
HOLANDA	12 730	10 022	9 537
HUNGRIA	8 141	9 049	9 654
IRLÂNDIA	3 557	3 451	3 529
ITÁLIA	112 217	102 912	113 198
LETÓNIA	1 335	1 230	1 225
LITUÂNIA	2 068	2 382	1 947
LUXEMBURGO	329	381	239
MALTA	226	213	269
POLÓNIA	14 731	14 215	15 226
PORTUGAL	8 625	8 005	7 036
REINO UNIDO	55 037	37 635	36 712
REP. CHECA	15 492	16 006	16 848
ROMÉNIA	17 586	13 852	14 164
SUÉCIA	12 228	7 591	6 466
Total ISO Survey	460 473	396 333	410 503

RANKING DOS PAÍSES DA UE POR NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS (ISO 9001+14001)

Posição	Posição		
2018	2019	País	Val. Abs.
1	1	ITÁLIA	113 198
2	2	ALEMANHA	56 333
3	3	ESPAÑA	43 672
4	4	REINO UNIDO	36 712
5	5	FRANÇA	28 098
6	6	REP. CHECA	16 848
7	7	POLÓNIA	15 226
8	8	ROMÉNIA	14 164
10	9	HUNGRIA	9 654
9	10	PAISES BAIXOS	9 537
12	11	BULGÁRIA	8 271
14	12	GRÉCIA	8 112
11	13	PORTUGAL	7 036
13	14	SUÉCIA	6 466
15	15	ESLOVÁQUIA	5 596
16	16	ÁUSTRIA	4 377
18	17	FINLÂNDIA	4 141
20	18	CROÁCIA	3 897
17	19	BÉLGICA	3 865
19	20	IRLÂNDIA	3 529
21	21	DINAMARCA	3 355
23	22	ESLOVÊNIA	2 229
22	23	LITUÂNIA	1 947
24	24	ESTÓNIA	1 506
25	25	LETÓNIA	1 225
26	26	CHIPRE	1 001
28	27	MALTA	269
27	28	LUXEMBURGO	239

MAIORES CRESCIMENTOS ANUAIS (Qtd/%) (ISO 9001+14001)

País	2019	
	Certificados	%
ITÁLIA	10 286	9,99
ESPAÑA	1 912	4,58
POLÓNIA	1 011	7,11
FRANÇA	919	3,38
REP. CHECA	842	5,26
ALEMANHA	823	1,48
HUNGRIA	605	6,69
GRÉCIA	532	7,02
CROÁCIA	527	15,64
BULGÁRIA	382	4,84
ROMÉNIA	312	2,25
FINLÂNDIA	150	3,76
DINAMARCA	110	3,39
ESLOVÊNIA	87	4,06
IRLÂNDIA	78	2,26
CHIPRE	58	6,15
MALTA	56	26,29
ÁUSTRIA	16	0,37
LETÓNIA	-5	-0,41
ESTÓNIA	-62	-3,95
ESLOVÁQUIA	-94	-1,65
LUXEMBURGO	-142	-37,3
BELGICA	-296	-7,11
LITUÂNIA	-435	-18,3
PAISES BAIXOS	-485	-4,84
REINO UNIDO	-923	-2,45
PORTUGAL	-969	-12,1
SUÉCIA	-1 125	-14,8

Fonte: ISO Survey

CONCLUSÃO

No conjunto destes países europeus, a liderança é – desde sempre – da Itália. É seguida pela Alemanha. A Espanha fecha o pódio. Nas dez primeiras posições as trocas são pequenas. Podemos mesmo referir que são poucas, no conjunto de todos os estados. A Hungria subiu para a nona posição, trocando com os Países Baixos. A Bulgária sobe para a 11ª posição que era ocupada por Portugal, que foi ultrapassado igualmente pela Grécia, ficando na 13ª posição – a pior dos últimos anos. A Suécia também perde terreno e uma posição. Na parte final da tabela, Malta relega o Luxemburgo para a última posição, o inverso do que tinha acontecido no ano anterior. Como analisado anteriormente, o crescimento europeu é uma realidade em quase todas as normas. A única exceção aconteceu na norma ISO 50001, com uma queda de 550 certificados (-4%) e um crescimento mundial de apenas 168 (+0.9%) registos. Esta é uma norma recente em que a Europa no seu conjunto representa mais de 70% do total. Pela negativa destacam-se poucos países. A maior descida foi da Suécia, que perdeu 1125 certificados, seguida de Portugal (-969) e do Reino Unido com 923 a menos. Em percentagem, a maior queda é do Luxemburgo com menos 37.3%, seguido da Lituânia e da Suécia com, respetivamente, menos 18.3% e 14.8%.

A maioria dos estados-membros apresenta um ano de crescimento nestes normativos. A Itália é a que mais cresce, mas todos nos lembramos de grandes oscilações nos últimos anos protagonizados por este país. Regista um acréscimo de 10.000 certificados. A uma grande distância, a Espanha aumenta mais 1900 e a Polónia mais 1000 certificados. Os restantes estão abaixo deste valor.

Portugal tem um ano muito negativo, perde quase mil certificados a juntar às perdas dos anos anteriores, sendo das maiores descidas deste *ranking* e desde que temos registo neste Guia. Percentualmente a descida é de 12%. Este desempenho teve como consequência a descida na sua posição relativa. Nos últimos três anos, passou da 10ª posição para a 13ª. Uma queda significativa.

De referir que nestas duas normas (ISO 9001/14001), a Europa e o mundo crescem, o que permitiu nas duas normas uma redução das perdas sofridas em anos mais recentes.

A maior parte das empresas certificadas por estas normas está na Ásia e na Europa, por esta ordem, com percentagens esmagadoras. África continua a ter uma representação marginal nestes valores. A América, no seu conjunto, representa uma pequena percentagem a nível mundial, com um desempenho misto em que encontramos países em perda e outros com crescimentos muito interessantes como mencionado anteriormente.



Pelos números apresentados podemos finalizar referindo, uma vez mais, que existe um número significativo de empresas, de muitos e diferentes países, que utilizam, com sucesso, estas normas no seu dia-a-dia. Economias com uma componente exportadora forte, como a Alemanha, Itália ou China, tendem a valorizar mais estes referenciais normativos, como se pode depreender do total de empresas certificadas que cada um deles apresenta.



PAÍSES EM DESTAQUE

GRÉCIA E CHIPRE



Atualmente, a União Europeia (UE) é constituída por 27 países, uma vez que o Reino Unido saiu a 31 de janeiro de 2020. Nesta edição do GEC damos a conhecer a Grécia e Chipre mais ao pormenor. O primeiro aderiu à União Europeia a 1 de janeiro de 1981 e é membro da Zona Euro desde 1 de janeiro de 2001. A República de Chipre é um membro mais recente da UE, juntou-se apenas a 1 de maio de 2004, e utiliza também o Euro como moeda oficial desde 1 de janeiro de 2008.

Nas páginas que se seguem, além de uma breve caracterização de cada um dos dois países europeus, apresentamos ainda um pequeno perfil económico de cada um. No seguimento da linha editorial do GEC, analisamos a evolução da certificação na Grécia e em Chipre, bem como divulgamos os organismos de certificação existentes nos dois Estados.

A Grécia é um país localizado a sul da Europa, constituindo assim uma importante plataforma comercial para outros mercados da região dos Balcãs, do Sudeste da Europa e do Médio oriente. Conhecido como o berço da civilização ocidental, o país tem uma economia fortemente alicerçada no sector dos serviços, com especial destaque para o turismo. Em 2019 foi o 8º país mais visitado da UE.



Após uma década consecutiva de recessão (três programas de assistência financeira e uma reestruturação da dívida), a Grécia saiu do 3º programa de assistência em agosto de 2018. Desde então, a economia tem vindo a crescer, sendo considerada, em 2019, a 50ª economia mundial.

A República de Chipre é o terceiro país mais pequeno da UE, depois de Malta e do Luxemburgo. É uma ilha localizada no mar Mediterrâneo, a sul da Turquia e a leste da Grécia, e alberga aproximadamente um milhão de habitantes. Depois da grave crise bancária de 2013, que levou à intervenção da “troika”, e deu origem a uma forte recessão, Chipre tem recuperado com base nos serviços, nomeadamente o sector financeiro, o turismo, a indústria marítima e a construção.

Em termos de índice global de competitividade, Chipre posicionou-se em 54º lugar, entre 190 economias analisadas, de acordo com o estudo Doing Business 2020, do Banco Mundial. Uma posição que reflete o empenho do país em facilitar o ambiente de negócios para o sector privado, abrindo assim caminho para mais emprego e uma maior dinamização da atividade comercial.

No âmbito da certificação na Grécia e Chipre, os dados divulgados pela ISO apontam

posições muito díspares em todos os referenciais analisados. Porém, os dois países apresentam um crescimento em todos eles, mas de forma muito pouco expressiva. Em 2019, de acordo com a norma ISO 9001 (Qualidade), a Grécia registou 6570 certificados, enquanto a República de Chipre não foi além dos 778. No Ambiente, os números são igualmente muito distantes. A Grécia aumenta de 1415 em 2018 para 1542 um ano depois e Chipre de 216 para 223, respetivamente. O mesmo se observa na norma da Segurança Alimentar, em que o primeiro país destaca-se, no último ano, com a atribuição de 2042 certificados e a Ilha mediterrânica não ultrapassou os 203. Nas normas 27001, a Grécia regista 336 e Chipre contabiliza 39. Finalmente, no referencial 50001, o panorama mantém-se para ambos. Os certificados registados são reduzidos, sendo que a Grécia soma 109 e a República de Chipre apenas 16.

De acordo com a legislação europeia e mundial, os dois países têm as suas estruturas da Qualidade legalmente enquadradas. Para conhecer mais detalhadamente todos os dados relativos à Grécia e Chipre, convidamos a analisar o artigo que dedicamos a este assunto no GEC e onde estão publicados gráficos e tabelas com elementos mais pormenorizados.





GRÉCIA



A Grécia é um país localizado a sul da Europa e faz fronteira com a Albânia, a Macedônia e a Bulgária (ao norte), e com a Turquia (a nordeste). O país é banhado a leste pelo Mar Egeu, ao sul pelo Mar de Creta e a oeste pelo Mar Jônico. Conhecida como o berço da civilização ocidental, a Grécia possui 11 milhões de habitantes que vivem em 131.960 km² de território, o qual encontra-se dividido em uma zona continental e uma área composta por mais de 2000 ilhas, das quais apenas 170 encontram-se habitadas. A população de origem grega é largamente majoritária (96%), existindo também comunidades de macedônios (1,5%), de turcos (0,9%) e de albaneses (0,6%). A Igreja Ortodoxa Oriental é seguida por 98% da população. A língua oficial é o grego.

A economia grega, apesar de sua estrutura estar assente nas empresas privadas, é considerada de desenvolvimento médio. A agricultura tem vindo a reduzir importância e a indústria alimentar, a têxtil e a cimenteira vão sobressaindo, mas são pouco competitivas. O sector que mais tem crescido na última década é o terciário que contribui com cerca de 80% para o PIB do país, sendo esta concentração baseada sobretudo no turismo que, por sua vez, dá origem a uma sociedade cada vez mais virada para o comércio. O turismo foi, aliás, um dos poucos sectores económicos que escapou à profunda depressão que o país atravessou durante uma década e, para a qual, contraiu três empréstimos junto da UE e do FMI. Como consequência, a Grécia teve de adotar um vasto conjunto de medidas de austeridade que se refletiu em enormes sacrifícios para o povo grego.

Outro importante sector para a Grécia é a construção naval. O país possui uma das maiores frotas do mundo e está bem apetrechado de

estaleiros junto ao porto de Pireu, classificado como dos maiores da Europa. Nos últimos anos, o país apostou também na construção e manutenção de iates de luxo e tem-se destacado neste nicho de mercado.

Os anos de maior aperto económico parecem ter ficado para trás e, desde 2017, que a Grécia entrou numa nova era de recuperação económica, tendo criado as condições propícias para um crescimento económico sustentável, investindo no aumento dos postos de trabalho e no saneamento das contas públicas. Em 2019, o país foi considerado um dos destinos turísticos de maior destaque a nível mundial e ficou em 8º lugar no *ranking* dos mais visitados da UE. Só a indústria do turismo representava, em 2019, cerca de 20% do PIB grego e garantia empregos diretos e indiretos a um milhão de pessoas. Os próximos anos continuam a ser desafiantes para a Grécia. Independentemente dos efeitos da pandemia, o país tem em mãos o grande desafio da questão migratória e dos refugiados. Contudo, a Grécia continua a ser um polo de estabilidade na Europa do Sudeste e no Mediterrâneo Oriental, mesmo face às prolongadas crises da Síria e da Líbia, seus vizinhos.

DADOS DE CERTIFICAÇÃO ORGANISMOS

Organização Helénica para a Normalização www.elot.gr

Na Grécia, a ELOT é o único órgão nacional que elabora, aprova, publica e distribui as Normas helénicas. A elaboração das normas está a cargo dos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho da ELOT, nos quais estão representadas as partes interessadas do sector público e privado. A Organização foi fundada em 1976.



Conselho Helénico de Acreditação – ESYD

www.esyd.gr

É a entidade responsável pela implementação e gestão do Sistema Nacional de Acreditação e é tutelada pelo Ministério da Economia e Desenvolvimento. A ESYD é um dos membros fundadores da organização Cooperação Europeia para a Acreditação (EA) que visa promover o reconhecimento internacional da acreditação.

Associação Helénica para a Gestão – HMA

www.eede.gr

Foi fundada em 1962 e é uma organização que tem por missão contribuir para a promoção, disseminação e promulgação de princípios, métodos e práticas de gestão.

INFORMAÇÕES GERAIS

Governo	República
Idioma	Grego
População	11,1 milhões (2018)
Capital (habitantes)	Atenas (762 mil)
Superfície	131.960 km ²
Fronteiras	Albânia, Macedônia e Bulgária (norte) e Turquia (nordeste)
Chefe de Estado	Ekaterini Sakellaropoulou
Primeiro-ministro	Kyriakos Mitsotakis
Moeda	Euro
Adesão à UE	1 de janeiro de 1981

INFORMAÇÕES ECONÓMICAS

PIB 2018	216.700,0 (Mil milhões de euros)
PIB 2019	187.456,5 (Mil milhões de euros)
PIB Taxa de Crescimento 2019	1,9%
Inflação média 2018	0,8%
Inflação média 2019	0,5%
Desemprego 2019	17,2%
Principais Exportações 2019	Combustíveis (31,6%); produtos farmacêuticos (5,7%); máquinas e equipamentos mecânicos (5,1%)
Principais Importações 2019	Combustíveis (26,7%); máquinas e equipamentos mecânicos (7,1%); máquinas e equipamentos elétricos (5,6%).
Parceiros de Exportação 2019	Itália (10,8%); Alemanha (6,7%); Turquia (5,8%) e Chipre (5,6%)
Parceiros de Importação 2019	Alemanha (10,6%); Iraque (8,2%); Itália (7,9%) e Rússia (7,4%)
Principais Indústrias	Turismo, naval, alimentar, cimenteira, têxtil, produtos químicos



EMPRESAS DE CERTIFICAÇÃO

BV; DNV; DQS; Lloyd's; SGS; TUV; entre outras.



CHIPRE



A República de Chipre é uma ilha localizada no mar Mediterrâneo, a sul da Turquia e a leste da Grécia. É a terceira ilha mais populosa da zona Mediterrânica, albergando 1 milhão de habitantes. Estado-membro da União Europeia desde 2004, Chipre encontra-se há uns anos dividido entre o território grego e o turco. Importa esclarecer, no entanto, que a totalidade da ilha é território da UE, mas a aplicação da legislação europeia está suspensa nas zonas sobre as quais o governo da República de Chipre (Governo da República) não exerce um controlo efetivo.

Resumidamente, a história mais recente de Chipre conta-se rápido. Em 1878, Chipre foi colocado sob administração britânica e, em 1914, foi oficialmente anexado pelo Império Britânico. Contudo, após um sucessivo conflito entre os cipriotas e o domínio britânico, Chipre conseguiu a sua independência em 1960. No entanto, a disputa colonial passou para uma disputa étnica entre os habitantes turcos e os gregos da ilha. Em julho de 1974, os cipriotas gregos organizaram um golpe de Estado. Em resposta, a Turquia, na premissa de defesa dos interesses dos turcos-cipriotas, invadiu a parte norte da ilha – que ocupa até os dias de hoje de forma ilegal, segundo o Conselho de Segurança da ONU. Mais tarde, em 1983, declarou unilateralmente a independência do território, formando a República Turca de Chipre do Norte. Em contrapartida, o Governo grego-cipriota, que controla o sul da ilha, formou a República de Chipre, oficialmente reconhecida pela União Europeia. Como resultado, Chipre ficou dividido pela “Linha Verde”, uma zona-tampão, criada pela ONU, para evitar mais conflitos entre as duas comunidades e que ainda se mantém nos dias de hoje, apesar de várias tentativas de reunificação da ilha, mas sem êxito.

Com uma área de 9.251 km², Chipre é o terceiro país mais pequeno da UE, depois de Malta e do Luxemburgo. Tem como língua oficial o grego (além de uma minoria que usa a língua turca) e a sua capital é a Nicósia. A moeda local é o Euro desde que aderiu à Zona Euro em 2008 e a nova libra turca do território turco. A maioria dos cipriotas segue o cristianismo (Igreja Ortodoxa), mas uma significativa minoria de origem turca pertence à religião islâmica.

O sector dos serviços tem um papel preeminente na economia cipriota (83,1% do produto interno bruto, em 2019), com destaque para o subsector financeiro, turismo, indústria naval, construção e distribuição. A parte grega de Chipre produz alimentos, cimento, cigarros, vinho e veículos; a turca produz essencialmente roupas. Depois da grave crise bancária de 2013, que levou à intervenção da “troika” e a uma inédita limitação dos movimentos de capitais no seio da Zona Euro, o que provocou uma forte recessão, a economia de Chipre foi recuperando nos últimos anos, muito em particular devido ao turismo. Contudo, a crise financeira da República de Chipre poderia ser atenuada com uma ilha unificada. A sua localização geográfica (entre a Europa, a Ásia, o Médio Oriente e África), aliada às reservas de gás natural descobertas há poucos anos ao largo da costa cipriota, podem transformar o país num eixo energético estratégico da Europa.

DADOS DE CERTIFICAÇÃO ORGANISMOS

Organização Cipriota para a Normalização BELAC – Acreditação

www.cys.org.cy

Entidade responsável pela coordenação da normalização no país, em colaboração com outros parceiros, desde 2005.



Organização Cipriota para a Promoção da Qualidade – Acreditação

www.cys.mcit.gov.cy

Organismo nacional autorizado para desenvolver o processo de acreditação na República de Chipre. Esta entidade faz parte da EA, ou seja, da Cooperação Europeia para a Acreditação.

Associação Cipriota para a Qualidade – CyAQ

www.quality.org.cy

Tem como objetivo promover e divulgar conhecimentos teóricos e práticos no domínio da Qualidade e Excelência no país.

INFORMAÇÕES GERAIS

Governo	República
Idioma	Grego (e turco)
População	1 milhão (2019)
Capital (habitantes)	Nicosia (261 mil)
Superfície	9.251 km²
Fronteiras	Sem fronteiras terrestres
Chefe de Estado	Nicos Anastasiades
Moeda	Euro
Adesão à UE	1 de maio de 2004

INFORMAÇÕES ECONÓMICAS

PIB 2018	20.700,0 (Mil milhões de euros)
PIB 2019	21.943,6 (Mil milhões de euros)
PIB Taxa de Crescimento 2019	3,2%
Inflação média 2018	0,6%
Inflação média 2019	0,5%
Desemprego 2019	7%
Principais Exportações	Embarcações e estruturas flutuantes (31,7%); combustíveis e óleos minerais (20,7%) e produtos farmacêuticos (10,6%).
Principais Importações	Combustíveis e óleos minerais (18,6%); embarcações e estruturas flutuantes (13,3%) e veículos automóveis e outros veículos terrestres (8%).
Parceiros de Exportação 2019	Países Baixos (12,9%); Líbia (10,0%); Grécia (7,5%) e Reino Unido (6%)
Parceiros de Importação 2019	Grécia (20,3%); Itália (10,3%); Reino Unido (7,1%) e Alemanha (6%)
Principais Indústrias	Turismo, indústria alimentar e têxtil, indústria naval, produção de cimento e gesso.

Fonte: AICEP, PORDATA, União Europeia



EMPRESAS DE CERTIFICAÇÃO

BV; DNV; DQS; Lloyd's; TUV; entre outras.



A NORMALIZAÇÃO NA RESPOSTA AOS DESAFIOS DA PANDEMIA

Temos vivido tempos de grande ansiedade. As alterações, quer a nível familiar, profissional e social a que todos nós nos temos sujeito, tornaram a realidade que tão bem conhecíamos em novas realidades e novos paradigmas comportamentais e sociais. No entanto, o paradigma da Normalização não mudou e mais uma vez demonstrou, desde a primeira hora, que teria de estar na linha da frente como suporte e apoio aos países e aos seus governos no combate à pandemia de Covid-19.



IPQ

• Instituto Português da Qualidade, I.P.
ipq@ipq.pt

Logo em março de 2020 foram identificadas as normas nacionais, europeias e internacionais relevantes no que respeita aos equipamentos de proteção individual (EPI) para combate à pandemia de Covid-19, tendo sido disponibilizadas *online* e de forma gratuita pelo CEN (Committee for European Normalization), a nível europeu, e pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) em termos nacionais, o que se manterá pelo menos até 31 de março de 2021.

Na União Europeia (UE), os requisitos para a conceção e fabrico dos EPI destinados a ser disponibilizados no mercado, bem como as regras para a sua livre circulação, estão estabelecidos no Regulamento (UE) 2016/425¹ do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março. Nos termos desta legislação, a colocação no mercado da UE implica, para além da declaração de conformidade, que o produto tenha aposta a Marcação CE, que é a consequência visível de todo um processo de verificação da conformidade com os requisitos essenciais de saúde e segurança estabelecidos.



Os equipamentos de proteção individual são essenciais para conter o vírus e evitar a sua propagação, tendo, por isso, havido uma especial atenção na cadeia de abastecimento deste tipo de produtos, como as máscaras descartáveis, cuja procura exponencial poderia, não só nos canais habituais como também em novos canais, sofrer ruturas significativas, com repercussões muito graves na saúde e na segurança dos profissionais de saúde e dos cidadãos em geral.

Nesse sentido, a Comissão Europeia emitiu a Recomendação (UE) 2020/403², de 13 de março de 2020, sobre os procedimentos de avaliação da conformidade e de fiscalização do mercado face à ameaça da Covid-19, a qual estabelece uma série de ações no contexto desta ameaça para garantir a disponibilidade de EPI e dispositivos médicos essenciais para os profissionais de saúde, socorristas e outras pessoas envolvidas nos esforços para conter o vírus e evitar a sua propagação.

De acordo com a referida Recomendação da Comissão, as autoridades de fiscalização do mercado podem concluir que os EPI e dispositivos médicos garantem um nível adequado de segurança, segundo os requisitos essenciais estabelecidos na legislação europeia, apesar dos procedimentos de avaliação da conformidade, incluindo a aposição da marcação CE, não terem sido totalmente executados, podendo autorizar a disponibilização desses produtos por um período limitado e enquanto os procedimentos necessários são realizados.



Quando as autoridades de saúde identificaram a necessidade do uso de máscaras para uso social, o Comité Europeu de Normalização elaborou um documento normativo em duas semanas: o CWA 17553 (*Community face coverings*). As máscaras para uso social não se destinam a profissionais de saúde nem a doentes, constituindo a sua utilização uma medida complementar às recomendações gerais de proteção e em contexto de distanciamento social, não podendo substituir-se a estas.

As máscaras para uso social destinam-se essencialmente a pessoas que não apresentem qualquer sintoma clínico de infeção viral ou bacteriana e que não contactem com outras pessoas que possam apresentar esses sintomas, contribuindo a sua correta utilização para a minimização da projeção de gotículas respiratórias do utilizador, saliva, expetoração ou secreções respiratórias ao falar, tossir ou espirrar para o meio ambiente.



O seu principal objetivo não é proteger o próprio, mas as outras pessoas, uma vez que os testes são efetuados de dentro para fora da máscara e não o contrário.

Portugal, através do Instituto Português da Qualidade, na sua qualidade de Organismo Nacional de Normalização³, e através do Organismo de Normalização Sectorial para a área Têxtil, o CITEVE, foi um dos 16 países europeus que participou ativamente na elaboração do CWA 17553.

Em simultâneo, foi criada uma Comissão Técnica nacional (CTA 40) para as Máscaras de uso social, que elaborou, em tempo record, a versão portuguesa que serviu de base à produção de milhares de máscaras deste tipo no nosso país.

Foi de imediato elaborado o DNP TS 4575, disponibilizado a 15 de julho de 2020, com o objetivo de criação de um documento normativo com especificações técnicas de certificação acreditada, com base no CWA 17553 para as Máscaras para uso social. A partir daí surgiu um Organismo de Certificação Acreditado e três produtores nacionais de máscaras para uso social com produto certificado, existindo no final de dezembro de 2020 outros em processo de acreditação/certificação.

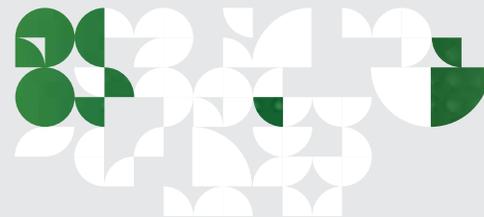
O recurso a laboratórios e organismos de certificação acreditados e a respetiva atribuição de uma Marca Nacional de Certificação garantem que os fabricantes nacionais disponibilizam no mercado nacional e internacional produtos confiáveis, maior visibilidade através da aposição da Marca e, por outro lado, facilitam a intervenção das autoridades de fiscalização competentes para o efeito, da qual o mercado e a sociedade muito poderão beneficiar.



1 <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0425&from=pt>

2 <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020H0403&from=EN>

3 Saiba mais em <http://www1.ipq.pt/PT/Pages/Homepage.aspx>



PAPEL DA ACREDITAÇÃO

EM TEMPOS DE COVID-19

O Instituto Português de Acreditação (IPAC) e a Acreditação em si foram afetados pela pandemia que assolou o mundo em 2020 e, tal como noutras organizações e atividades, foi necessário conter, adaptar e evoluir. Depois de um primeiro período em que praticamente não se realizaram avaliações, o IPAC conseguiu até ao final de 2020 recuperar, via presencial ou remotamente, cerca de 100% das avaliações adiadas, tendo para isso contado com o envolvimento dos colaboradores, avaliadores e clientes. A Acreditação deu também o seu contributo no contexto da pandemia de Covid-19, através do estabelecimento de um esquema de certificação acreditada das máscaras sociais tão necessárias a todos.



LEOPOLDO CORTEZ

• Presidente do IPAC
Instituto Português de Acreditação
cd@ipac.pt

Face à obrigatoriedade e urgência do confinamento imposto em meados de março de 2020, o IPAC em menos de dois dias adotou com sucesso o regime de teletrabalho para mais de 95% dos seus colaboradores, não só porque já se encontrava a fazer a transição digital há algum tempo, como também por a atividade realizada em escritório o permitir. Aliás, o IPAC foi dos primeiros organismos de acreditação, senão o primeiro há 10 anos atrás, a adotar o formato digital para a emissão de anexos técnicos aos certificados de acreditação.

Perante as restrições do estado de emergência impostas, o IPAC teve de interromper a realização de avaliações presenciais precisamente quando historicamente a média mensal de avaliações iria ter o seu pico: por norma o IPAC realiza mais de 400 avaliações no primeiro semestre, sendo que em 2020 foram realizadas apenas 200. Entre meados de março e meados de maio de 2020 praticamente não se realizaram avaliações, que tiveram de ser adiadas e reprogramadas, o mesmo sucedendo com as reuniões com parceiros e partes interessadas que estavam agendadas.

A fase de adaptação envolveu a implementação de ferramentas informáticas de comunicação à distância, não só para melhorar a comunicação interna, mas também para permitir realizar reuniões com avaliadores, clientes e outras partes interessadas. O grande salto na recuperação foi dado com a implementação do regime de avaliações remotas, tendo-se definido as circunstâncias em que estas poderiam ocorrer e como deveriam ocorrer. Nem todas as avaliações podem ser eficazmente realizadas remotamente, nomeadamente quando é preciso observar atividades de pessoas, equipamentos ou examinar instalações. Contudo, se os documentos a consultar e avaliar se encontrarem em formato digital e os avaliadores e os clientes estiverem familiarizados com as ferramentas informáticas de comunicação à distância, pode ser viável a realização da avaliação (no todo ou em parte) de modo remoto.

Foi graças ao esforço de todos, colaboradores, avaliadores e clientes, que o IPAC conseguiu recuperar até ao final de 2020 praticamente 100% das avaliações adiadas, quer presencialmente quer remotamente, permitindo ao IPAC poder continuar a assegurar perante terceiros a fiabilidade e o rigor de funcionamento das entidades acreditadas.

Mas a Acreditação também foi chamada a dar o seu contributo no combate à pandemia de Covid-19, tendo sido estabelecido um esquema de certificação acreditada das máscaras sociais, de acordo com a norma DNP TS 4575. Neste contexto, saliente-se também que a marcação CE dos equipamentos de proteção individual (EPI) exige a intervenção de organismos notificados, que foram previamente acreditados pelo IPAC.



Avaliações por mês



Dada a abrangência mundial da pandemia, os nossos homólogos tiveram um percurso idêntico ao do IPAC, com a interrupção das avaliações presenciais, recurso ao teletrabalho e implementação de avaliações remotas. As reuniões das organizações internacionais de que o IPAC é membro foram igualmente adiadas e depois convertidas ao formato remoto.

A própria avaliação pelos pares, pela EA ao IPAC, teve a sua visita principal presencialmente em 2019, mas a visita complementar prevista para maio de 2020 foi adiada e realizada remotamente em setembro. Outras avaliações pelos pares têm vindo a ser adaptadas ao formato remoto neste período de pandemia, estando aberto o debate sobre os riscos e benefícios desta nova abordagem.

E quanto ao impacto da pandemia na avaliação da conformidade? Este foi variável consoante a área de intervenção – calibração, ensaios, inspeção, certificação e verificação. Foi também variável no mercado em que cada entidade atua: se para uns terá implicado mais trabalho, para outros a redução da atividade económica dos clientes refletiu-se negativamente.

A nível internacional, o IAF emitiu orientações quanto às possibilidades de gestão das atividades de certificação face aos constrangimentos impostos pela pandemia, nomeadamente para a realização de auditorias e certificações. A realização de auditorias presenciais para manter a certificação continuou a ser a preferência, podendo ser efetuadas remotamente se necessário. Foi aceite a possibilidade de efetuar um adiamento temporário da auditoria por um máximo de seis meses, no caso das hipóteses anteriores não serem viáveis. Os certificados emitidos poderão também ser prolongados por mais seis meses para realizar e fechar as auditorias. Porém, certos esquemas de certificação podem possuir regras distintas, nomeadamente no sector agroalimentar e regulamentar, impedindo a realização de auditorias remotas.

E para o futuro? A certeza de que será mais digital e mais verde. Iremos assistir certamente a um maior recurso às tecnologias de informação na atividade de acreditação e da própria avaliação da conformidade, assim como as ferramentas para tal irão evoluir e tornar-se mais eficientes. O acelerar da transição digital é inevitável e em breve a expansão da inteligência artificial abrirá novas portas e caminhos.

O uso de drones especializados será também uma tendência em diversas áreas de avaliação da conformidade.

Este novo mundo digital traz novos desafios, um deles é o da cibersegurança. Nesta área, o IPAC irá articular com o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) a implementação de esquemas de certificação da cibersegurança, de forma a dar mais confiança a quem recorre a produtos e serviços digitais. Mas o digital tem outros desafios, o da acessibilidade, nomeadamente dos sítios internet, bem como a sustentabilidade das empresas no mundo digital, sem esquecer a questão da privacidade e proteção de dados. Portanto, com um maior recurso a serviços e produtos digitais virá também a necessidade de introdução e/ou adaptação de esquemas de avaliação da conformidade para essas novas áreas.

Estes desafios arrancam com maior premência neste início de 2021, o que irá coincidir com a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que será marcada pela (esperamos) mudança de maré na pandemia de Covid-19 e pelo período pós-Brexit, além da consequente entrada em vigor do Acordo Comercial e de Colaboração entre a União Europeia e o Reino Unido.

Será também um futuro mais verde, pois a experiência de reuniões (e outras atividades) realizadas remotamente com sucesso e, sobretudo, maior eficiência, demonstrou que existe apetência e motivação para estas mudanças. Tal eliminará não só os custos financeiros, mas também o tempo gasto em deslocações e os custos ambientais em emissões poluentes e de gases de efeito de estufa dessas deslocações. Contudo, o ser humano reage (ainda?) de formas diferentes quando interage presencialmente de quando interage digitalmente, pelo que terá de ser encontrado o melhor balanço e compromisso.



IMPORTÂNCIA DOS LABORATÓRIOS ACREDITADOS

FACE A UMA PANDEMIA GLOBAL

A atividade laboratorial tem tido um papel essencial na sociedade ao longo dos anos, assegurando a qualidade e a segurança de materiais, produtos e serviços de uma forma permanente e consistente e com uma natureza transversal no que se refere aos domínios de atuação: Saúde, Energia, Agricultura e Alimentação, Construção e Património construído, Farmacêutica e Clínica, Biomédica e Ciências Forenses, Metrologia, entre outros. Face ao momento desafiante que a Humanidade enfrenta, a pandemia global de SARS-CoV-2, os laboratórios têm estado envolvidos em diversas frentes, demonstrando como a sua ação é importante.



ÁLVARO SILVA RIBEIRO

• Presidente do Conselho de Administração da RELACRE
ca@relacre.pt

O papel dos laboratórios revela-se particularmente importante no contexto da avaliação da conformidade desenvolvida no quadro do sector TIC (*Testing, Inspection and Certification*), crítico para o comércio internacional nas suas múltiplas facetas, incluindo as práticas justas de concorrência no mercado global e no combate à criação de barreiras comerciais, bem como constituindo um suporte fundamental para o enquadramento da regulação e governação.

Em 1990 a introdução do Mercado Único Europeu criou um desafio novo na Europa, permitindo a criação de uma Confederação de Associações nacionais de laboratórios, a EUROLAB, tendo como visão, nas palavras de Alan Bryden, o seu primeiro presidente, que *“o mercado interno europeu harmonizado só poderá prosperar baseado na melhoria da qualidade e segurança dos produtos e bens e do ambiente, servindo simultaneamente os cidadãos europeus e promovendo a competitividade das empresas europeias e os serviços no mercado mundial”*.

Este movimento teve reflexo em Portugal, permitindo a criação da RELACRE em 9 de maio de 1991, impulsionada pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ) e com o apoio de 21 entidades nacionais com atividade laboratorial, alinhando a estratégia nacional com o objetivo de desenvolvimento do Mercado Comum. Esta oportunidade permitiu estabelecer uma rede nacional de Laboratórios Acreditados, considerando que o reconhecimento das competências nacionais deveria ser desenvolvido e valorizado com o suporte da estrutura do Sistema Português da Qualidade (SPQ), sustentado pelos pilares da Qualidade, designadamente, a Metrologia, a Normalização, a Acreditação e Certificação.

Desde a sua origem e ao longo dos seus 30 anos que agora comemora, a RELACRE tem tido um forte envolvimento no contexto internacional, com um impacto efetivo nos processos de decisão internacionais com relevância para o país, promovendo a cooperação com entidades congéneres e com diferentes partes interessadas e criando canais de comunicação e de capacitação essenciais para apoiar as competências dos laboratórios. A RELACRE faz parte de uma larga comunidade internacional. É membro da EUROLAB aisbl, EFNDT, ICNDT, Eurachem e IMEKO, servindo de plataforma de conhecimento para diferentes domínios técnicos e científicos associados à atividade laboratorial, além de dinamizar a ligação à indústria e aos meios académicos e de investigação e inovação.

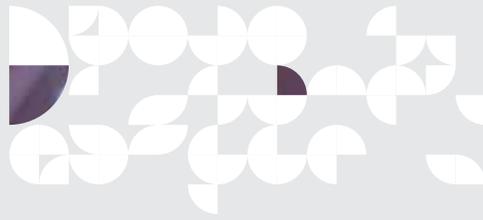


Face ao momento desafiante para a Humanidade que enfrenta uma pandemia global de SARS-CoV-2, os laboratórios têm estado envolvidos em diversas frentes, mostrando a importância da sua ação. A principal tarefa dos laboratórios, a realização de ensaios (*testing*), tornou a palavra “*testing*” fundamental na linguagem atual (estão nas cinco palavras mais repetidas no combate à pandemia) utilizada em múltiplos aspetos. O seu papel tornou-se relevante, desde logo, na realização de ensaios clínicos de despistagem da contaminação pelo vírus e no processo de certificação de produtos e bens essenciais para o combate à pandemia (máscaras cirúrgicas e sociais, ventiladores, desinfetantes, equipamentos médicos, termómetros, luvas, fatos de proteção, entre outros). Esse esforço não fez reduzir a sua atividade permanente que assegura a qualidade e segurança de muitas outras atividades económicas, fundamentais para garantir diariamente a qualidade de vida aos cidadãos.

É expectável que o futuro imediato envolva grandes desafios, quer por existirem condições propícias para o seu desenvolvimento económico, envolvendo requisitos de organização e estruturais distintos dos atuais, quer pela evolução tecnológica que se antecipa ou que já é uma realidade.

Numa análise recente (*in “Oaklins, spot on testing, inspection & certification”*) considera-se que existem fatores determinantes que apontam para o crescimento da atividade no sector TIC (*Testing, Inspection and Certification*), os quais são descritos nos seguintes pontos:

- **Regulamentos e Normas**, evoluindo para modelos mais rígidos e complexos (geralmente associados à governança), para garantir a con-



formidade na saúde e segurança, abrangendo uma variedade de sectores (ex.: alimentos, têxteis, brinquedos ou produtos elétricos);

- **Outsourcing**, grandes entidades e empresas promovem cada vez mais a contratação de atividades de TIC para entidades externas visando reduzir os custos internos e passar a responsabilidade relativa a questões complexas legais e de conformidade para terceiros;
- **Globalização**, transações comerciais internacionais com um rigor crescente relativo ao cumprimento de requisitos e normas internacionais;
- **Variedade de produtos e ciclos de vida curtos**, originando o incremento de atividades de certificação e de inspeção e o inerente acréscimo de serviços;
- **Segurança e controlo da qualidade**, a crescente importância da Comunicação Social e da componente reputacional associada à qualidade;
- **Crescimento financeiro**, pelo incremento da capacidade financeira disponível aumentando a procura de bens de consumo.

A conjugação das condições mencionadas com as circunstâncias criadas pela pandemia de SARS-CoV-2 originaram uma aceleração na evolução para novas realidades organizacionais, observáveis na comunidade dos laboratórios, como seja a reestruturação dos modelos de gestão e de organização do trabalho, a comunicação digital, a avaliação e auditoria, o impacto das sensibilidades culturais e a eficácia das ligações profissionais.



Para a comunidade de laboratórios e para a RELACRE enquanto rede de cooperação e de desenvolvimento de competências, são inúmeros os desafios que o “novo normal” apresenta e que constituem certamente os alicerces de um novo perfil de sociedade emergente. A adaptação a realidades distintas, que incorporam a transição digital, as tecnologias da Indústria 4.0, os novos modelos de comunicação 5G, as nanotecnologias e biotecnologias, a cibersegurança e a inteligência artificial, terá um elevado impacto na atividade dos laboratórios no futuro.

Neste desafio é importante notar, porém, que existem pilares essenciais para o sucesso dos laboratórios, como da ciência em geral, e que foram bem traduzidos num documento da Comissão Europeia (*“Measurement and Testing: An European research area oriented activity” – High Level Expert Group*), onde se afirma: *“There is no science without measurements, no quality without testing and no global market without standards”*.



CRUZAR PENSAMENTOS DA QUALIDADE COM A REALIDADE PANDÉMICA

Globalmente, a pandemia que enfrentamos mostra bem as fragilidades de natureza diversa que resultaram na incapacidade colectiva, a nível mundial, para preventivamente evitar, conter e mitigar os efeitos de uma pandemia sem paralelo na velocidade com que se propagou à escala mundial. Este drama humano e societal evidencia de forma frontal como a adopção de princípios e ferramentas da Qualidade, de um modo geral e igualmente na área da saúde, além de impactos económicos, pode fazer a diferença entre vidas e mortes. Mais do que evitar ou tentar camuflar tais realidades, importa olhar de frente para estes “factos brutais” (Collins, 2001) e deles retirar os devidos ensinamentos, aprendizagens e prioridades de intervenção.



PEDRO SARAIVA

• Vice-presidente da Direção da APQ
Associação Portuguesa para a Qualidade
pas@eq.uc.pt

Felizmente, o mundo da Qualidade e dos seus profissionais não tem ficado à margem da pandemia e dos tremendos desafios que coloca. Alguns breves exemplos que se seguem ajudam a ilustrar e retratar como a Qualidade tem sabido adaptar-se a esta nova realidade envolvente, através de:

- Concepção e implementação de mecanismos de verificação e reconhecimento da Qualidade para diferentes tipos de produtos, com o desenvolvimento e aplicação dos correspondentes referenciais, como rapidamente sucedeu com máscaras, ventiladores ou outro tipo de dispositivos.
- Definição de orientações, realização de auditorias, reconhecimento de sistemas de gestão e procedimentos capacitantes no que diz respeito à diminuição dos riscos e mitigação dos impactos da pandemia no contexto das organizações, com atribuição de selos de reconhecimento e certificados de conformidade.

- Adaptação das actividades conduzidas para mecanismos “online”, incluindo-se aqui iniciativas de formação (ex.: APQ), eventos da Qualidade (ex.: ASQ e APQ) ou formas de condução das reuniões em diferentes organizações (ex.: APQ, EOQ e IAQ).
- Autoria de diferentes tipos de publicações onde se tentam cruzar pensamentos da Qualidade com a realidade pandémica, como sucede com o interessante livro a ser publicado em 2021 por Mohamed Zairi.

Adicionalmente, o pensamento baseado em dados e factos, enquanto pilar essencial da gestão pela Qualidade, permite-nos a todos fazer alguma diferença ao lançar as questões certas, permitir identificar as verdadeiras origens dos problemas e correspondentemente apontar para as vias de solução mais adequadas. Tal também sucede no que diz respeito à presente pandemia, como seguidamente se ilustra com três exemplos:

- Em jeito de exercício de cidadania, acessível a qualquer profissional da Qualidade, habituei-me desde o início de março de 2020 a acompanhar a evolução diária dos dados disponibilizados pela DGS quanto à realidade pandémica vivida em Portugal. Olhando de forma sistémica para esta realidade, enquanto processo com entradas e saídas, torna-se relativamente claro que alguém que tenha contraído uma infecção



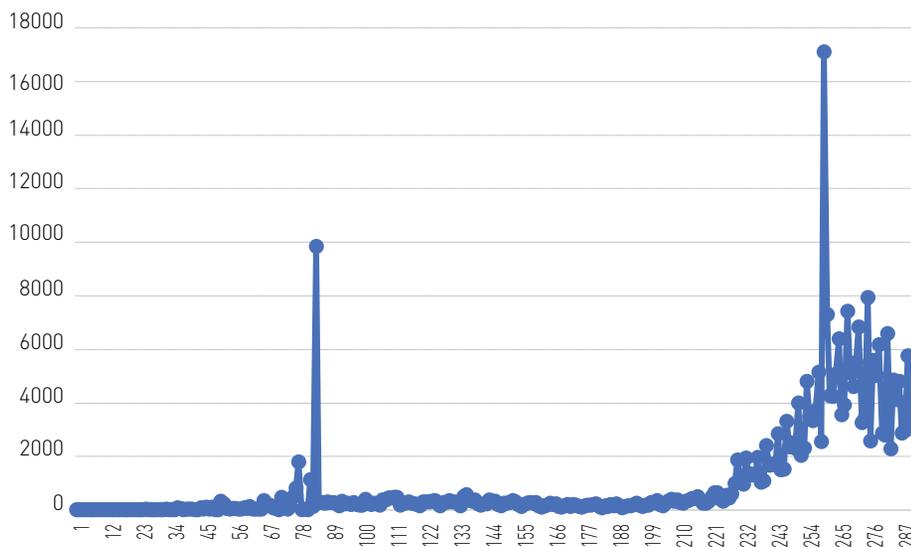
por Covid-19 devidamente comprovada passa a estar recuperado, na esmagadora maioria dos casos, passados entre 15 e 40 dias. Assim sendo, uma simples monitorização do número de casos registados em Portugal, quando comparados com os valores de casos recuperados, permitia constatar de forma crescentemente intrigante, a partir dos dias 40-50 de evolução da pandemia, que havia uma pergunta que importaria fazer, com base em princípios básicos da Qualidade, mas que quase ninguém então colocou: Como estava a ser possível nos registos da DGS não encontrar números minimamente razoáveis de pessoas recuperadas, face ao total de casos de infectados que foram contabilizados 15 a 40 dias antes (Figura 1)?

Esta questão central, que me colocava repetidamente, mas quase ninguém então formulou, apenas encontraria resposta muitos dias depois, quando a DGS, ao dia 84 de monitorização da pandemia, veio admitir ter existido uma falha no registo de casos recuperados. Tal foi finalmente corrigido nesse mesmo dia, com o lançamento de uma só assentada de 9844 casos recuperados, correspondentes na sua maioria a pessoas que não foram registadas em tempo útil no sistema de monitorização. Ficava assim explicado o mistério da ausência de recuperados que tinha começado a identificar com sete semanas de avanço face ao dia em que a DGS corrigiu a falha do seu sistema de medição. Esta mesma falta de Qualidade dos dados e do correspondente sistema de monito-

rização viria ainda assim a conhecer uma reincidência de pontos claramente “fora de controlo estatístico” em novembro, quando no dia 264 de acompanhamento da pandemia são lançados em sistema 17089 casos, na sua larga maioria casos que tinham ficado mais uma vez por registar quando verdadeiramente aconteceram.

- Nunca é demasiado sublinhar a pertinência da escolha dos indicadores e KPI (Key Performance Indicator/indicador-chave de desempenho) mais adequados para monitorizar e acompanhar a evolução da pandemia. Aprendemos no mundo da Qualidade, indissociável da análise de dados, como é importante fazer *benchmarking* com base em indicadores que permitam comparar o que é efectivamente comparável, nomeadamente através da normalização de variáveis. Ora quando tanto se falou em “milagre português”, com base em números absolutos de casos de infecção, a minha atenção centrava-se numa análise comparada da realidade mundial, tendo em atenção uma métrica muito mais adequada, baseada no número de pessoas infectadas por habitante. Ora, de acordo com esta, nós aparecíamos quase sempre entre as 20-30 nações mundiais com pior desempenho relativo. A admiração com que bastante mais tarde muita gente viria a ficar, quando diversos países começaram a tomar decisões com base na prevalência da pandemia por milhar de habitantes (nomeadamente para autorizações da circulação de pessoas), não deveria então ter causado especial surpresa. Pois faz muito mais sentido utilizar este tipo de valores normalizados, tendo em consideração a escala e dimensão demográfica de cada território, do que uma comparação suportada em valores absolutos, que impossibilita comparações feitas com razoabilidade.

Figura 1 Evolução diária do número de casos recuperados em Portugal de acordo com a DGS





- O novo paradigma da Qualidade 4.0 (Saraiva et al., 2019, 2020a) encontra também ele um território bastante fértil de construção e aplicação no contexto da pandemia de Covid-19. Trata-se aqui sobretudo de tirar partido dos enormes conjuntos de dados relacionados com a pandemia a que é possível aceder gratuitamente e em tempo real. Entre muitos outros exemplos daquilo que se pode fazer com eles, posso testemunhar projetos concretos que envolvem as universidades, em concreto a NOVA IMS, e que exploram a qualidade das bases de dados disponíveis, envolvem ferramentas de modelação e confronto entre países ou de visualização de dados (ex.: *dashboards* disponibilizados em <https://insights.cotec.pt/>).

Finalmente, importa não ignorar o papel vital da Qualidade no desenvolvimento e implementação das soluções que nos irão ajudar a ultrapassar esta enorme crise planetária, nomeadamente no que diz respeito a:

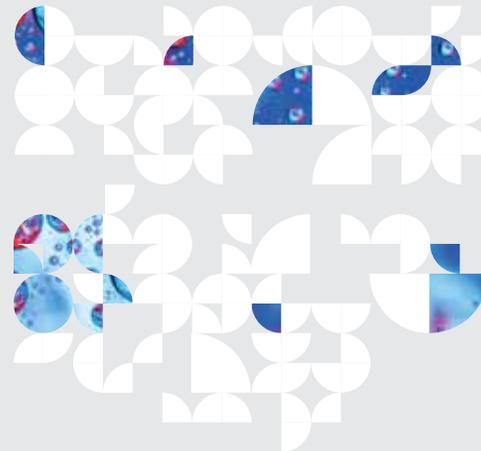
- Contemplar o potencial do arsenal de ferramentas que ligam e devem ligar a Qualidade a um desenvolvimento eficaz e eficiente de novos produtos, quando vertido para o campo das vacinas. Trata-se de um tema vital, ao qual tenho dedicado alguma especial atenção (Saraiva, 2020b), e importa nunca esquecer que abordagens como QFD, DFSS ou *Design Thinking* podem ajudar a criar melhores produtos e encurtar os correspondentes ciclos de desenvolvimento dos mesmos. Tudo isto, além de enormes ganhos económicos, pode muito bem resultar na salvação de vidas humanas, como a rápida criação e disponibilização de vacinas contra a Covid-19 exemplifica de forma impactante.



- Considerar que uma outra dimensão relevante da Qualidade se prende aqui com os aspectos regulatórios e procedimentos de validação que permitiram chegar rapidamente a vacinas com comprovada eficácia e segurança.
- Vencidas que estão em tempo claramente recorde as batalhas de desenvolvimento e aprovação das vacinas, aproveitar agora a tremenda nova oportunidade com que a Qualidade se vê confrontada quando devidamente aplicada a “*Supply Chain Management*” (Saraiva, 2020c). Tais aplicações podem e devem conduzir às melhores soluções para a gigantesca operação logística de distribuição, vacinação e monitorização que já se iniciou e vai abarcar toda a população mundial.

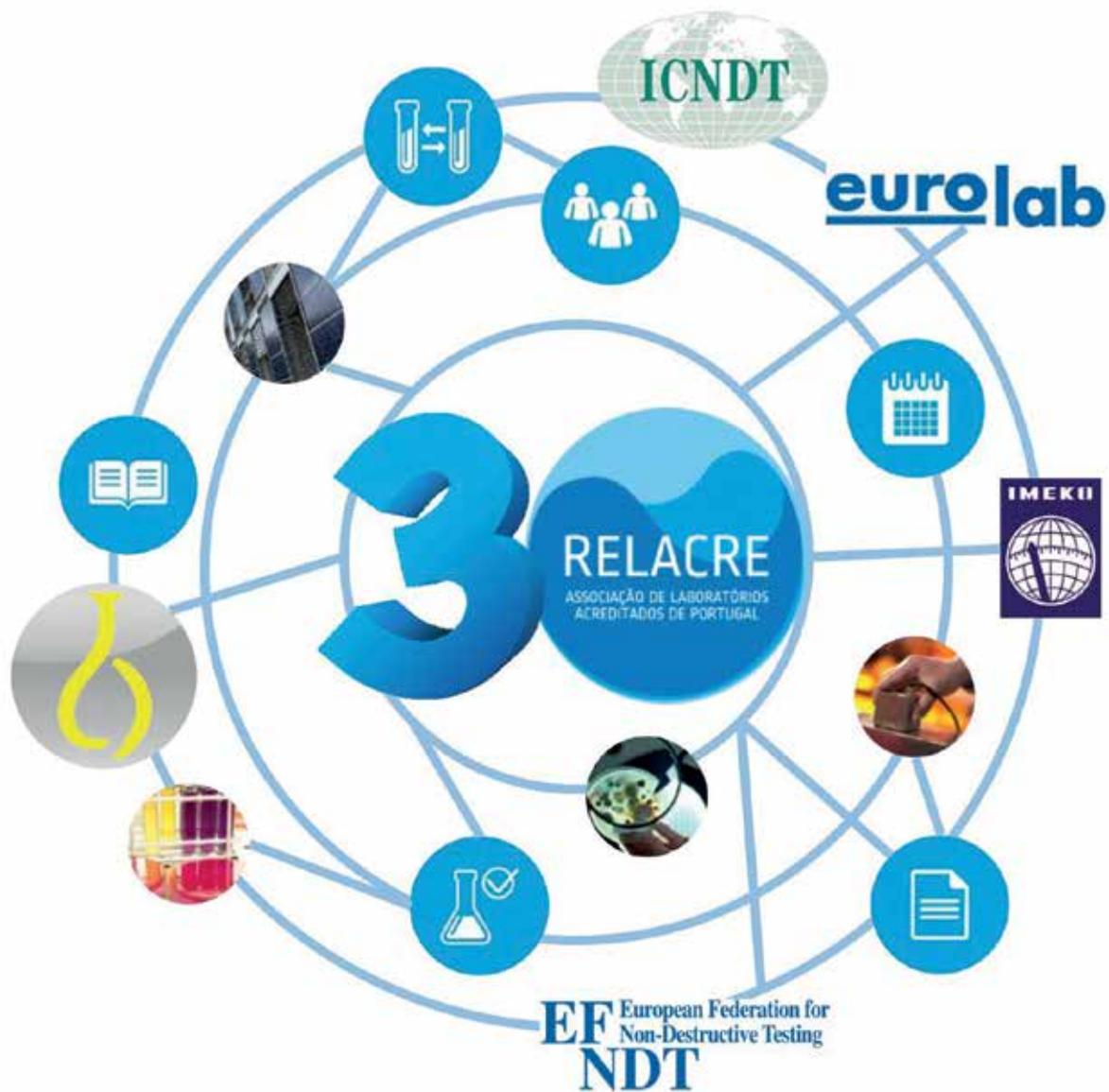
A pandemia que toldou e marcou o ano de 2020 e ainda o início de 2021 ajuda, igualmente, a mostrar de forma gritante como a Qualidade da Saúde pode fazer toda a diferença, evidenciando também como as sociedades não estavam verdadeiramente preparadas para lidar com este tipo de situação. Sendo previsível que um dia ela poderia vir a acontecer, trata-se, portanto, de uma lamentável falta planetária de Planeamento da Qualidade para enfrentar este tipo de ocorrências, que todos pagamos da pior forma.

Através dos inúmeros contributos da Qualidade, também na capacidade de fazer face à pandemia de Covid-19, que aqui se procurou exemplificar, estamos a mostrar como a Qualidade pode e deve ser central e reconhecida como tal nas nossas vidas individuais e colectivas. É-o no que diz respeito à geração de valor, criação de Qualidade de Vida e construção do presente e futuro das sociedades, ajudando também a que se alcance algo do que mais nobre pode existir enquanto ambição humana: ajudar a salvar vidas!



Referências bibliográficas

- Collins, J., “Good to Great: why some companies make the leap... and some others don’t”, Random House (2001).
- Saraiva, P., F. Cruz-Jesus e P. Coelho, “Qualidade 4.0: alguns novos desafios baseados em dados”, Revista TMQ – Techniques, Methodologies and Quality, Número Especial de Celebração de 10 Anos da Revista, p. 131-152 (2019).
- Saraiva, P., “Quality 4.0: a strategic driver for competitiveness and success”, apresentação plenária integrada na 7th National Quality Conference – Quality in the Age of Transformation and Change, Jeddah, Arábia Saudita (2020a).
- Saraiva, P., “Customer-Centric New Product Development”, workshop dedicado a este tema, integrado na 7th National Quality Conference – Quality in the Age of Transformation and Change, Jeddah, Arábia Saudita (2020b).
- Saraiva, P., “Os Dados ao Serviço da Descovidificação de Portugal”, artigo de opinião submetido para publicação (2020c).
- Zairi, M., “Is Quality the Silver-Lining to our Current and Future Crisis?”, ECBPM Publishing House (2021).



**Em rede com os laboratórios
1991 - 2021**



CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015

NO CONTEXTO DE UM EVENTO DISRUPTIVO



JOANA DOS GUIMARÃES SÁ

• Development Executive Director
APCER
joana.sa@apcer.pt



TERESA CARVALHO DE SOUSA

• Development Manager
APCER
teresa.sousa@apcer.pt

A pandemia de Covid-19 forçou muitas organizações a adaptarem-se e a mudar. O tipo, extensão e consequências dos impactos variam entre organizações, sectores de atividade e em função do estado de preparação para lidar com a mudança. De que modo a ISO 9001:2015 suporta as organizações na mudança e adaptação?

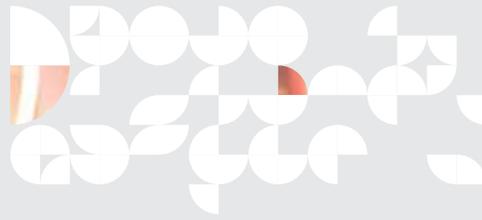
A ISO 9001:2015 introduziu o conceito de pensamento baseado em risco, não sendo prescritiva sobre como as organizações devem lidar com a resposta a emergências ou continuidade de negócio. Contudo, requer que determinem os riscos e as oportunidades no contexto dos resultados pretendidos do sistema de gestão da qualidade (SGQ), ou seja, os que impactam a sua aptidão para *"de forma consistente, fornecer produtos e serviços que satisfaçam tanto os requisitos do cliente como as exigências estatutárias e regulamentares aplicáveis; e aumentar a satisfação do cliente..."* (ISO 9001:2015-1. Campo de aplicação).

Consequentemente, as secções com requisitos dedicados à compreensão do contexto interno e externo (4.1) (Figura 1) e das necessidades e expectativas das partes interessadas (4.2), determinação dos riscos e oportunidades, planeamento das ações para tratar riscos e oportunidades (secção 6) têm sido úteis para as organizações. Revisitar essas análises permite sistematizar os impactos desta pandemia, que são múltiplos, dinâmicos, dão-se a diferentes horizontes temporais e impactam a organização a vários níveis, planeando as ações e eventuais mudanças (6.3) necessárias para os mitigar (Figura 2).

A introdução da norma ISO 9001:2015 refere: *"Num ambiente cada vez mais dinâmico e complexo, satisfazer continuamente os requisitos e ter em consideração as necessidades e expectativas futuras constitui um desafio para as organizações. Para atingir este objetivo, a organização poderá considerar necessário adotar diversas formas de melhoria para além da correção e da melhoria contínua, tais como mudança disruptiva, inovação e reorganização."* Foi o caso para muitas organizações, num processo que as leva a reequacionar muitos dos seus pressupostos e que conduzirá a alterações nas suas ofertas, processos e no sistema de gestão da qualidade.

A ISO 9001 lida com a gestão de alterações e apoia a gestão da mudança em diferentes secções, identificando pontos essenciais para que ocorram de forma controlada e alcancem os efeitos desejados:

- 4.4.1 Sistema de gestão da qualidade e seus processos;
- 5.3 Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais;
- 6.3 Planeamento de alterações;
- 7.5.3.2 Controlo da informação documentada;
- 8.1 Planeamento e controlo operacionais;
- 8.2.3 Rever os requisitos para produtos e serviços (8.2.3.2);
- 8.2.4 Alterações aos requisitos para produtos e serviços;
- 8.3.6 Alterações no design e no desenvolvimento;



• 8.5.6 Controlo de alterações (no controlo da produção e prestação do serviço).

A organização, os clientes e fornecedores podem introduzir alterações nos requisitos dos produtos e serviços, nas condições de entrega e distribuição, implicando a necessidade de controlo e de comunicação eficaz entre as partes para acordarem os novos requisitos. Neste contexto, é expectável um aumento de ineficiências e de reclamações. A comunicação é a chave para atender às necessidades dos clientes, analisar as causas e implementar melhorias, capitalizando uma das principais e mais antigas vantagens de um SGQ: a melhoria contínua.

É provável que questões sobre o cuidado da propriedade de clientes e fornecedores, incluindo propriedade intelectual e dados pessoais, se tornem mais relevantes (8.5.3). Também as medidas para proteger as pessoas impactaram todas as organizações, desde layouts, equipas em espelho, trabalho remoto ou restrições de viagem, implicando alterações na infraestrutura e no ambiente de trabalho, temas endereçados na secção 7.1.

Tal como estabelecido em 7.1.4 Ambiente para a operacionalização dos processos, a organização deve *“determinar, providenciar e manter o ambiente necessário para a operacionalização dos seus processos e para obter a*

conformidade dos produtos e serviços”. Neste contexto de incerteza e crise, a nota desta secção é particularmente útil para lembrar a necessidade de atender a fatores psicológicos, como redução do stress, prevenção da exaustão ou proteção emocional, e a fatores físicos que, no caso da generalização do trabalho remoto, possam não estar adequadamente acautelados, como os aspetos relacionados com a ergonomia do posto de trabalho improvisado em casa.

Os processos associados às competências das pessoas, nomeadamente polivalência/substituição, trabalho remoto, novos requisitos de produtos/serviços..., tema tratado em 7.2; à consciencialização (7.3) e à comunicação (7.4) interna devem ser revisitados à luz dos acontecimentos, podendo ser fatores-chave para assegurar a integridade do SGQ e o alcance dos resultados pretendidos.

Com a alteração de requisitos ou a oportunidade de criar novos produtos ou serviços, as organizações que ainda não apliquem o processo de design e desenvolvimento podem agora explorar um dos processos mais exaustivamente documentados na ISO 9001:2015 (8.3), cujos requisitos são um poderoso auxiliar para a implementação de um processo robusto e controlado.

A pandemia da doença Covid-19 colocou a inúmeras organizações o desafio de mudança e adaptação. Com mais de trinta anos de existência e organizações certificadas em todo o mundo, a ISO 9001:2015 demonstra, mais uma vez, a sua proposta de valor enquanto ferramenta de gestão fundamental das organizações. Revela-se uma norma flexível e adaptável, capaz de apoiar as organizações nos seus processos de mudança.

FIGURA 1

CONTEXTO EXTERNO	CONTEXTO INTERNO
<ul style="list-style-type: none"> • Nível de incerteza • Procura de produtos e serviços • Cadeia de abastecimento • Cadeia de distribuição • Requisitos estatutários regulamentares ou de cliente 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de incerteza • Absentismo • Distância física • Trabalho remoto • Restrições ou alterações de processos • Infraestruturas & outros recursos • Competências requeridas

FIGURA 2

(4.1) CONTEXTO	(4.2) PARTES INTERESSADAS (PI)	(6.1) IMPACTO NA ORGANIZAÇÃO E NO SEU SGQ	(6.3) PLANEAR AS MUDANÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Alterações no contexto externo • Alterações no contexto interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas PI • Alterações de requisitos • Novos requisitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos riscos e oportunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Consequências • Gerir a integridade do sistema • Recursos • Responsabilidades e autoridades



SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO COM A ISO 45001 EM TEMPO DE PANDEMIA



EMÍDIO TRIGO

- Auditor Líder ISO 14001, ISO 45001, ISO 9001 e IATF 16949
DQS Portugal
info@dqs-portugal.com

Antes da pandemia de Covid-19 muitas organizações ainda questionavam se valia a pena gastar recursos na implementação e certificação segundo a norma ISO 45001:2018, uma vez que já tinham de cumprir a legislação da segurança e saúde no trabalho. Atualmente, nem os mais incrédulos concebem uma economia saudável sem trabalhadores saudáveis. Sem segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores não há economia. As organizações ficariam vulneráveis ou sem sustentabilidade no mercado.

Para uma organização pensar em obter uma certificação segundo a ISO 45001:2018, o cumprimento da legislação aplicável à saúde e segurança no trabalho é o mínimo dos requisitos que tem de cumprir, é o *baseline*. Ainda assim, o método usado por cada organização para garantir que esses requisitos legais são identificados e implementados com eficácia já entra no domínio da gestão da organização.

Face à pandemia de Covid-19, as organizações tiveram de se ajustar à legislação e regulamentação que foi saindo. Neste contexto, as organizações certificadas ISO 45001, devido à sua experiência e conhecimento na matéria, à sua habitual identificação e avaliação do risco e à participação das partes interessadas na tomada de decisão, puderam minimizar os efeitos desta crise.

A maioria das organizações não certificadas, especialmente durante a primeira vaga da pandemia, sentiu, por seu lado, que não tinha estrutura e que não estava preparada para lidar com esta situação.

Este efeito poderia levar à perda de confiança na segurança e saúde que a organização transmitia aos seus trabalhadores e clientes, facto que poderia ser economicamente catastrófico. Foi aí que o mercado reagiu lançando novos serviços do tipo “certificação Covid-19”, mas sem qualquer valor institucional, tendo apenas o valor que cada um lhe quiser dar, na tentativa de transmitir confiança às partes interessadas.

Nas organizações certificadas ISO 45001 o requisito “preparação e resposta a emergências” inclui o teste a riscos biológicos, devendo ser feito periodicamente por simulacro para testar a eficácia do procedimento e melhorá-lo continuamente. A este requisito da ISO 45001 para a Covid-19 passou a chamar-se “plano de contingência Covid-19”. Evidentemente que na ISO 45001 existe um plano de contingência não só para a Covid-19, mas para todas as situações de potencial emergência, devendo estas ser testadas regularmente e envolver todas as partes interessadas – trabalhadores, subcontratados, clientes, vizinhança, etc.

Uma das publicações normativas de dezembro de 2020 foi a “Gestão da saúde e segurança no trabalho – Diretrizes gerais para um trabalho seguro durante a pandemia de Covid-19 – PD ISO/PAS 45005:2020, que resultou de um outro documento publicado pela BSI em agosto de 2020. Esta é uma boa norma em termos de orientação para a gestão da Covid-19 no trabalho, tendo por base o conhecimento atual, mas não é reconhecida como norma de certificação. Poderá ser um complemento ao requisito “planeamento e controlo operacional” e, eventualmente, servir para “preparação e resposta a emergências” no que respeita a um tipo de risco biológico no trabalho.



A implementação e certificação da ISO 45001 tem não só a vantagem de criar nas organizações uma estrutura de gestão do risco robusta para a Covid-19, mas também para todos os outros riscos de segurança e saúde no trabalho. Além disso, a equipa multidisciplinar de segurança e saúde no trabalho deve basear as suas decisões na avaliação da informação recolhida em diversas fontes de informação credíveis, nos recursos disponíveis pela organização e num estudo de viabilidade no atual estado da arte.

Uma boa parte das organizações antes da Covid-19 olhava para a ISO 45001 como sendo uma norma para evitar acidentes graves, de notícia imediata e que pusessem em causa o seu bom nome no mercado. Atualmente, qualquer organização reconhecerá na norma ISO 45001 uma maior abrangência não só para a Covid-19 como para outros riscos biológicos, químicos, mutagénicos, físicos e psíquicos e sociais, tais como o stress, *burnout*, assédio e *bullying*.

O trabalho a partir de casa foi um ato obrigatório para mitigar o risco da pandemia de Covid-19, que irá permanecer e mesmo aumentar já que é do interesse de ambas as partes. A organização que contrate um trabalhador, em qualquer situação de trabalho, mesmo no trabalho a partir de casa, continua a ser responsável pela segurança e saúde do trabalhador.

Uma empresa certificada ISO 45001 tem a obrigação de mitigar os riscos associados tomando as medidas adequadas e eficazes. Sendo certificada tem a obrigação de recorrer a fontes de informação credíveis para ajuda à tomada de decisão. A título de exemplo, poderia recorrer à norma PD ISO/PAS 45005:2020



e, na cláusula 4.4.2 Trabalhar a partir de casa, analisar se há alguma medida que ajude a cumprir o respetivo requisito que, neste caso, é legal e também normativo.

A finalizar, gostaria de partilhar um breve testemunho de um responsável de uma empresa certificada segundo a ISO 45001: *“Levamos muito a sério o que se estava a passar em Wuhan na China. Informámo-nos e avaliamos de uma forma multidisciplinar o risco desta doença e tomamos várias decisões por antecipação à pandemia que se veio a verificar. Por exemplo, em deslocações, especialmente viagens de avião, os nossos trabalhadores foram sensibilizados para usar máscara fornecida por nós. Só eles e os chineses punham as máscaras em viagem. De todos os nossos trabalhadores, tivemos um único caso de Covid-19, que por acaso o teste tinha cinco dias antes dado negativo. Foi um caso estranho! Agora podemos dizer que não perdemos milhões de euros, nem tivemos perdas de receita por atrasos de entrega. A nossa empresa apresenta resultados melhores que em anos anteriores, pelo que não nos questionamos quanto gastamos na certificação ISO 45001 e nas medidas que tomamos, mas sim quanto ganhamos por ter atuado desta forma? – Muito provavelmente, a viabilidade e sustentabilidade da empresa por muitos anos”.*





ISO 22301 PARA A CONTINUIDADE DO NEGÓCIO COMO FORTALECER A CAPACIDADE DE REAÇÃO



CARLOS RODRIGUES

• Auditor coordenador
EIC
carlos.rodrigues@pdca.pt

Depois da primeira versão de 2012, a ISO 22301 foi revista em 2019 e traduzida para a versão portuguesa em 2020, passando a ser conhecida como NP EN ISO 22301:2020 – Segurança e Resiliência – Sistemas de Gestão da Continuidade do Negócio – Requisitos. Aplicável a qualquer tipo de organização, esta norma pode e deve constituir uma ferramenta auxiliar de gestão relevante para todas as organizações conscientes e preocupadas com a realidade dos nossos dias, traduzida na probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos com forte impacto no mercado, no negócio e nas pessoas.

Implementar e certificar em qualquer parte do mundo a ISO 22301:2019 possibilita às organizações garantirem a continuidade do serviço na eventualidade de ocorrência de uma disrupção no negócio, assegurando que os serviços básicos e essenciais serão restabelecidos dentro de prazos definidos e acordados no contexto de um planeamento específico, ou seja, dos designados planos de continuidade do negócio. Pretende-se, assim, minimizar o potencial impacto da disrupção e, ao mesmo tempo, defender a imagem e reputação da organização quanto ao seu bom desempenho junto das partes interessadas, ou seja, junto de clientes, colaboradores, fornecedores e outros agentes.

O desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão da continuidade do negócio que adote como orientação o referencial ISO 22301 implica uma liderança forte, a definição e acompanhamento de objetivos específicos, uma análise de impactos no negócio para determinar as prioridades e os requi-

sitos de continuidade, os processos de avaliação do risco, a identificação de estratégias e de soluções para antes, durante e depois da disrupção e, naturalmente, o desenho e implementação de planos e procedimentos de continuidade do negócio e um programa de exercícios. O processo em apreço inclui também a definição de períodos máximos toleráveis de disrupção e de tempos de recuperação.

A abrangência da ISO 22301 é enorme e inclui, nomeadamente, serviços críticos, fenómenos naturais, atos de terrorismo, ciberataques, manifestações e greves, requisitos legais, bolsas de valores, alterações climáticas e, obviamente, epidemias e pandemias.

Garantir a continuidade do negócio em contexto de pandemia, como a que vivemos atualmente, é mais um grandíssimo desafio que se coloca a todas as organizações nacionais e internacionais. É com este tipo de fenómenos que a ISO 22301 ganha uma relevância acrescida junto daquelas que até agora não se tinham apercebido ou assumido a importância de planear a continuidade dos seus negócios, com tudo o que isso implica numa cadeia de interações múltiplas, com impacto direto nos seus colaboradores e respetivas famílias e, muitas vezes também, nos colaboradores de outras organizações integradas na sua cadeia de abastecimento.

Não sendo possível fazer futurologia, no entanto é premente pensar sobre os desafios mais prováveis que poderemos ter de vir a enfrentar, pois só assim poderemos minimizar os impactos associados, fazendo desse modo a diferença entre organizações e contribuindo para uma economia mais forte e resistente.



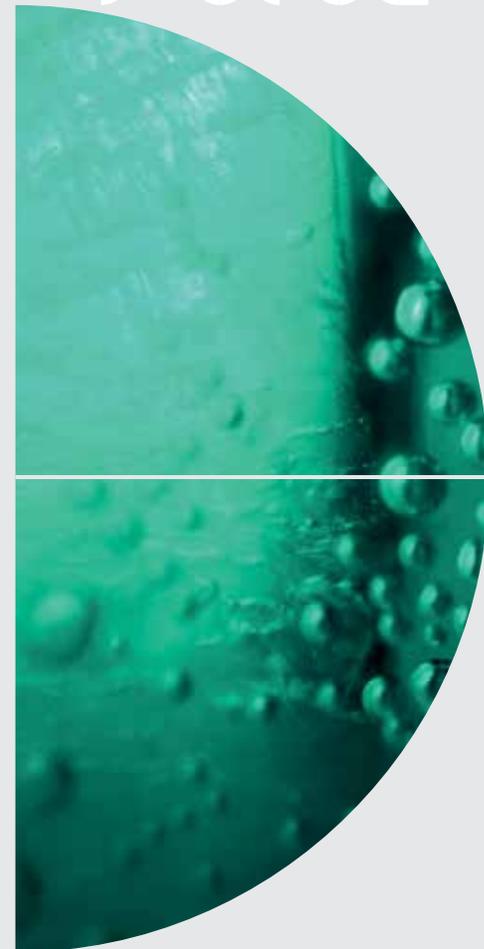
A pandemia do novo coronavírus colocou novamente na agenda mundial, e na agenda dos cidadãos em geral, a necessidade de os mercados, governos e organizações repensarem o seu posicionamento, atitude e visão estratégica. De um conjunto que podemos admitir ser ainda muito restrito de organizações aderentes à ideia do planejamento da continuidade do negócio, deveremos passar gradualmente a um conjunto alargado de entidades mais conscientes dessa importância, venham ou não a aderir a um processo de certificação que, pelo facto de ser atribuído por organismos independentes e acreditados, lhes pode trazer inegável valor.

O fenómeno da pandemia trouxe novas incertezas aos negócios, na medida em que se reveste de características diferentes do padrão dos eventos disruptivos conhecidos até ao seu surgimento. Incertezas essas acompanhadas de alterações a vários níveis, com novos desafios que se foram colocando diariamente.

O fenómeno da pandemia obrigou a processos de transferência de trabalhadores dos seus locais de trabalho para as suas residências, tornando estas em novos e diferentes postos de trabalho. O teletrabalho ganhou uma nova relevância, implicando conseqüentemente mudanças a nível da produção legislativa e trazendo outros e novos desafios para as organizações e para as pessoas. A saúde física e mental ganhou também novos contornos e maior destaque. Os ciberataques aumentaram. Os governos, em concertação, prepararam pacotes de apoio financeiro orientados para este problema. O mundo continua em mudança e a comunicação, informação e desinformação permanecem como desafios constantes.



A preparação dos negócios para o período pós-pandemia é uma questão primordial para a nossa sobrevivência na medida em que enfrentaremos realidades novas no curto, médio e longo prazo, com alterações na forma de conceber, desenvolver e promover serviços e produtos. A gestão da continuidade do negócio realça, assim, a sua importância e pertinência em contextos tão adversos como este ou outros que enunciámos anteriormente. A ISO 22301:2019 constitui, sem dúvida, uma oportunidade para endereçar o desafio trazido pela pandemia, tendo a sua nova versão contribuído para fortalecer a percepção de não se tratar de uma norma para a segurança da informação, mas sim de uma norma de abrangência holística no que se refere à ocorrência de eventos disruptivos e inesperados para os negócios, indo muito para além, no seu foco, dos aspetos relacionados com a tecnologia e a segurança da informação, os quais também nela se consideram presentes.



CERTIFICAÇÃO EM NORMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, AGORA MAIS DO QUE NUNCA



TERESA SOLEY

- Food Technical Manager
Intertek Ibérica
info.portugal@intertek.com

Fornecer alimentos seguros em tempos de pandemia estará mais facilmente ao alcance das empresas que implementaram e certificaram um sistema de gestão da segurança alimentar e desenvolveram procedimentos para fazer face a situações de crise. Todavia, o surto da doença Covid-19 tem constituído um desafio sem precedentes para toda a cadeia alimentar, conduzindo a inúmeros impactos a diversos níveis.

Não valorizámos suficientemente a coragem e o esforço do sector agroalimentar para nos fornecer alimentos seguros e sem interrupção durante esta crise pandémica, desde os produtores do sector primário até às lojas, fabricantes de alimentos e embalagens e toda a cadeia logística que garante o abastecimento.

São empresas habituadas a gerir riscos, através dos seus planos de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP). Outras há que implementaram e certificaram um sistema de gestão da segurança alimentar e desenvolveram procedimentos para lidar com possíveis situações de crise, incluindo uma pandemia. Mas, ainda assim, o surto da doença Covid-19 tem representado um desafio sem precedentes, causando um impacto devastador a nível económico e social, como a queda na demanda por alimentos, devido à redução do poder de compra da população ou ao encerramento da hotelaria, baixa médica devido a quarentenas, interrupções no transporte, entre outros fatores.

A cadeia alimentar provou a sua maturidade graças a sistemas robustos, em muitos casos auxiliados por certificações no âmbito da GFSI (Global Food Safety Initiative).

Nesse sentido, os proprietários das normas, como IFS, BRCGS ou FSSC 22000, têm feito esforços para editar recomendações, ao mesmo tempo que tornaram os seus protocolos mais flexíveis para ajudar as empresas a manterem os seus certificados ou divulgarem o motivo pelo qual a data de renovação foi excedida.

Em termos gerais, essas recomendações podem resumir-se da seguinte forma:

- Formação de um comité de gestão de crises para tomar decisões, comunicar e rever a eficácia das ações realizadas.
- Plano de Segurança Alimentar HACCP: os programas de pré-requisitos provavelmente serão afetados por alterações efetuadas em resposta à Covid-19. Por exemplo, aumento de materiais quebradiços devido à instalação de divisórias entre postos de trabalho, portas ou janelas abertas para ventilação ou ajustes feitos nas velocidades das linhas de produção para se adaptarem a níveis reduzidos de pessoal. É importante rever as mudanças planeadas para compreender e mitigar qualquer impacto na segurança do produto.
- Auditorias internas: o programa de auditorias internas deve ser revisto para garantir que o foco esteja nos processos de maior risco, como resultado das mudanças introduzidas em resposta à pandemia. Poderá ser necessário dar maior ênfase à gestão de Pontos Críticos de Controlo e a aspetos de higiene da fábrica e do pessoal. Além disso, a auditoria remota deve ser considerada sempre que a atividade a ser verificada o permitir.

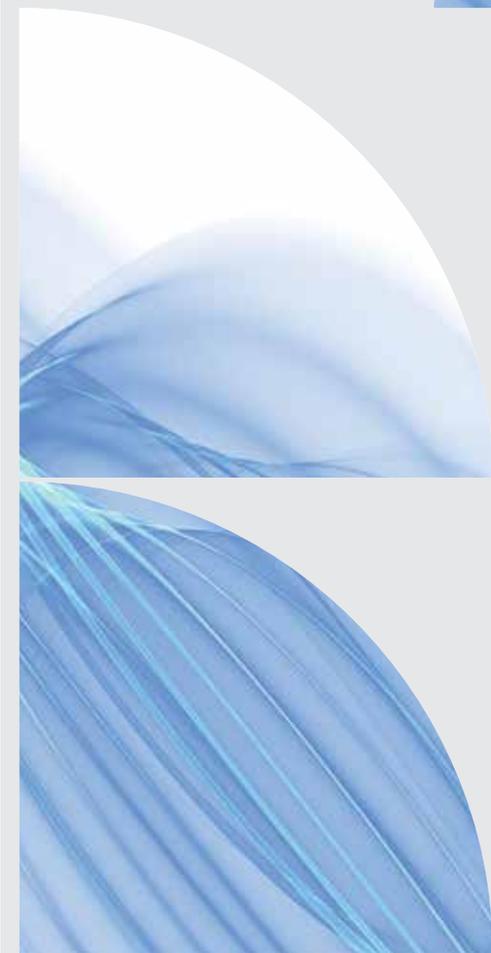
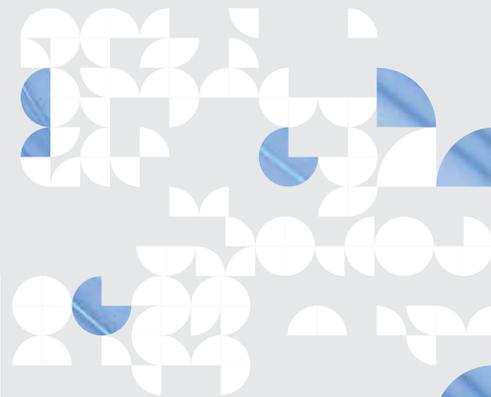


- Homologação de fornecedores e matérias-primas de emergência: é provável que haja escassez de matérias-primas, pelo que é necessário utilizar fontes alternativas de abastecimento para garantir a continuidade da produção. Tal acarreta riscos maiores e, portanto, devem ser tomadas ações, como análises regulares com fornecedores sobre a situação dos seus stocks, entendendo a situação nos países de origem das principais matérias-primas e observando os preços das matérias-primas como uma indicação de escassez de produtos. Além disso, há que adequar os planos de fiscalização na receção da mercadoria, bem como não esquecer de informar devidamente os clientes das alterações quando a mesma for fabricada para terceiros.
- Regras do local: espera-se que sejam consideradas questões relacionadas com: medidas de defesa do local em caso de maior afluxo de trabalhadores temporários; planos de manutenção preventiva; fluxos de produtos, especialmente se houver áreas microbiologicamente sensíveis e tiverem sido realizadas modificações para garantir o distanciamento social; garantia da segurança de novas áreas equipadas, como vestiários, para evitar a passagem de pessoas entre os turnos; planos de limpeza adaptados aos novos ritmos de produção e adequação dos produtos utilizados para a limpeza e desinfecção complementar de superfícies e lavagem das mãos; frequência das verificações para confirmar o correto funcionamento das boas práticas de higiene e a integridade das instalações; verificação da necessidade de reforço do plano de controlo de pragas devido ao maior número de aberturas para ventilação.



- Revisão de rótulos: caso não seja possível manter alguma das alegações devido a alterações na lista de ingredientes, declarações de alergénios, etc., será necessário rever os rótulos ou impressões nas embalagens para continuar a oferecer produtos de acordo com a legislação.
- Mitigação de fraudes: recomenda-se monitorizar a escassez de matérias-primas e variações de preços para identificar aquelas com maior risco de fraude, acompanhar as publicações sobre fraude, rever a classificação de risco das matérias-primas e planos de contingência e aumentar as inspeções de matérias-primas identificadas como de maior risco.
- Pessoal: garantir a formação dos trabalhadores temporários para cobrir ausências e quarentenas, formar adequadamente o pessoal regular em novos procedimentos, reforçar os exames médicos, reforçar os métodos de limpeza das roupas de trabalho, sejam elas lavadas pelo próprio pessoal ou por serviço subcontratado.

As entidades certificadoras acreditadas asseguram a integridade dos sistemas de gestão da segurança alimentar durante as auditorias, contribuindo, na medida do possível, para que a cadeia alimentar garanta a qualidade, legalidade, integridade e segurança alimentar.





ISO 27001 PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM TEMPO DE NOVAS AMEAÇAS



AGUSTIN LERMA GANGOITÍ

• IT Technical Specialist, South Europe, Business Assurance
Lloyd's Register
agustin.lerma@lr.org

Um sistema de gestão ISO é uma ferramenta capaz de gerir as mudanças que ocorrem no contexto e nos negócios de uma organização e adaptar a resposta da organização a essas mesmas mudanças. Este objetivo é alcançado com o apoio de três processos: gestão de contexto (mudança), gestão de riscos e oportunidades e gestão de melhoria contínua. No caso específico de um sistema de gestão de segurança da informação, o sistema de gestão é especialmente útil dada a velocidade com que as mudanças ocorrem e novas vulnerabilidades, ameaças e pontos fracos são identificados.

Nos últimos tempos ocorreram mudanças legislativas (RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), novas vulnerabilidades (*SolarWings*) e novas ameaças (*ransomware*) que exigiram a modificação e adaptação de novos controlos, ou a alteração dos existentes, de modo a proteger com eficácia os ativos de informação das organizações.

Mas todas estas mudanças não provocaram uma mudança tão importante, com um impacto tão profundo como aquele provocado pelas consequências da gestão da pandemia de Covid-19 em março de 2020. Antes uma pandemia global era considerada como ameaça num plano teórico e hipotético, principalmente na continuidade de negócio, sendo desprezada e considerada irreal na maior parte dos casos. Isto apesar de haver eventos históricos que demonstraram o seu impacto e gravidade, como a gripe de 1918, a síndrome da imunodeficiência adquirida ou a gripe aviária.

A segurança da informação está mais focada na parte "cibernética" e nas ameaças que afetam máquinas, software ou dados, do que nas pessoas ou nos riscos que as podem afetar. As pessoas são consideradas ativos de informação por si mesmas, além de gerirem os restantes ativos de informação. Antes da pandemia, os únicos vírus que eram considerados para segurança da informação eram os vírus de computador, não vírus que afetassem o ser humano.

É muito difícil considerar como uma pandemia global pode afetar a segurança da informação e a verdade é que não o fez diretamente. Fê-lo de forma indireta, através de medidas de resposta para proteger as pessoas da pandemia, desde a modificação estrutural da configuração física dos escritórios ou dos centros de dados e modo de acesso, até uma nova gestão dos ativos de informação na maioria das organizações do mundo.

A primeira consequência desta pandemia, e da necessidade de as organizações continuarem a operar numa situação até então nunca vista (indisponibilidade de pessoas, seja pela própria doença ou pelas limitações legais de circulação impostas pelos governos para limitar a propagação do vírus), foi acionar os planos de continuidade de negócio, que consistiram principalmente em pessoas a trabalhar a partir de casa em vez dos escritórios, fábricas e instalações das empresas.

A segunda consequência foi uma migração em massa de ativos de informação dos servidores e *data centers* das organizações para serviços em nuvem (*cloud*). Isto permite o acesso remoto a ativos de qualquer local do mundo (disponibilidade), mas deixa a segurança desses ativos de informação nas mãos dos fornecedores desses serviços.



Por outras palavras, as empresas de prestação de serviços têm agora a estrutura TIC (tecnologias de informação e comunicação) da organização distribuída por dezenas, centenas ou milhares de pequenos locais (um por funcionário remoto), em vez de um único local físico, e dependendo de terceiros na gestão e segurança dos seus ativos de informação (nuvem). No caso das organizações produtivas o modelo é misto (remoto e presencial), mas a estrutura administrativa e de TIC apresenta as mesmas características de dispersão.

Além disso, elas já não têm um plano de continuidade de negócio, pois estão elas mesmas em continuidade de negócio. O meio envolvente dos seus negócios mudou e a maioria das medidas tomadas antes desta situação estão desajustadas. Neste novo contexto as empresas devem ser capazes de:

- Identificar as vulnerabilidades, ameaças e oportunidades desta nova situação;
- Considerar as novas ameaças pelos funcionários trabalharem a partir de casa (política de mesa limpa, controlo de *routers*, agregado familiar, fadiga pela desconexão dos funcionários com a organização);
- Melhorar os controlos que se aplicam às comunicações (se não houver comunicações, o modelo distribuído não funciona);
- Implementar, atualizar e rever os controlos aplicáveis aos fornecedores críticos (nuvem e/ou comunicações) que afetam a segurança da informação;

- Estabelecer as condições de segurança dos serviços de gestão de dados na nuvem.

Como o podem fazer?

- Implementando um sistema de gestão de segurança da informação segundo a norma ISO 27001 para gerir as mudanças, identificando riscos e oportunidades da nova realidade e modificando ou implementando controlos (política de mesa limpa, bloqueio de ecrã, gestão de papel, limitar o acesso de familiares, controlo de *routers*, antivírus, etc.);
- Adicionando ao sistema de gestão de segurança da informação um módulo de controlo complementar ISO 27701, para proteger os dados pessoais, e/ou um módulo de controlo complementar ISO 27018 caso os dados estejam carregados na nuvem;
- No caso de serviços gerais na nuvem, o módulo de controlo complementar ISO 27017 também proporcionará proteção.

Com base na minha experiência como auditor de segurança da informação, posso afirmar que as organizações que possuem um sistema de gestão de segurança da informação baseado na ISO 27001 têm sido capazes de gerir as mudanças, os riscos e estabelecer medidas de proteção para a nova situação de gestão provocada pelos efeitos da Covid-19 de forma mais rápida, eficaz e eficiente do que as que não dispõem de uma ferramenta de gestão empresarial como esta.



Mesmo tendo em consideração que a situação de trabalho remoto possa ser revista no futuro, devido às vacinas ou medicamentos, e se termine com as restrições de circulação, é difícil considerar um retorno total à "normalidade" anterior à pandemia em termos de segurança da informação. Muitas organizações incorporaram o trabalho remoto como uma parte necessária dos seus negócios.

É uma questão de tempo até Portugal rever definitivamente, e não excecionalmente, o decreto-lei que abrange o "teletrabalho", reforçando a certeza de que o trabalho remoto veio para ficar e a segurança da informação das empresas terá de adaptar-se forçosamente à nova realidade.



ASSEGURAR VALOR ACRESCENTADO NA CADEIA DE ABASTECIMENTO

INDO ALÉM DA CONFORMIDADE

A trajetória dos produtos alimentares é muito longa e, por isso, torna-se essencial manter a conformidade desde a sua produção até ao momento em que chegam ao consumidor final, garantindo o seu correto embalamento, armazenamento, transporte e distribuição. A garantia da qualidade e segurança ao longo de toda a cadeia de abastecimento é, cada vez mais, um desafio, sendo necessário ter uma visão holística da mesma em tempo real, garantir o cumprimento dos requisitos, bem como identificar, monitorizar e avaliar possíveis melhorias. Assim, uma correta gestão do risco associado à trajetória dos produtos alimentares ao longo da cadeia assegura melhores negócios às organizações, permite o cumprimento das obrigações legais e contratuais e salvaguarda a proteção dos consumidores.



ANA MACHADO

• Product Manager Certification and Business Enhancement
SGS Portugal
ana.machado@sgs.com

Com o objetivo de melhorar a segurança das cadeias de abastecimento foi desenvolvido o documento normativo ISO 28000, que permite às organizações estabelecer um sistema global de gestão da segurança da cadeia de abastecimento, através da avaliação das condições de segurança em que operam, e determinar se estão a implementar as medidas de segurança adequadas e a cumprir outros requisitos regulamentares aplicáveis. Se nesta avaliação forem registadas necessidades de segurança, as organizações devem implementar mecanismos e processos para lhes dar resposta.

Com a globalização as organizações recorrem, cada vez mais, a recursos e fornecedores geograficamente distantes, que disponibilizam mão-de-obra e recursos naturais mais

vantajosos do ponto de vista económico, mas que, paralelamente, apresentam mais riscos para a segurança. Assim, torna-se crítico para muitas organizações selecionarem, avaliarem e manterem fornecedores que cumpram os requisitos regulamentares e as boas práticas para atingir os objetivos da qualidade e segurança alimentar. A solução para esta problemática passa por selecionar fornecedores certificados por organismos acreditados em referenciais de segurança alimentar, na medida em que essa avaliação é realizada por entidades independentes, competentes e imparciais.

Podem ser considerados diversos tipos de inspeções de acordo com vários fatores e com os requisitos legais de cada país, sendo necessário um conhecimento profundo de toda a regulamentação para evitar dissabores ou perda total da mercadoria. Para salvaguardar estas questões, as organizações podem proceder à verificação das matérias-primas utilizadas a montante, antes do início da produção e transformação, através de uma inspeção pré-produção (IPC – Inspection Production Check), bem como durante o processo de produção (DUPRO – During Production Check).

Estas inspeções asseguram, através da inspeção visual e teste das primeiras peças do lote produzidas, a uniformidade com os padrões de produção e qualidade dos produtos e reduzem o risco de prejuízos, uma vez que o processo de produção pode ser interrompido e corrigido caso seja detetado produto não-conforme. Para além disso, estas inspeções permitem, ainda, mitigar problemas relacionados com matérias-primas e ingredientes fora das especificações técnicas e dos requisitos dos cadernos de encargos.



Após a produção, pode ainda ser realizada uma inspeção aleatória final (FRI – Final Random Inspection) para uma verificação detalhada de uma amostra retirada do lote de produção de acordo com os procedimentos de amostragem pré-definidos. Estas inspeções são realizadas segundo as especificações técnicas disponibilizadas pelo comprador e/ou por comparação com uma amostra padrão, servindo para avaliar os critérios de qualidade, quantidade, rotulagem e embalagem, bem como qualquer outro parâmetro definido nos cadernos de encargos.

Em muitos casos, devido à perecibilidade dos produtos e dos ingredientes alimentares, o transporte dos mesmos obedece a regras muito restritas para preservar a sua integridade e acrescem os riscos a serem avaliados, sendo, por isso, necessárias inspeções para garantir que o produto se mantém ao longo de todo o transporte conforme se encontrava no momento da contentorização. Para verificar o embarque das mercadorias, o estado das embalagens, quantidades, número de lotes carregados, além das condições físicas do contentor, é possível recorrer a uma inspeção denominada assistência à contentorização (CLS – Container Loading Supervision).

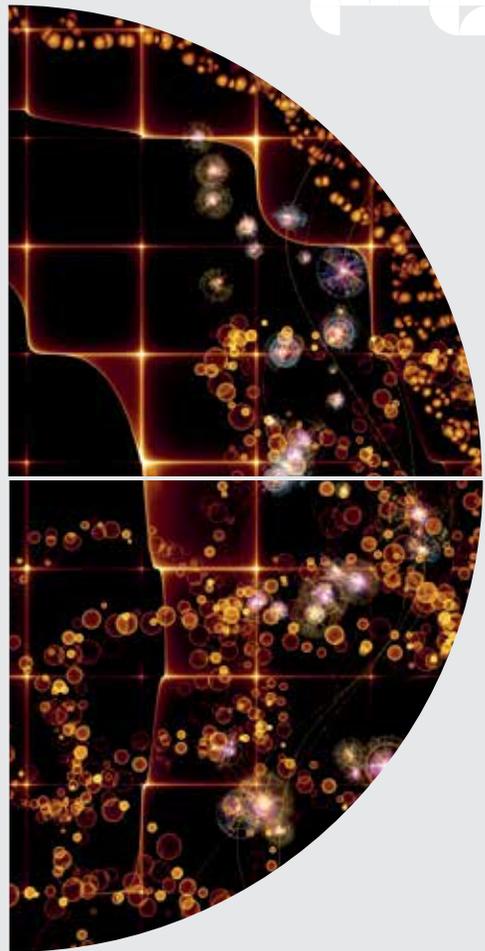
Importa salientar que quando falamos de ingredientes seguros e com qualidade é necessário ter sempre em atenção os diferentes perigos a que estes podem estar sujeitos, quer sejam de natureza biológica, química ou física. Somos permanentemente confrontados com alertas de segurança alimentar que indicam a presença de contaminantes nos alimentos e ingredientes, os quais ocorrem pelas mais variadas razões: contaminação acidental (*food safety*), adulteração (*food fraud*) ou contaminação intencional (*food security*).



Nesse sentido, é necessário que os planos de inspeção definidos pelas organizações contemplem análises microbiológicas, físico-químicas, alergénios, nutricionais, autenticidade dos produtos e, sempre que possível, sejam realizadas por laboratórios competentes com acreditação ISO 17025 para os ensaios selecionados.

Para o cumprimento dos níveis da qualidade e segurança dos produtos é fundamental a elaboração de um rigoroso plano de inspeção, análises e ensaios que contemple não só matérias-primas, produção e produto final, como também a validação da higienização dos processos e tempo de vida útil do produto. Estes planos terão sempre de ter em conta as especificações do país de origem e de destino, bem como as especificações do cliente.

Num período especialmente complicado como aquele que atravessamos devido à pandemia de Covid-19, as organizações têm verificado diversas dificuldades a nível do transporte e do abastecimento, quer pela escassez dos ingredientes e matérias-primas quer pelo atraso nos envios. Estas dificuldades têm um forte impacto na capacidade produtiva das organizações que, devido à pandemia, já enfrentam alterações em termos de oferta/procura atendendo à volatilidade do contexto atual e dos planos de contingência implementados.



Para além das dificuldades já conhecidas, a pandemia trouxe ainda imperativos no sentido da reestruturação das cadeias de abastecimento, bem como nos hábitos de consumo, com a preferência em adquirir bens produzidos à escala local e de forma sustentável. O futuro passa por uma maior capacidade de resiliência, flexibilidade e agilidade para que as organizações consigam lidar mais facilmente com as disrupções e eventuais crises mundiais.



GESTÃO DE ATIVOS COM A ISO 55001

OBSERVA VANTAGENS TAMBÉM EM CLIMA PANDÉMICO

A norma ISO 55001 define os requisitos para o sistema de gestão de ativos. Deve ser considerada como a norma que especifica os aspetos técnicos do sistema de gestão de ativos de uma organização, com vista à sua possível certificação. Faz parte da série de normas ISO 55000, que tem por objetivo facilitar a implementação das melhores práticas em termos de gestão de ativos em qualquer período de vida de uma organização.



ANTÓNIO SILVA

• Managing Director
TÜV Rheinland Portugal
geral@pt.tuv.com



HERFRIED KOHL

• Global Head of Certification of Management Systems
TÜV Rheinland Group
herfried.kohl@de.tuv.com

Começamos por definir o que é um ativo. Ativo é uma coisa, entidade ou item que tem valor potencial ou real para a organização. E o que é a gestão de ativos? São todas as atividades de uma organização coordenadas entre si para gerir os seus ativos associados à criação e manutenção de valor.

A ISO 55001 define especificamente os requisitos para o sistema de gestão de ativos, enquanto que os outros referenciais da série de normas ISO 55000 definem a terminologia e oferecem orientações de suporte sobre como aplicar a ISO 55001.

Verifique-se que, segundo o espírito da norma, os ativos podem ser materiais ou imateriais, conforme exemplificamos:

- Uma organização de produção de produtos químicos pode desejar melhorar a gestão dos seus ativos, principalmente constituídos pelas suas instalações de produção.
- Um organismo da administração pública, por exemplo responsável por pontes e estradas, pode querer otimizar a gestão desses ativos e torná-la mais transparente.

- Uma organização que gere ativos para terceiros pode precisar de demonstrar como os seus processos de gestão de ativos estão estruturados e o seu adequado desempenho.

Embora os princípios de um sistema de gestão de ativos de acordo com a norma ISO 55001 possam ser aplicados a qualquer tipo de ativo, na prática, a gestão de ativos físicos parece ser a área de aplicação mais relevante.

Com o atual clima pandémico em curso, muitos ativos vieram a demonstrar necessidades de capacitação quanto a adaptações e ajustes, de modo a poderem responder às exigências do cumprimento das regras higiénico-sanitárias emanadas dos órgãos de gestão da saúde, nomeadamente OMS/DGS. Esta variável veio introduzir nas organizações necessidades de resposta em termos dos ativos, quer ao nível estratégico no que concerne à manutenção e longevidade esperada, quer ao nível da resposta em operação às atuais circunstâncias do momento. O sistema de gestão ISO 55001 pode ser, por este motivo, também visto como uma ferramenta de gestão de tais ativos.

A ISO 55001 possui um conjunto de requisitos e conceitos relevantes para a sua implementação, que aqui listamos:

- O sistema de gestão de ativos deve ser definido tendo em conta os requisitos e expectativas das partes interessadas que caracterizam o



contexto da organização (ex.: proprietários, acionistas, clientes, investidores, autoridades...). É importante que o contexto da organização esteja bem caracterizado para que se defina de forma objetiva o sistema de gestão de ativos.

- As organizações que pretendam certificar-se devem definir claramente o âmbito do seu sistema de gestão e os respetivos ativos nele incluídos, tal como especificar o tipo, sua distribuição geográfica, etc. Deve ficar muito claro o que está abrangido pelo sistema de gestão de ativos.
- A gestão de topo deve ser o motor impulsor do sistema de gestão de ativos, pelo que devem ser claramente definidas as linhas hierárquicas organizacionais de liderança e de cooperação com a área de gestão financeira.
- Deve ser definida uma política de gestão de ativos e os princípios do sistema de gestão de ativos, incluindo o compromisso da gestão de topo com o sistema.
- A integração e harmonização do sistema de gestão de ativos com outros sistemas de gestão já certificados é aconselhável.
- Para ativos individuais ou grupos de ativos, devem ser definidos, mantidos e documentados planos de gestão de ativos. Nestes planos é esperado encontrar-se, no mínimo, a seguinte informação: criticidade e objetivo do ativo, responsabilidade pelo ativo, identificação das características individuais do ativo e planos de manutenção e renovação, etc.



- Definição dos objetivos para a gestão dos ativos, os quais devem ser mensuráveis sempre que possível. Habitualmente, os objetivos são definidos pelos níveis mais relevantes da organização e para funções hierárquicas mais importantes. Caso existam conflitos com outros objetivos existentes na organização, deverão ser esclarecidos.
- A organização deve criar um plano estratégico de gestão dos ativos (PEGA). O principal intuito é traduzir os objetivos relevantes da organização em ações adequadas de gestão de ativos. O PEGA pode consistir num documento ou num conjunto de documentos. Muitas organizações publicam-no, especialmente do sector público, para poderem demonstrar transparência e profissionalismo.
- Como todas as normas de sistemas de gestão mais recentes, a ISO 55001 também constitui a sua base na gestão dos riscos, pelo que a organização deverá aplicar no seu sistema de gestão de ativos uma abordagem baseada no risco a todas as partes sensíveis aos riscos.
- O desempenho do sistema de gestão de ativos deve ser controlado com a ajuda de indicadores e avaliado regularmente pela gestão de topo. O ciclo PDCA (plan-do-check-act) da norma deve ser aplicado para demonstrar a melhoria contínua do sistema.

A ISO 55001 foi criada para servir também como norma de certificação. As organizações que pretendam obter a certificação do seu sistema de gestão de ativos devem demonstrar, a entidade certificadora externa, a implementação dos respetivos requisitos.



O documento ISO/IEC TS 17021-5:2014 define os requisitos de competência para auditoria de certificação ao sistema de gestão de ativos e fornece orientações gerais para a qualificação dos auditores, quer internos quer externos. Os auditores devem contemplar experiência profissional adequada em gestão de ativos, adicionalmente devem ser detalhados os requisitos de experiência profissional em função da área industrial aplicável.

A determinação do tempo de auditoria necessário para certificar um sistema de gestão de ativos encontra-se definido nos guias IAF (International Accreditation Forum), sendo desta forma possível obter-se uma certificação em conformidade com os guias da acreditação internacional.



QR-CODE

LISTAGEM GERAL DE EMPRESAS, SERVIÇOS E PRODUTOS CERTIFICADOS



URL PARA A LISTAGEM ONLINE
https://issuu.com/cempalavras.pt/docs/listagem_gec_2020

Disponibilizamos *online*, a exemplo dos anos anteriores, a listagem final de empresas, serviços e produtos certificados numa versão de fácil consulta.

Para terem acesso à listagem 2020-2021 desta 15ª edição do GEC – Guia de Empresas Certificadas basta clicar no *link*, aceder ao URL disponível nesta página ou através da leitura do QR-CODE.

O nosso OBRIGADO a todos os leitores que nos têm acompanhado ao longo destes anos. Estamos disponíveis para receber as vossas contribuições e/ou sugestões de melhoria para que, juntos, possamos melhorar o Guia de Empresas Certificadas.



empresa
internacional
de certificação

CERTIFICAÇÃO **FSSC 22000**

A CERTIFICAÇÃO CERTA FAZ TODA A DIFERENÇA

Garanta que tem todos os ingredientes
em cima da mesa.

www.eic.pt

T.: 214 220 640 F.: 214 220 649 E.: geral@eic.pt



CEMPALAVRAS
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL^{lda}